

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**LOMBA DO PINHEIRO – PORTO ALEGRE/RS: UM BAIRRO EM
TRANSFORMAÇÃO. UM OLHAR ESPACIAL AO PERÍODO DE 1960 A 2013**

ALEXANDRE DOS SANTOS DA ROSA

ORIENTADOR: Prof^a. Dr^a. TÂNIA MARQUES STROHAECKER

Porto Alegre, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**LOMBA DO PINHEIRO – PORTO ALEGRE/RS: UM BAIRRO EM
TRANSFORMAÇÃO. UM OLHAR ESPACIAL AO PERÍODO DE 1960 A 2013**

ALEXANDRE DOS SANTOS DA ROSA

Orientador: Prof^a. Dr^a. Tânia Marques Strohaecker

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Regina de Moraes Soster (PUCRS)
Prof^a. Dr^a. Cláudia Luísa Zeferino Pires (POSGea/IG/UFRGS)
Prof. Dr. Heleniza Ávila Campos (PROPUR/UFRGS)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Geografia como requisito para
obtenção do título de Mestre em
Geografia.

Porto Alegre, 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor: Rui Vicente Oppermann

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

Diretor: André Sampaio Mexias

Vice-Diretor: Nelson Luiz Sambaqui Gruber

Rosa, Alexandre dos Santos da

Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS: Um bairro em transformação. Um olhar espacial ao período de 1960 a 2013. . / Alexandre dos Santos da Rosa. - Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2013. [176 f.] il.

Dissertação (Mestrado).- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Instituto de Geociências. Porto Alegre, RS - BR, 2013.

Orientador: Tânia Marques Strohaecker

1. Lomba do Pinheiro. 2. Planos Diretores. 3. Planejamento. 4. Espaço Urbano. I. Título.

CDU 911

Catálogo na Publicação

Biblioteca Instituto de Geociências - UFRGS

Miriam Alves

CRB 10/1947

AGRADECIMENTOS

À Professora Tânia Marques Strohaecker, saudosa orientadora, um exemplo de vida e profissionalismo que jamais esquecerei, pois não contribuiu apenas com conhecimentos acadêmicos, mas significou um exemplo de conduta e de vida. A ela deixo meu perene sentimento de gratidão!

Ao Estado brasileiro, que sempre disponibilizou o acesso à educação formal, até esta etapa atual.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Instituto de Geociências, pela oportunidade de estudar em uma das melhores instituições de ensino deste país.

Ao Departamento de Pós-Graduação em Geografia (POSGEA) e a todos os seus colaboradores, em especial aos professores, os quais foram os principais responsáveis pela magia que circunda o conhecimento. Agradeço principalmente ao professor Antônio Carlos Castrogiovanni, pelos conselhos e pelo apoio. Agradeço também a todos pela disponibilidade e contribuição.

Aos meus pais, que mesmo com dificuldades, sempre me ofertaram o melhor que puderam, com muito amor e amizade. Também agradeço ao Alexsandro, à Lucilene, à Letícia e à Milena, por representarem o forte alicerce familiar que tenho e com o qual sei que sempre poderei contar.

Às Professoras Claudia Pires e, em especial, à Ana Soster, que muito contribuiu em minha caminhada como geógrafo. Agradeço a vocês pela participação, pelas contribuições e pela disponibilidade em minha banca de qualificação de mestrado.

A todos os colegas, representados pela colega de orientação Flaviene Valcorte, pelas trocas nos momentos de alegrias, conquistas e angústias.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, me ajudaram a chegar até aqui. Muito obrigado!

*Se os pontos de partida são
errados, não importa o rigor do
pensamento – as conclusões serão
sempre erradas.*

Rubem Alves.

RESUMO

O bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, tem passado por intenso processo de reestruturação espacial. O presente trabalho busca enfocar tais transformações, especialmente a partir da década de 1960 até 2013. Esse período foi destacado por representar o marco de mudanças mais significativas no bairro, alterando sua característica predominantemente rural para um perfil urbano. Contudo, até chegar a esse quadro, foram resgatados antecedentes que viabilizaram o entendimento de como foi ocorrendo a ocupação e o modelo socioespacial da Lomba do Pinheiro. Para melhor embasar essa configuração em curso hoje, foi proposta uma retomada acerca dos modelos que permearam o planejamento urbano, bem como buscou-se uma comparação entre os diferentes Planos Diretores de Porto Alegre e como sua presença e ausência na regulação do bairro nos ajudam a compreender seu perfil socioeconômico e espacial. Para isso, alguns instrumentos, especialmente do PDDUA, nos elucidam sobre o adensamento e crescimento populacional e habitacional bastante crescente no bairro hoje.

Palavras-chave: Lomba do Pinheiro; Planos Diretores; Planejamento.

ABSTRACT

The Lomba do Pinheiro District, located in Porto Alegre, has suffered an intense process of spatial restructuring. This paper focuses the transformations that occurred, specially from 1960 to 2013. This period was chosen since it represents the main changes that happened in the District, during which its predominantly rural feature changed to an urban profile. However, before that moment, some data were obtained to permit us to understand how the occupation and the socio-spatial model developed over the years in Lomba do Pinheiro. To better comprehend the current configuration of the District, some data concerning the models that were included in the urban planning were considered. A comparison among the different Planos Diretores de Porto Alegre was made and the impact of that regulation in the District was analyzed, to help us comprehend the District's socio-economical and spatial profile. To make this possible, some instruments, specially PDDUA, elucidate about the increasing processes of population and housing density and growth that are present nowadays in the District.

Keywords: Lomba do Pinheiro. Plans Directors. Planning.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Localização do bairro Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS	17
Figuras 2 e 3: Vista da Rua Rui Barbosa, onde é possível observar áreas rarefeitas, mesclando entre áreas verdes e urbanizadas.	67
Figura 4: Antiga casa da família Remião, atual Museu Comunitário Lomba do Pinheiro.....	72
Figura 5: Parque Saint Hilaire, Praça localizada na Vila Santa Helena.....	101
Figura 6: CTG Pousada da Figueira, localizado na Parada 16 da Lomba do Pinheiro.....	103
Figura 7: Representação das Parcerias e Projetos do CPCA	106
Figura 8: Paróquia Santa Clara, espaço onde o CPCA desenvolve suas atividades, na Parada 10.	106
Figura 9: Centro Cultural Lomba do Pinheiro. Localizado na Parada 13.....	108
Figura 10: Agência do Barrisul	110
Figura 11: Futura Agência da Caixa e a primeira Casa Lotérica do Bairro	110
Figura 12: Regiões de Planejamento (Macrozonas em destaque).....	111
Figura 13: Aptidões à ocupação do solo no Bairro Lomba do Pinheiro.....	115
Figura 14: Áreas de aplicação dos diferentes Regimes Urbanísticos no Bairro Lomba do Pinheiro.....	116
Figura 15: Terreno localizado na Rua Beco do Davi, onde futuramente será instalado o primeiro empreendimento decorrente do Instrumento Operações Urbanas Consorciadas.	126
Figuras 16 e 17: Novo conjunto comercial, inaugurado em maio de 2013 na Parada 12.	130
Figura 18: Projeto de Desenho Urbano da Lomba do Pinheiro.....	132
Figura 19: Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS	134
Figuras 20 e 21: Condomínio Condado. Localizado na Rua Tocantins.....	135
Figuras 22 e 23 – Condomínio Condado, <i>Victória Town House</i>	135
Figura 24: Área localizada no Beco do Davi, ao fundo construções na Avenida João de Oliveira Remião	136
Figuras 25 e 26: Condomínio Atmosfera, localizado na Rua Dolores Duran.	137
Figuras 27 e 28: Condomínio Doce Vida, Localizado na Parada 3.	138

Figuras 29 e 30: Condomínio Alto do Bosque, ainda semiacabado. Localizado na Parada 3.....	139
Figuras 31 e 32: Condomínio Chácara das Nascentes. Localizado na Parada 7....	139
Figura 33: Referência de localização e comodidades em relação ao Condomínio Chácara das Nascentes. Localizado na Parada 7.....	140
Figura 34: Informações sobre o Residencial Goiás. Localizado na Parada 9.	141
Figuras 35 e 36: Vista da entrada do Ecoville a partir da Av. João de Oliveira Remião. Localizado na Parada 10.....	142
Figura 37: Área onde está sendo construído o Reserva da Figueira. Localizado na Parada 13	143
Figuras 38 e 39: Condomínio Parque dos Pinheiros. Localizado na Parada 13A. ..	144
Figuras 40 e 41: Condomínio Residencial Pinheiro. Localizado na Parada 16.	144
Figuras 42 e 43: Condomínio Morada do Pinheiro. Localizado na Parada 21.	145
Figura 44: Localização dos empreendimentos relatados	147
Figura 45: Espaço da Lomba do Pinheiro	149
Figura 46: Principais demandas do Bairro Lomba do Pinheiro 2013.....	153
Figura 47: Aspectos positivos em morar no bairro e estudar na escola	159
Figura 48: Aspectos negativos em morar no bairro e estudar na escola.....	159
Figura 49: Aspectos positivos em morar na Lomba do Pinheiro (2013)	160
Figura 50: Principais demandas do Bairro Lomba do Pinheiro (2013)	161

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Esquema Cronológico da Evolução dos Planos Diretores de Porto Alegre	48
Tabela 1: Necessidades habitacionais por ROP	65
Quadro 2: Síntese: convênios do CPCA	105
Tabela 2: Síntese do Regime Urbanístico para a macrozona 6	117
Quadros 3 e 4 : Síntese das ações de planejamento propostas	121

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 APRESENTAÇÃO.....	12
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
1.3 OBJETIVOS.....	13
1.4 ÁREA DE ESTUDO	14
1.5 HIPÓTESES DE TRABALHO	18
1.6 METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO.....	18
1.6.1 Procedimentos operacionais	20
1.6.2 Sistematização da investigação	22
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO	24
2.1 OS AGENTES E SUAS PRÁTICAS.....	26
2.2 DIRECIONAMENTO À LOMBA DO PINHEIRO.....	30
3 BREVE PERSPECTIVA SOBRE “O PENSAR” DOS MODELOS DE PLANEJAMENTO URBANO	36
3.1 O URBANISMO MODERNISTA: INFLUÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA URBANA.....	36
3.2 BREVE QUADRO DO URBANISMO NO BRASIL	38
3.3 PORTO ALEGRE E O MODERNISMO URBANO	43
3.3.1 Embasamentos para a formulação do Plano Diretor	46
3.4 OS PLANOS DIRETORES DE PORTO ALEGRE	48
3.4.1 O Plano Diretor de 1959	48
3.4.2 O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979 (PDDU)	50
3.4.3 O contexto até o Plano Diretor de 1999 (PDDUA)	53
3.5 O ESTADO E A PRODUÇÃO HABITACIONAL.....	58
3.5.1 O Programa Minha Casa Minha Vida	60
4 LOMBA DO PINHEIRO: UM BAIRRO, MUITAS TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES	66
4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL.....	66
4.2 ANTECEDENTES.....	69

4.2.1 Os primeiros movimentos populacionais.....	70
4.2.2 Os primeiros habitantes da Lomba do Pinheiro	72
4.2.3 Os primeiros equipamentos urbanos da Lomba.....	74
4.3 DÉCADA DE 1970: DE UMA LOMBA RURAL A UMA LOMBA URBANA	79
4.4 DÉCADA DE 1980: A LOMBA NÃO PARA DE CRESCER	84
4.5 DÉCADA DE 1990: A LOMBA NO CONTEXTO DO IDEÁRIO DA REDEMOCRATIZAÇÃO	90
4.5.1 A Lomba e o Orçamento Participativo	93
4.5.2 A Anexação ‘total’ da Lomba do Pinheiro a Porto Alegre.....	95
4.5.3 As instituições e os equipamentos urbanos.....	101
4.6 DÉCADA DE 2000: A LOMBA DO PINHEIRO NO CONTEXTO DO PDDUA	110
4.6.1 Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro	118
4.6.2 Operação Urbana Consorciada na Lomba do Pinheiro.....	123
4.7 A LOMBA DO PRESENTE: CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL, O TERRITÓRIO E SEUS ATORES	126
4.8 OS VALORES AMBIENTAIS	153
4.9 TENDÊNCIAS E SUGESTÕES PARA A LOMBA DO FUTURO.....	162
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	167
REFERENCIAS.....	170
APENDICE – MODELO DE QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO	175

1 INTRODUÇÃO

A Lomba do Pinheiro é um bairro que se caracteriza por intensas modificações espaciais, iniciadas principalmente na década de 1960, quando as ocupações começaram a ser incrementadas de maneira mais significativa. Desde então, uma série de contradições envolve o bairro, sendo que as ações de diferentes atores sociais em diferentes momentos levaram e mantém o bairro Lomba do Pinheiro em constante transformação até hoje. Essa trajetória será apresentada no decorrer desta pesquisa.

1.1 APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, será feita a apresentação do desenvolvimento da pesquisa, destacando alguns itens, como a justificativa da escolha do tema. Também será ressaltado como se deu o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos e operacionais que viabilizaram o andamento desta pesquisa, entre outros aspectos.

1.2 JUSTIFICATIVA

O bairro Lomba do Pinheiro em Porto Alegre é caracterizado pelos processos de êxodo rural que ocorreram fortemente no Brasil, justificando sua acelerada transição a um país com modelo de sociedade predominantemente urbano, esses processos foram bastante impactantes a partir da segunda metade do século XX. A maioria de seus moradores é oriunda do interior do Estado e apresenta, de modo geral, um perfil de baixa renda, o que nos auxilia no entendimento da morfologia urbana da Lomba do Pinheiro, caracterizada ainda por loteamentos unifamiliares, com casas inacabadas ou em processo de melhorias (SMP/PMPA, 2003). Contudo, essa realidade vem sendo modificada.

A comunidade está organizada em diversas associações de moradores, relativas às vilas onde moram, e tem uma significativa trajetória de participação nas conquistas da região. Através da mobilização comunitária, a população conseguiu a atenção do poder público para a implantação de redes e serviços essenciais. Mais recentemente, começou a ter atuação ativa no Orçamento Participativo, conquistando demandas antigas, como a urbanização e melhorias dentro das vilas, assim como dentro da região (SMP/PMPA, 2003).

Como característica histórica e geográfica da Lomba do Pinheiro podemos destacar os intensos processos, ainda em curso, de transformação do uso rural para o uso urbano. Esse processo de urbanização teve início por volta dos anos 1950-1960, e a prática mais comum foi a ação de alguns proprietários que passaram a lotear suas glebas, oferecendo alternativa de moradia, principalmente para pessoas de baixa renda, pois assim recebiam maiores vantagens financeiras do que se mantivessem suas propriedades com a produção rural (SPM/PMPA, 2003).

Ainda nesse contexto, cabe destacar que, se na década de 1960 surgem os primeiros loteamentos, é na década de 1970 que ocorre uma verdadeira explosão de loteamentos e ocupações no bairro. Contudo, a progressiva implantação de infraestrutura pelo poder público é feita tardiamente, principalmente a partir dos anos 1980. Por isso, essa infraestrutura sempre ficou aquém da expectativa e da necessidade dos moradores.

Apesar disso, a Lomba do Pinheiro ainda apresenta uma significativa concentração de vazios urbanos, representando um potencial de ocupação urbana para o futuro (SPM/ PMPA, 2003). Essas glebas ainda mantêm suas características naturais preservadas, e sua ocupação com algum tipo de urbanização dependerá de uma definição sobre o quanto este ambiente poderá ser modificado, com a projeção do impacto dessa ocupação em todo o sistema de recursos naturais da região, bem como na qualificação urbana que a ocupação poderá proporcionar (SPM/ PMPA, 2003).

Por todo esse contexto de ocupação desordenada e das novas possibilidades colocadas pelo poder público, muitas vezes em parceria com a iniciativa privada, acredita-se que esta pesquisa possa servir a todos que têm interesse neste quadro de transformações ocorridas no bairro.

O presente trabalho pretende contribuir para a investigação dos moldes socioespaciais de desenvolvimento do bairro Lomba do Pinheiro, sobretudo para os maiores interessados nessas melhorias, os atuais moradores, os futuros moradores, o poder público e porque não, até mesmo para os investidores privados.

1.3 OBJETIVOS

Esta pesquisa busca analisar quais processos e dinâmicas urbanas têm se constituído em instrumentos viabilizadores da configuração socioespacial do bairro

Lomba do Pinheiro, com destaque ao período de ocupação mais intensa. Para isso, torna-se necessário caracterizar a dinâmica socioespacial de ocupação do bairro Lomba do Pinheiro em diferentes períodos, bem como averiguar quais processos urbanos têm possibilitado a chegada dos empreendimentos realizados no bairro. Posteriormente, este trabalho pretende identificar e mapear os principais investimentos urbanos empreendidos na área de estudo, em especial no período de 2000 a 2013, pois é nesse período que os empreendimentos regulares começaram sua expansão no bairro. Por fim, esta pesquisa visa identificar as tendências de configuração socioespacial, a partir das mudanças em curso na Lomba do Pinheiro.

1.4 ÁREA DE ESTUDO

A Lomba do Pinheiro está situada no limite leste de Porto Alegre, fazendo divisa com o município de Viamão. Conforme PMPA (2013), mais especificamente, seus limites vão do entroncamento do Beco do David com a estrada João de Oliveira Remião, seguindo por essa via em direção geral sul, até encontrar a Estrada Victorino Luiz Fraga e seguindo por ela até encontrar o Arroio Taquara e, prosseguindo pelo leito desse, em direção as suas nascentes, até encontrar a cerca do Parque Saint Hilaire. Continua pela divisa do mesmo Parque, em direção geral sudeste, acompanhando suas deflexões, até encontrar novamente a Estrada João de Oliveira Remião e, seguindo pela mesma estrada, até o entroncamento com a Estrada João Antônio da Silveira. Segue por essa até a Estrada do Rincão. Nela, segue até a Estrada Giacomo Muttoni; segue pela mesma até a Estrada Afonso Lourenço Mariante e, por ela, até encontrar a Estrada Antônio Borges. Após, segue por essa via até a Estrada das Capoeiras, acompanhando-a em direção geral norte até encontrar o Beco do Davi, seguindo por ele até o ponto inicial.

A Lomba do Pinheiro apresenta um perfil predominante residencial, e a maioria de seus ocupantes começou a chegar em número mais significativo a partir da década de 1960, provindos de outros bairros e principalmente do interior do estado, decorrentes dos movimentos do êxodo rural. Diante desse processo, várias vilas foram surgindo, entre elas as mais populosas atualmente são as seguintes: São Francisco, Mapa I e II, Chácara das Peras, das Pedreiras, Beco do Davi, Quinta do Portal, Jardim Lomba do Pinheiro, Residencial São Claro, Jardim Franciscano, Nova São Carlos, Viçosa, Stellamar, Primeiro de Maio, Nova Serra Verde, Pinhal, Recreio

da Divisa, Panorama, Santa Helena, São Pedro, Santa Filomena e Bonsucesso (PMPA, 2013).

O bairro Lomba do Pinheiro apresenta um perfil predominantemente residencial e atualmente conta com uma crescente oferta de comércio e de serviços. Tanto a ocupação quanto o comércio estão localizados, quase que em sua totalidade, às margens ou no entorno de seu principal eixo viário, a Avenida João de Oliveira Remião. A Avenida João de Oliveira Remião é organizada em paradas de ônibus, e essa é a principal referência territorial para os moradores. Por isso, a avenida tem importância estratégica para o desenvolvimento do bairro, além de representar um importante eixo de integração com a Região Metropolitana de Porto Alegre. Cabe destacar que no ano de 1992, durante o governo de Alceu Collares, foram desenvolvidas obras nessa via, como a duplicação da mesma, bem como melhorias no sistema de iluminação.

Essas obras de âmbito estadual tiveram como mote o Projeto Avenida do Trabalhador. Esse projeto previa a inserção de uma linha de ônibus que fizesse a integração com a Região Metropolitana, pois antes disso os moradores não poderiam fazer essa integração via transporte coletivo sem acessar as áreas mais centrais de Porto Alegre. A linha Transversal Metropolitana, que liga o bairro Restinga (Porto Alegre) ao município de Canoas, tem o bairro Lomba do Pinheiro (Porto Alegre) como parte do trajeto, bem como interliga o bairro aos municípios de Viamão, Alvorada e Cachoeirinha. A linha de ônibus Transversal Metropolitana encontra-se ativa até os dias de hoje.

Além disso, a Avenida João de Oliveira Remião pode ser considerada como o divisor de águas de duas importantes bacias de arroios de Porto Alegre, o Dilúvio e o Salso. Com superfície de aproximadamente 3.214 ha, a Lomba do Pinheiro constitui-se numa parcela do território municipal que se destaca pela presença de valores naturais significativos para a cidade (SPM/PMPA, 2003). Por isso, uma das características marcantes do bairro é a paisagem verde, pois ainda existem diversos vazios urbanos, o que projeta a seus moradores e visitantes uma significativa influência no âmbito ambiental, em especial pela presença do Parque Saint Hilaire ter parte de sua área situada no bairro. Cabe destacar que o parque é o maior reduto de preservação ambiental da Região Metropolitana de Porto Alegre.

O território da Lomba do Pinheiro é marcado pela heterogeneidade, pois no bairro, além das diversas vilas, encontramos territórios indígenas, a barragem da

Lomba do Sabão (integrante do Parque Saint Hilaire), diversas nascentes de arroios, a divisa com o Campus do Vale da UFRGS e, mais recentemente, foi instalado o Ceitec (Centro de Desenvolvimento da Indústria de Microeletrônica). Também há o Cemitério Parque Jardim da Paz, entre outros equipamentos urbanos. Todos esses elementos fazem da Lomba do Pinheiro um território complexo, o qual esse trabalho pretende abordar a partir da análise de sua dinâmica socioespacial.

A seguir, apresenta-se a localização do bairro Lomba do Pinheiro.

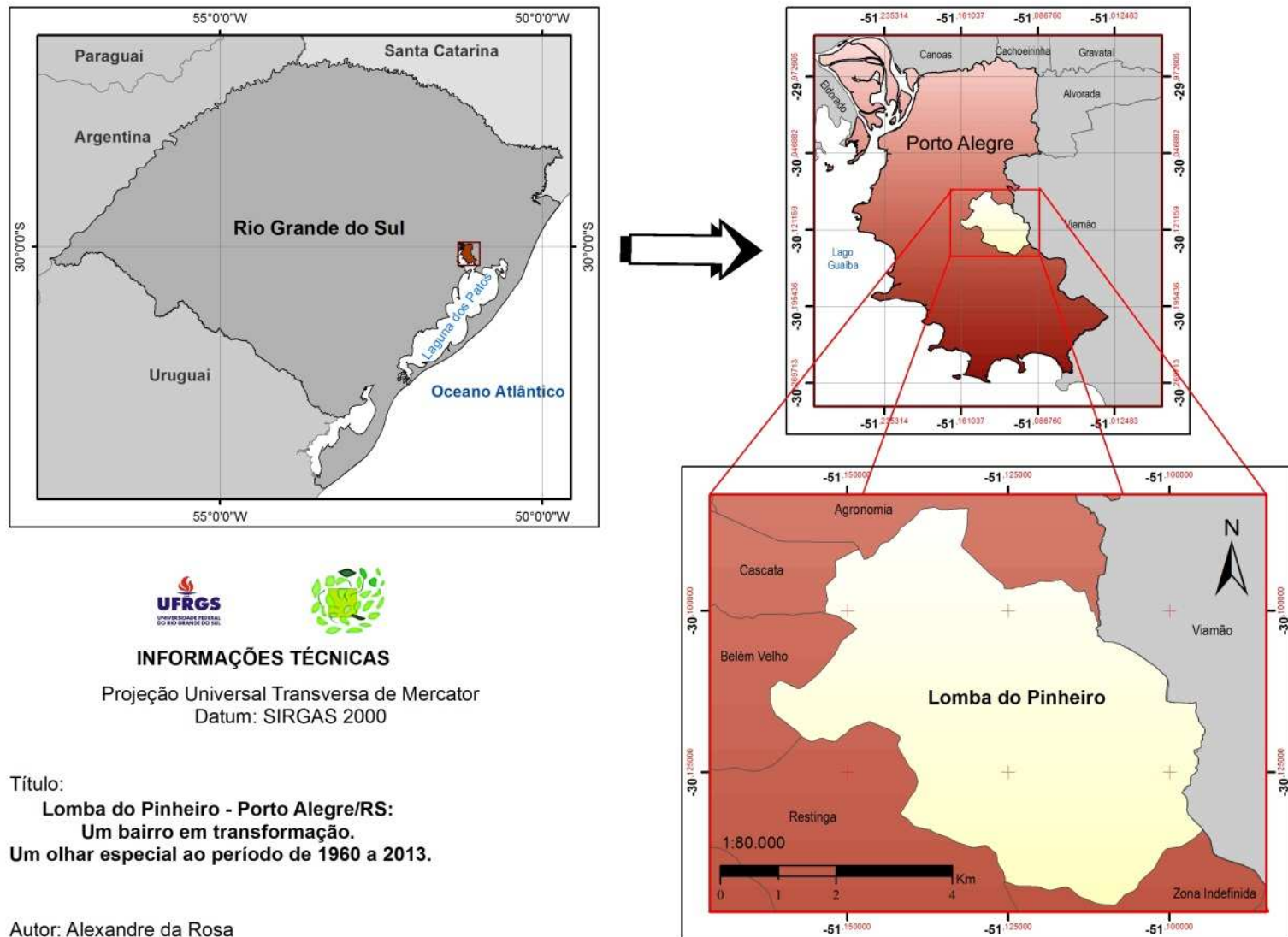


Figura 1: Localização do bairro Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS

Fonte: O autor, 2013.

1.5 HIPÓTESES DE TRABALHO

A hipótese pode ser definida como uma explicação provisória de um dado problema de pesquisa, uma resposta antecipada, a qual é testada ou verificada no processo de investigação. Ela pode ser comprovada ou refutada pelos resultados da investigação. Como afirma Triviños (1987), através das hipóteses se vislumbra o resultado provável ou, ainda, uma resposta possível ao problema, uma resposta “pré-estabelecida, intuída com o apoio de uma teoria”. Nas palavras de Luna (1998), trata-se de uma “suposição quanto a possíveis resultados a serem obtidos”.

Assim sendo, as hipóteses propostas nessa pesquisa foram as seguintes:

- Os instrumentos legais em diferentes níveis têm contribuído para o bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, intensificar seu adensamento populacional.
- Estão em curso na Lomba do Pinheiro mudanças nos padrões de uso do solo, deixando de ser um espaço de produção, para transformar-se em um espaço de consumo.

Se essas hipóteses se confirmarem ou não, saberemos no decorrer da pesquisa, a qual será pautada pelos procedimentos metodológicos e operacionais apresentados a seguir.

1.6 METODOLOGIA E OPERACIONALIZAÇÃO

Para desenvolver a pesquisa, foi necessário o uso de orientações de metodologia de pesquisa científica. Segundo Andrade (2005) “metodologia é o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento”.

O trabalho inicia com a proposta de um capítulo que retrata a produção do espaço urbano, pois a partir dele podemos compreender os processos em comum que permeiam os espaços urbanos e quais são as práticas que mais se reproduzem, ao mesmo tempo em que nos elucida as diferentes configurações que cada espaço da cidade acaba por representar e como essas configurações terminam por se materializar no espaço. Assim sendo, identificar e buscar respostas sobre a Lomba do Pinheiro dentro do espaço de Porto Alegre auxilia na compreensão da Lomba do

Pinheiro como um bairro cujas peculiaridades e processos se repetem em diferentes cidades.

Ainda na perspectiva de compreender a dinâmica socioespacial da produção do espaço urbano, mas agora levando em conta quais modelos foram seguidos em cada época, foi feita uma reconstituição acerca dos Planos Diretores de Porto Alegre. Nesse levantamento foi frisado o quanto a ausência ou presença do território da Lomba do Pinheiro nos Planos Diretores da cidade nos elucidam as respostas que colhemos para compreender o espaço da Lomba do Pinheiro.

Após realizar a caracterização do bairro Lomba do Pinheiro e ter buscado os modelos de exclusão ou inclusão do bairro em diferentes modelos e políticas urbanas, a pesquisa entra no estudo do bairro em si. Assim como nas demais etapas, foi necessário buscar bibliografias e evidências que dessem embasamento para reconstruir os processos geo-históricos que nos auxiliassem na compreensão dos diferentes momentos da construção desse complexo bairro. Para isso, o critério utilizado foi o do recorte espacial por décadas, mais especificamente do período de 1960 a 2013, pois até os anos de 1960 é possível afirmar que a Lomba do Pinheiro preservava o perfil predominantemente rural. Porém, a partir da década de 1960 ocorreram intensos processos de ocupação, e cada década é marcada por transformações que serão retratadas no decorrer do trabalho.

Ao dar continuidade à pesquisa, após fazer o levantamento prévio dos empreendimentos imobiliários, iniciaram-se os levantamentos e pesquisas de campo. Nessa fase foi realizado o registro fotográfico de todos os empreendimentos construídos recentemente no bairro, incluindo aqueles que estivessem em fase de construção. Assim, produziram-se os mapas que retratam a nova configuração espacial ainda em curso na Lomba do Pinheiro, bem como foram definidos os diferentes perfis socioeconômicos que se materializaram no espaço social do bairro. Durante essa etapa de pesquisa foram sintetizados alguns quadros que demonstram a configuração do bairro, como a expansão da oferta de serviços e do comércio.

A participação dos atores foi diluída em diferentes momentos e, no caso dos registros de décadas passadas, esses foram resgatados a partir de bibliografias. A etapa atual foi proposta através de entrevista semiestruturada, distribuída aleatoriamente a pessoas em diferentes pontos da Lomba do Pinheiro. As respostas eram abertas e os depoimentos foram interpretados de acordo com cada etapa, como a percepção dos moradores referente ao bairro. A partir desses resultados e

da constatação da valoração ambiental por parte dos moradores, foi necessário dar um enfoque mais apurado e, por isso, foi realizada uma pesquisa comparativa entre a percepção relativa à valoração ambiental no bairro. Cabe destacar que todas as entrevistas e percepções foram resultantes da aplicação da entrevista semiestruturada, realizada com quarenta e sete pessoas de diferentes localidades, idades e faixas de renda.

Após a análise das diferentes décadas de transformações na Lomba do Pinheiro, foi proposto para a realidade atual um trajeto pelo bairro, destacando-se os diferentes empreendimentos e seu perfil socioeconômico, bem como fazendo algumas análises que nos encaminharam para as considerações finais.

Assim sendo, Spósito (2004) argumenta que o método não se constitui em unanimidade na ciência. É preciso compreender sua gênese, suas características e as diferentes formas como ele se apresenta, verificando também como ele é abordado por pessoas com tendências doutrinárias diferentes.

No item a seguir, serão apresentados os procedimentos operacionais.

1.6.1 Procedimentos operacionais

A partir do exame dos blocos conceituais – a produção do espaço urbano e o pensar sobre os modelos de planejamento urbano – empreendeu-se a análise das condições de implementação das legislações que viabilizaram o processo de ocupação legalizada da Lomba do Pinheiro. Com foco nos padrões adotados e na escala de abrangência, finalidade e indicadores, essa análise levou em conta a identificação dos atributos do bairro Lomba do Pinheiro no que se refere à sua dinâmica de transformação espacial, principalmente no período de 1960 até 2013.

Uma análise quantitativa e qualitativa foi realizada através do estudo de caso. Para reconstituir a história dos moradores do Bairro Lomba do Pinheiro, foi essencial destacar a sua percepção acerca de seus próprios valores e referências relacionadas à qualidade do lugar em que vivem, além de sua contribuição, no sentido de caracterizar a dinâmica socioespacial do bairro durante esse período.

Para tanto, é de suma importância destacar que as seguintes etapas não se desenvolveram de forma necessariamente sequencial.

A seguir, descrevemos a proposta de elaboração deste estudo:

Etapa I: Revisão de literatura

Atividade: foi realizado o desenvolvimento do arcabouço teórico, com a contextualização dos conceitos de produção do espaço urbano e os modelos de planejamento urbano.

Fontes:

- Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do Futuro (2008), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA, 1999, 2010), livros, artigos, periódicos, em meio impresso e/ou digital);
- Documentos institucionais, publicações legais, entre outros;
- Jornais e revistas;
- Entrevistas com moradores.

Produtos: fundamentação teórica, sistematização das informações relativas à dinâmica socioespacial da Lomba do Pinheiro entre os anos de 1960-2013.

Etapa II: Estudo de Caso

Atividades:

- a) Levantamento das informações existentes sobre a Lomba do Pinheiro;
- b) Definições sobre as legislações e políticas que viabilizaram as mudanças no perfil socioespacial do bairro de 2000 a 2013;

Fontes:

- Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do Futuro (2008), Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA, 1999, 2010), documentos institucionais, entre outros;
- Consulta aos órgãos ligados à Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), em especial à SMURB (Secretaria Municipal de Urbanismo).

- c) Levantamento das informações para o bairro Lomba do Pinheiro;

Fontes:

- Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA);
- Bibliográfica e hemerográfica (jornais).

Produtos de a, b e c: definição do bairro e das consequentes subunidades, a fim de que fossem analisados os empreendimentos realizados através dos instrumentos e legislações utilizados para viabilizar as mudanças territoriais em curso no bairro.

d) Elaboração do Estudo Piloto: pré-teste das entrevistas, levantamentos locais e entrevistas informais.

Fonte: trabalho de campo.

Produtos: formulários definitivos das entrevistas, registro fotográfico.

e) Análise das entrevistas

Produtos de d e e: Identificação e avaliação de aspectos do espaço em que vêm sendo implantados os novos empreendimentos no bairro Lomba do Pinheiro.

Etapa III: Avaliação e identificação das tendências de configuração socioespacial, a partir das mudanças em curso na Lomba do Pinheiro.

Fontes: esta etapa foi alimentada pelas anteriores, que forneceram a fundamentação teórica e empírica para a sua formulação. Adicionalmente, acrescentaram-se novas fontes, como levantamentos de campo para identificar os novos empreendimentos através de registros fotográficos, além de entrevistas.

Produto: encaminhamentos e considerações acerca das transformações sofridas pelo bairro a fim de contribuir para a melhoria das condições de vida dos moradores do bairro.

A partir dessa proposta de operacionalização, foi montada uma sistematização, para a investigação, coleta de dados e coleta de informações.

1.6.2 Sistematização da investigação

Esta pesquisa teve o desenho de uma proposição exploratória, que foi sendo construída à medida que se avançava no conhecimento da realidade local, com o respaldo dos produtos obtidos em cada uma das etapas da pesquisa.

Cabe destacar que esta pesquisa não buscava um modelo de análise e de interpretação da realidade socioespacial da Lomba do Pinheiro, mas sim, objetivava alcançar uma abordagem para empreender avaliações, a partir das possibilidades e limitações dos elementos encontrados no decorrer do estudo, agregando

proposições que possuíam a mínima pretensão de dar conta das diferenciações internas do bairro, contribuindo com seus distintos atores sociais envolvidos.

A seguir, será iniciada a apresentação do referencial teórico sobre a produção do espaço urbano.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A Geografia é uma das ciências que tem se voltado para a análise da cidade e da vida urbana. Por ser reconhecida como uma ciência social, na maioria dos casos é por essa perspectiva que ela tem feito a leitura do espaço urbano, contudo sob o enfoque da espacialidade, pois o espaço é o objeto de estudo da Geografia.

Convém lembrar a distinção entre os conceitos de espaço urbano e de cidade. Na perspectiva de Santos (1988) e Lefebvre (1991) a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais; já o espaço urbano seria o conteúdo, sendo as próprias relações sociais que se materializam no espaço. Por outro lado, Souza (2000) e Cavalcanti (2001) dizem que não se pode fazer uma separação absoluta entre espaço urbano e cidade, pois há uma relação de interdependência dialética entre as duas categorias. Souza (1999), porém, alerta que é fundamental distinguir os conceitos: “a cidade é o concreto, o conjunto de redes, enfim, a materialidade visível do urbano enquanto que este é o abstrato, porém dá sentido à natureza da vida” (SOUZA, 2000, p.78).

Em consequência disso, Cavalcanti (2001, p. 15), baseada na perspectiva espacial de Santos (1988), faz a seguinte consideração: “A cidade é um espaço geográfico, é um conjunto de objetos e de ações, mas entendendo que ela expressa esse espaço, como lugar de existência das pessoas, não apenas um arranjo de objetos, tecnicamente orientado”.

Ao pensar o espaço urbano, Corrêa (2004) destaca que nas grandes cidades capitalistas, o espaço urbano se dá por diferentes usos da terra justapostos entre si. Essas áreas definiriam os centros da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e gestão, áreas industriais, residenciais, entre outras e aquelas áreas de reserva para futura expansão. Corrêa caracteriza o espaço urbano da seguinte maneira:

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável. Essas relações manifestam-se empiricamente através de fluxos de veículos e pessoas associadas às operações de cargas e descarga de mercadorias, aos deslocamentos cotidianos entre as áreas residenciais e os diversos locais de trabalho, aos deslocamentos menos frequentes para compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, às visitas aos parentes e amigos, e às idas ao cinema, culto religioso, praia e parques (CORRÊA, 2004, p. 7).

Corrêa (2004) define o espaço urbano como fragmentado e articulado, pois ao mesmo tempo em que estabelecemos divisões territoriais, a malha urbana e a vida dos que nela habitam são fortemente articuladas por uma complexidade de fluxos físicos, informacionais e relacionais. Ao destacar o modelo de cidades no capitalismo, faz a seguinte consideração:

A grande cidade capitalista é o lugar privilegiado de ocorrência de uma série de processos sociais, entre os quais a acumulação de capital e a reprodução social têm importância básica. Estes processos criam funções e formas espaciais, ou seja, criam atividades e suas materializações, cuja distribuição espacial constituiu a própria organização social urbana (CORRÊA, 2004, p. 37).

Para melhor contextualizar a tentativa de reunir esforços em torno da leitura da realidade urbana, continuamos destacando as contribuições de Corrêa (2004) e de mais alguns autores.

Assim seguimos a ideia de produção do espaço urbano que está relacionada à produção do espaço em geral, pois como diz Lefebvre (1991), produzir é produzir espaço. Continuemos a relatar acerca da produção do espaço urbano:

Falar em produção do espaço é falar desse espaço como componente da produção social em geral, que tem uma lógica, uma dinâmica que é própria dessa produção social, de um modo de produção de sociedade. Isso é diferente de falar em organização, que ressalta a forma e o aspecto técnico dessa forma, que destaca também um sentido de exterioridade frente ao modo de produção (CAVALCANTI, 2001, p. 15).

Carlos (1994) reforça tal perspectiva, pois ao referir-se ao espaço produzido, faz a seguinte colocação:

O espaço deixa de ser natural, isto é, apesar de guardar sua dimensão natural; a dimensão social assume papel preponderante, abrindo novas perspectivas para a Geografia. Pensar o espaço urbano enquanto produto social significa que o produto deve necessariamente, ser e construído no conjunto de suas relações, e o isolamento de um momento do todo só pode ocorrer pela mediação de um outro objeto que não é completamente isolável. O todo social é dado como organização prática, e a unidade do mundo constitui o plano do humano. A noção de cidade evolui. De organismo funcional passa a ser entendida a partir da ideia de trabalho materializado, enquanto elemento de uma totalidade espacial, marcando o limite entre a cidade e o urbano (CARLOS, 1994, p. 159-160).

Como se viu até então, a dimensão social do espaço urbano vai tomando uma complexidade à medida que suas formas vão sendo construídas, pois embora

se coloque que o espaço urbano não esteja restrito às suas formas, é inevitável entender os processos espaciais como resultantes dos arranjos e formas dos lugares, que também expressam um modo de vida. Segundo Cavalcanti (2001), esse modo de vida não está ligado somente ao modo de produção econômica, embora sofra seu contingenciamento, mas a todas as esferas da vida social: cultural, simbólica, psicológica, ambiental e educacional.

Assim, partindo de um questionamento feito por Villaça (1985), vamos procurar melhor dimensionar a produção do espaço urbano. Se o espaço urbano é produzido pelo trabalho humano, pergunta-se: Qual o produto desse trabalho? Continuaremos explorando a lógica dessa produção, como ela se dá e quais são suas contradições.

2.1 OS AGENTES E SUAS PRÁTICAS

Ao construir sua definição para o espaço urbano, Corrêa (2004) aponta, conforme já referido, seus diferentes usos e a condição de “articulação e fragmentação”, mas o autor também aponta quem são os agentes modeladores do espaço urbano, os atores que o constroem. “A partir de diferentes usos da terra justapostos entre si e que, simultaneamente se apresenta “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas”. Os agentes modeladores do espaço urbano considerados por Corrêa (2004, p. 12) são: “(a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (b) os proprietários fundiários; (c) os promotores imobiliários; o Estado; e (e) os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 2004, p. 13).

A ação desses agentes modeladores do espaço vão construindo a cidade e direcionando a dimensão das relações no espaço urbano, isso na perspectiva do modelo capitalista de produção. Nesse sentido, vejamos o trecho a seguir:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos que dela emergem (CORRÊA, 2004, p. 10).

Quanto à atuação e crítica a essa lógica, retomemos Villaça (1985), pois ele nos diz que esse modelo dominante, desenvolvido em relação de disparidade entre os atores envolvidos, tem como exemplo os grupos sociais excluídos colocados por Côrrea (2004) em relação aos proprietários dos meios de produção. Essa relação dispar quanto ao acesso à terra, por exemplo, acarreta em determinadas práticas, tomadas de decisão e acúmulo de poder. E isso passa por um pensamento dominante, o que acaba por legitimar as práticas de tais agentes. Nesse sentido, Villaça (1985) faz a seguinte colocação:

As preocupações intelectuais dos séculos XX e XXI são muito diferentes dos séculos XVIII e XIX. Em que e por quê? Não pretendemos aprofundar essa ideia e não vamos nos atrever a explicar como isso ocorreu. Apenas registramos o fato e fazemos algumas observações que nos parecem importantes. Séculos diferentes pensam de formas diferentes. Interesses, preocupações ou curiosidades diferentes dominam a produção intelectual de séculos diferentes. De onde e como surgem esses interesses, essas preocupações e as curiosidades intelectuais diferentes, e que dominam diferentes séculos? Como surgem, quem produz e quem modela esse pensamento dominante? Questões desse tipo já não preocupam o pensamento dos séculos XX e XXI (VILLAÇA, 1985, p. 25).

Ainda sob essa perspectiva crítica, tão necessária, mas que por hora parece ir perdendo força, Villaça (1985) complementa da seguinte maneira:

Parece-nos que no Século XX (e também, até agora no XXI), o capitalismo e as ideias fundamentais por ele produzidas passaram a dominar o mundo de forma tão avassaladora, que os fundamentos dessas ideias, bem como as questões sociais mais fundamentais, não são mais questionadas como eram nos séculos XVIII e XIX. Algumas das questões já foram respondidas, como, por exemplo: De onde vem a riqueza das nações? Mas muitas não foram, e talvez nunca venham a ser respondidas (o que justifica, mas talvez explique seu abandono), como por exemplo: De onde vem a consciência dos homens? Outras permanecem, mas esquecidas, como por exemplo: O que move a história? Qual o papel do conflito entre as classes e como se dá hoje? Esse tipo de preocupação não está morto, como quer fazer o pensamento hoje dominante (VILLAÇA, 1985, p. 26).

É de fundamental importância retomar tais questões epistemológicas na reflexão sobre o espaço urbano, uma vez que esse tipo de preocupação não está morta, como quer o pensamento dominante, o qual considera tais preocupações 'jurássicas', mas em uma perspectiva positiva, Villaça (1985) diz ter certeza de que esse descaso seja passageiro, embora ressalte que já esteja durando demais.

Se esse pensamento dominante tem regido os modelos de produção, inclusive do espaço urbano, recorreremos mais uma vez a Corrêa (2004), para melhor contextualizar e compreender como se dão suas práticas.

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação, o uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, realocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2004, p. 10).

Não cabe nessa pesquisa detalhar a ação individual de cada agente modelador do espaço urbano proposto por Corrêa (2004), mas sim destacar suas considerações sobre como eles agem em conjunto.

Em primeiro lugar, a ação desses agentes se faz dentro de um marco jurídico que regula a atuação deles. Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes, e constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante (CORRÊA, 2004, p. 11).

Corrêa (2004) também destaca que, embora possa haver diferenciações entre as estratégias dos três primeiros agentes, bem como algum conflito, entre os proprietários dos meios de produção (em especial os grandes industriais), os proprietários fundiários e os promotores imobiliários há, entretanto, dominadores comuns que os unem:

Um deles é a apropriação de uma renda da terra. Por outro lado, a ação desses agentes serve ao propósito dominante da sociedade capitalista que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe, este aspecto cabendo particularmente ao Estado. Para isto o espaço urbano constitui-se, como aponta Lefebvre (1976), um instrumento onde são viabilizados concretamente os propósitos acima indicados, e grande parte através da posse e do controle e do uso da terra urbana (CORRÊA, 2004, p. 11).

Outro detalhe relevante indicado por Corrêa (2004) é que essa tipologia anteriormente apresentada é muito mais analítica do que efetivamente absoluta. O autor aponta que, no estágio atual do capitalismo, os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente, nesse caso, em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem espaço urbano. Com essa configuração

concentradora, Corrêa (2004) diz que muitos dos conflitos entre os agentes supramencionados desaparecem, pois passam a ser um único agente, facilitando portanto a efetivação de seus interesses.

Assim como mencionado anteriormente a respeito das considerações feitas por Villaça (1985) acerca das preocupações variáveis quanto à análise dos modelos dominantes, o que acaba por refletir na produção intelectual, Corrêa (2004), também aponta uma mobilidade no tempo e no espaço por parte dos agentes modeladores do espaço urbano.

É importante notar que as estratégias que esses agentes adotam variam no tempo e no espaço, e esta variabilidade decorre tanto de causas externas aos agentes, como de causas internas, vinculadas às contradições inerentes ao tipo de capital de cada agente face ao movimento geral de acumulação, capitalista e dos conflitos de classe. Assim como exemplo, o aumento da composição orgânica de capital de uma empresa, afetando a taxa de lucro, pode gerar novas estratégias que incluam mudanças locacionais, afetando o uso da terra urbana (CORRÊA, 2004, p. 13).

Assim sendo, Cavalcanti (2001) reforça que pensar a produção do espaço urbano no conjunto da população e da produção social é pensar em seu movimento dialético e contraditório, pois a execução dessas práticas por tais agentes é viabilizada a partir das lógicas do capitalismo.

Pensar a cidade na lógica capitalista é pensar na relação entre industrialização e urbanização (fenômenos interligados, mas não equivalentes – a lógica capitalista tem a indústria, a empresa, como ponto central de riqueza e das relações sociais de produção, mas têm também os interstícios, os serviços, as atividades culturais, o consumo do espaço). Analisar a cidade na contradição espacial entre a produção e o consumo leva também a considerar a questão ambiental. Sabe-se que a questão ambiental tem preocupado bastante a sociedade nas últimas décadas, ela é resultante de um determinado modo de produção e consumo constante de mercadorias, o que requer o uso acentuado da natureza e de seus recursos (CAVALCANTI, 2001, p. 16).

É indiscutível que a produção do espaço capitalista baseia-se na lógica da aglomeração e na necessidade de ocultar contradições sociais. O resultado da produção dessa lógica de espaço urbano, através de seus agentes e de suas práticas, acabou por desenhar em diferentes lugares, lugares de diferentes classes e diferentes grupos, ou seja, lugares contraditórios.

Assim, seguindo por essa proposta de leitura acerca do espaço urbano, começamos a direcionar tal olhar ao contexto do bairro Lomba do Pinheiro, o qual

essa pesquisa se propõe a ler. Em sendo um bairro considerado periférico no contexto porto-alegrense, busquemos a seguir alguns elementos da dita produção “técnica/racional” e sua influência no encaminhamento de sua espacialização.

2.2 DIRECIONAMENTO À LOMBA DO PINHEIRO

Apesar do título, não se pretende fazer uma ampla reflexão sobre a aplicação dos conceitos de segregação socioespacial, tampouco acerca do conceito de periferia, mas sim direcionar a lógica dessa produção urbana racionalizada aos impactos espaciais causadas pela mesma, em especial no bairro Lomba do Pinheiro. Cabe ressaltar também que essa discussão será abordada nos capítulos seguintes, pois ela é quase como a espinha dorsal da pesquisa, uma vez que o objeto de estudo é o bairro. Portanto, aqui daremos as primeiras pinceladas. Contudo, cabem alguns antecedentes para melhor tentar compreender os processos que modelam o espaço urbano.

A lógica funcional de produção do espaço urbano, feita a partir da racionalidade capitalista, acabou por definir na cidade lugares segundo o espaço de produção. Assim é que se coloca a perspectiva de análise frente à produção de periferias, de favelas, de bairros operários, de bairros de auto segregação da burguesia, de centros deteriorados (CAVALCANTI, 2001).

Ao fazer uma análise a partir da produção do espaço urbano, busca-se descobrir as causas de tal configuração. Por isso, recorremos a Abramo (2007):

A crise do fordismo urbano no início dos anos de mil novecentos e oitenta nos países centrais, em particular na Europa, e o início do que alguns chamam de nova política urbana pode ser considerado como um marco formal da institucionalização da cidade neoliberal (ABRAMO, 2007, p. 25).

No decorrer desse processo, a crítica ao racionalismo construtivista do chamado “urbanismo modernista”, que será mais bem discutido no capítulo seguinte, em conjunto com o que Abramo (2007) chama de “o retorno do mercado”, foram determinantes nesse modelo de cidade. Segundo Abramo (2007), ao longo do período fordista urbano, o mercado tinha um papel muito importante na produção das materialidades urbanas, porém, esse papel era mediado pelo Estado na definição das regras de uso do solo e nas características da materialidade urbanas.

A crise do fordismo urbano se manifesta, sobretudo através da crise do urbanismo modernista e regulatório com a flexibilização urbana e com a crise do financiamento estatal da materialidade urbana (habitação, equipamentos e infraestrutura) e alguns serviços urbanos coletivos. Nos dois casos, o mercado ressurgue como principal mecanismo de coordenação de produção das materialidades urbanas, seja pela via das privatizações de empresas públicas urbanas, seja pela hegemonia do capital privado na produção das materialidades residenciais comerciais da cidade. Assim, a cidade neoliberal tem como mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo a predominância do mercado, ou como preferimos dizer, da “mão inexorável do mercado” (ABRAMO, 2007, p. 26).

Nesse sentido, ao abordar o desdobramento desse modelo nas cidades da América Latina, no qual retrata de forma “COM-FUSA”, Abramo (2007) nos fala dos resultados e lógicas desse funcionamento:

A produção das cidades modernas resulta no funcionamento de duas lógicas modernas (mercado e Estado), mas como de uma terceira lógica, a lógica da necessidade. Foi a Lógica da necessidade que moveu, e continua a mover, um conjunto de ações individuais e coletivas que promoveram a produção das “cidades populares” com o seu habitual ciclo ocupação/autoconstrução/autourbanização e, por fim o processo de consolidação dos assentamentos populares informais (ABRAMO, 2007, p. 26).

Em função desse contexto, Abramo (2007) ainda destaca mais uma variante na produção do que classifica como cidade popular, pois essa passou a articular a lógica da necessidade com a lógica do mercado, manifestando-se socialmente como mercado informal do solo.

Assim sendo, caberia fazer aqui, ainda pela leitura de Abramo (2007), a aproximação do termo informalidade:

Se chamamos de economia formal o processo de produção e de trocas de bens e serviços regulados pelo mercado e promovidos e realizados por empresas industriais e comerciais com o objetivo do lucro e que atuam submetidas às regras do direito comercial, fiscal, do trabalho, etc., podemos chamar economia informal todo o processo de produção e troca que não se submete a um desses aspectos (ABRAMO, 2007, p. 29).

Assim, o mercado informal também seria (i) ou (a)formal em relação aos direitos econômicos. Por isso, o mercado informal de uso do solo é a somatória de duas dimensões da informalidade: a informalidade urbana e a informalidade econômica (ABRAMO, 2007).

Esse contexto gera processos segregatórios no espaço urbano, pois fragmenta o espaço e o caracteriza em função de formal ou informal. Villaça (2001,

p. 142) analisa diversas metrópoles brasileiras a partir dessa preocupação, destacando, para isso, o fenômeno da segregação urbana. Segundo esse autor, “segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em regiões gerais ou conjunto de bairros da metrópole”.

A segregação foi um processo que se desenhou rápido, em função da procura por espaços em função decorrente do processo de industrialização, se constituindo como uma dessas marcas e como motivo da rápida estruturação do espaço interno das cidades nesse período. Segundo Spósito (2002), esse processo fazia com que ficasse impossível percorrer distâncias a pé entre os locais de moradia e trabalho. Ou seja, o crescimento populacional não podia ser acompanhado em seu ritmo pelo crescimento territorial.

Como consequência disso, houve um adensamento habitacional muito grande. Esse processo justifica o crescimento das cidades, “tornado em geral o centro a área antes compreendida por todo o núcleo urbano, formando-se ao seu redor uma faixa nova, considerada *Periferia*” (SPÓSITO, 2002, p. 56).

Como resultado desse processo, Spósito (2002) descreve a situação após cem anos do processo de Revolução Industrial. O chamado centro em geral guardava as suas características originais, com monumentos, ruas estreitas, com algumas casas estreitas e compactas, jardins e pátios anexos às residências dos mais ricos. “Estes foram abandonando, aos poucos, o centro onde se amontoavam trabalhadores pobres e recém-migrados. Nos pátios eram feitas novas construções – casas, indústrias, barracões” (SPÓSITO, 2002, p. 56). Essas construções tornavam a densidade bastante elevada.

Nesse contexto, a cidade começa a expandir sua malha urbana e Spósito (2002) nos elucida melhor sobre a dinâmica desse processo:

A periferia era entendida como uma espécie de território livre da iniciativa privada, onde de forma independente, surgiram bairros de luxo (para abrigar os ricos emigrados do centro), bairros pobres (onde moravam mais assalariados e recém-emigrados do campo), unidades industriais maiores, depósitos. Estes novos setores da cidade foram, com o correr do tempo fundindo-se num tecido urbano mais compacto. Contribuiu para o crescimento das cidades, que denotava uma desordem muito grande na paisagem e na malha urbana, o fato de que houve um abandono das formas de controle público sobre o espaço construído. O Estado não elaborava mais planos, nem regulamentos, e nem fiscalizava as formas pelas quais a cidade vinha sendo produzida (SPÓSITO, 2002, p. 56).

Spósito (2002) ainda conclui apontando que o Estado passa de regulamentador a especulador, utilizando-se da posse de terrenos públicos para pagar suas dívidas, permitindo que a classe econômica dominante pudesse realizar seus investimentos imobiliários.

Essa perspectiva será novamente abordada no capítulo a seguir, quando serão propostas mais algumas reflexões acerca do “pensar os modelos de planejamento urbano”. Mas o que os autores consultados até aqui confluem é que no modelo de cidade capitalista, a terra urbana, o espaço urbano, estão a serviço do lucro.

Ao fazer suas considerações sobre a dinâmica interna de produção da cidade, Souza (2003) fala da importância de nos debruçarmos sobre o que chama de “organização interna da cidade”, a qual, segundo ele, “é a chave para chegarmos aos processos sociais” que animam o núcleo urbano e que estão envolvidos na dinâmica de produção do espaço. “Ao mesmo tempo é uma chave privilegiada para observarmos e decifrarmos a sua complexidade enquanto produto social” (SOUZA, 2003, p.63).

Souza (2003) ressalta que cada cidade apresenta diferentes tipos de espaços, de acordo com a atividade predominante. No caso da Lomba do Pinheiro, com o crescimento da cidade e do bairro, assim como ocorre nas demais cidades, encontra-se o que Souza (2003) classifica como um comércio de bairro. Esse é o perfil predominante na maior parte da história da Lomba do Pinheiro, pois é nesse comércio de bairro que as pessoas podem fazer compras para abastecimento diário, semanal ou mensal, de gêneros alimentícios e outros de uso rotineiro. Já em outros espaços da cidade concentram-se o comércio e os serviços, apresentando-se como “verdadeiras localidades centrais intraurbanas” (p. 64). Esse, apesar de ser um quadro recente, começa a firmar-se também na Lomba do Pinheiro, mas como já foi frisado, essas são apenas as primeiras pinceladas a respeito, já que há muitos aspectos a serem explorados e caracterizados. Esse processo não está restrito aos bairros de periferia, como é o caso da Lomba do Pinheiro, mas segue tendência para classes de alto poder aquisitivo na dinâmica intraurbana e, sobretudo na realidade brasileira, temos muitos exemplos.

Em muitos casos os sub-centros não só florescem, mas gradualmente vão “roubando a cena” do próprio CBD. É um fenômeno comum nos centros brasileiros, uma perda de prestígio, ou mesmo uma decadência do CBD; o comércio mais chique e os serviços mais refinados, que antes lá encontravam-se concentrados, tendem a deixá-lo em troca de outros locais buscando uma maior proximidade com os consumidores (SOUZA, 2003, p. 65).

No caso da Lomba do Pinheiro, os principais motivos que caracterizaram seu processo de ocupação mais intenso, a partir da década de 1970, foram:

O direcionamento das pessoas para o bairro Lomba do Pinheiro está associado em especial: à elevação dos preços dos imóveis na área central da cidade; à remoção de vilas, também na área central; ao aumento de loteamentos nas áreas periféricas, quando os loteadores prometem uma série de vantagens aos possíveis moradores e ao êxodo rural que, de um modo geral, força o aumento populacional em várias áreas do bairro (FONTOURA, 2005, p. 46).

Como característica das ocupações mais intensas no bairro, Fontoura (2005) destaca a presença dos agentes locais que, movidos por interesses particulares, acabavam por encorajar grupos desejosos por moradia própria a ocupar uma determinada área. Nesse contexto, consolida-se o primeiro ato, mas com a aparição do proprietário inicia-se um longo e penoso processo para os moradores da área ocupada, já que além da inexistência da infraestrutura urbana a permanência no local ficava tomada pela incerteza.

A situação desafia as individualidades e desperta lideranças diante dos encaminhamentos a serem dados na garantia de permanência, através da regularização fundiária e na organização dos moradores para a obtenção, por exemplo, das redes de água, luz e esgoto (FONTOURA, 2005, p. 47).

Essa situação marca a história do bairro Lomba do Pinheiro, visto que esse é um bairro que tem em seus moradores um grande referencial de luta por melhores condições de vida, ponto que será mostrado a seguir. Antes disso, ainda faremos no capítulo a seguir algumas perspectivas de modelos de planejamento urbano que foram responsáveis por desenhar espaços como o da Lomba do Pinheiro.

Para encaminharmos o final dessa primeira etapa da pesquisa, fica a seguinte reflexão: não é fácil apontar apenas um motivo pelo qual a perspectiva geográfica é tão detentora de potencial para explicar os processos de produção do espaço urbano, pois sua contribuição é muito ampla, sendo a produção de diferentes

lugares na cidade, sua caracterização, sua identificação, por isso, essas características são particularmente geográficas.

3 BREVE PERSPECTIVA SOBRE “O PENSAR” DOS MODELOS DE PLANEJAMENTO URBANO

Neste capítulo faremos a retomada de alguns paradigmas que nortearam os modelos de planejamento urbano e seus respectivos desdobramentos.

3.1 O URBANISMO MODERNISTA: INFLUÊNCIAS E DESDOBRAMENTOS NA POLÍTICA URBANA

O urbanismo modernista, difundido por um pequeno número de arquitetos pelo mundo, foi o indutor de transformações no campo social, econômico e político do século XVIII, mas sua “efetividade” em maior escala será posta em prática no período do pós-guerra¹ (NYGAARD, 2005). Essa nova ideologia trazia o progresso como mote principal e, segundo Nygaard, baseava-se nos seguintes pressupostos:

- a) que na produção arquitetônica e artística, a indústria em detrimento do artesanato, terá um papel predominante; b) que as necessidades de massa requereriam pesquisas de soluções de massa; c) que o ambiente construído seria um ambiente de transformação social, que possuía virtudes pedagógicas; d) que as transformações sociais seriam eminentes; e) que o mundo mudará radicalmente, surgindo das ruínas uma sociedade mais justa, mais fraterna, mais igualitária (NYGAARD, 2005, p. 67).

Essa ideologia traz em sua tese a preocupação com a “doutrina” nele contida, pois essa é a formuladora de ideias, posições e conceitos que perpetuaram na temática do planejamento urbano.

Essas ideias ganham força a partir da Revolução Industrial, pois devido à reorganização das atividades de produção e da economia, as cidades passaram a atrair um intenso incremento demográfico. Na realidade, as cidades não estavam preparadas para receber tamanho contingente populacional em curto espaço de tempo. Esse adensamento representou a construção de novas edificações, ao mesmo tempo em que era notável a falta de infraestrutura. Os primeiros congestionamentos já apareciam nas ruas, caracterizando a insuficiência do sistema viário, a cidade começava a caracterizar-se como um foco de problemas, e um dos mais marcantes diz respeito às condições higiênicas e sanitárias: “O industrialismo, a partir da força criadora do século XIX, produziu o mais degradado ambiente urbano que

¹1914 - 1918.

o mundo jamais vira; na verdade até mesmo os bairros de classes dominantes eram imundos e congestionados” (MUNFORD, p. 569, 1965).

Esse contexto tornou a cidade um foco de proliferação de doenças, disseminando epidemias com muita rapidez, atingindo um contingente populacional jamais visto e em uma velocidade cada vez maior.

Nessa época surge a preocupação das autoridades, pois temendo serem as próximas vítimas, depararam-se com a emergência da pauta, trazendo-a como necessidade prioritária de intervenção.

Esse interesse pela saúde urbana conduziu, na época, ao desenvolvimento da medicina individual e curativa também, especialmente da medicina social e preventiva. As doenças proliferavam-se no meio urbano tornando-se logo necessário que este também sofresse mudanças (SOUZA; DAMASIO, 1993, p.134).

Como consequência, priorizaram-se os investimentos em infraestrutura básica, principalmente nas condições de aeração e insolação das edificações e, conseqüentemente, da cidade, o que levou o urbanismo modernista a concentrar seus esforços nos setores de circulação viária e saneamento. Souza e Damásio (1993) destacam que o caos instaurado nas cidades pós-Revolução Industrial, trouxe como resultado não somente avanços na área da saúde, mas também na área do planejamento urbano.

O exemplo clássico do Modernismo Urbano foi Haussmann, sendo o primeiro gestor a enfrentar os problemas urbanos na administração como prefeito de Paris². Em seu discurso, mas também na prática, mudanças e obras de renovação urbanas foram implementadas, como:

A abertura de bulevares continha o discurso de limpeza da cidade, em conjunto com a construção e ampliação de redes de esgoto, água, iluminação, arborização das vias públicas, a criação de parques públicos transformaram Paris em símbolo de modernidade no século XIX. (ALBANO, 1999, p. 21).

Após tantas intervenções estruturais, Paris passou a ser vista como um espaço urbano integrado, pois essa nova configuração espacial retirou a condição de isolamento que antes vigorava no espaço urbano.

²Período da administração Haussmann (1853 – 1869).

Souza e Damásio (1993) pontuam que as obras de Haussmann se transformaram no novo paradigma urbanista, ocasionando uma verdadeira “coqueluche” entre as cidades europeias que buscavam a modernização, agora calcadas no modelo parisiense, como Bruxelas, Florença, Lyon e Viena, entre outras.

A partir de então, a questão de higienização ou “limpeza da cidade”, sobretudo no setor de circulação viária, não ficou restrita a cidades de países europeus. Os ideais modernistas se disseminaram com grande força na América Latina, como, por exemplo, na Cidade do México, em Buenos Aires, no Rio de Janeiro e até em Porto Alegre. Em decorrência desse processo, Souza e Damásio (1993) relatam os problemas que ocorreram em função da nova configuração territorial. Dentre eles podemos destacar a abertura de avenidas sem saneamento, os congestionamentos e a valorização econômica, o que de maneira geral impedia que a população de menor renda pudesse ali continuar. Essas medidas acabaram por elitizar muitos desses espaços.

Após o discurso higienizante ter se cristalizado como principal fundamento do modernismo urbano, surge o movimento *City-beautiful*, em Chicago, a partir das ideias de Burnham, incorporando a questão do embelezamento urbano ao discurso “básico” (ALBANO, 1999). Agora as cidades norte-americanas também passam a influenciar o planejamento das cidades. No Brasil, tais influências são bastante significativas, conforme veremos a seguir ao percorrermos um breve histórico sobre o pensar e o fazer do planejamento urbano no Brasil.

3.2 BREVE QUADRO DO URBANISMO NO BRASIL

A realidade das cidades brasileiras no início do século XX é, de modo geral, insalubre, com destaque para as que receberam imigrantes europeus, onde o déficit de estrutura urbana é ainda mais agravante, o que tornou comum a proliferação dos cortiços. De acordo com um relatório de saúde da época, citado por Souza e Damasio (1993), assim eram retratados os cortiços:

Toda a venda ou tavernas tinham em seus quintais um correr de supostas casinhas, denominados cortiços, toda cocheira os possuía e mesmo nos capinzais, lugares alagadiços e úmidos, íamos encontrá-las! É muito difícil de imaginar-se tanta e nojenta especulação. A construção de tais casebres revoltou-nos logo pela simples especulação exterior. Todos, quase todos,

eram construídos com pedaços de tábua de caixão de sabão ou batatas e folhas de zinco nas cobertas e mesmo nas paredes, aproveitando assim, os gananciosos, os envoltórios de mercadorias. Nenhum possuía soalho, eram edificados diretamente sobre o solo, sendo que muitas o chão achava-se transformado em lamaçal. Água, latrina e asseio eram coisas desconhecidas. Era tudo um horror! (SOUZA e DAMÁSIO, 1993, p. 136).

Esse era o parâmetro urbano geral nas cidades do Brasil, oportunizando a necessidade de trazer ao centro das discussões as ideais de intervenções à luz dos pressupostos tratados no capítulo anterior, ou seja, o Urbanismo Modernista.

Ao pesquisar a formação do pensamento urbanístico no Brasil, Leme (1999) reconstituiu a influência e a produção intelectual de diversos urbanistas, sendo um dos principais o engenheiro sanitário Francisco Saturnino de Britto, que atuou no planejamento de diversas cidades brasileiras. Havia outros que eram conhecidos além do meio técnico, como Prestes Maia, prefeito de São Paulo por duas vezes. Mas para melhor compreensão, recorreremos à pesquisa de Leme (1999), a qual organiza as tendências do planejamento urbano brasileiro em três gerações de urbanistas: a dos pioneiros (1895 a 1930), a dos engenheiros civis e arquitetos (1930 a 1950) e a do período dos planejadores urbanos (até 1964).

Como critério para dividir tais fases, algumas temáticas caracterizam os períodos. Assim sendo, no primeiro grupo a questão central dos planos e das intervenções urbanas estava diretamente relacionada aos melhoramentos localizados em setores da cidade:

Observamos o aparecimento de técnicas para resolver as questões da cidade: o saneamento, a circulação, a legislação urbanística. A organização dos espaços públicos – praças, avenidas, edifícios correspondendo a referências estéticas. As formas que assumem a intervenção e a escala. Ao analisarmos os documentos – os planos, os artigos publicados em revistas especializadas – estudamos as palavras, o que designavam, quem as formulavam, quando foram introduzidas e porque eram utilizadas (LEME, 1999, p. 21).

O segundo momento é marcado pela ideia de conjunto da área urbana:

Com uma visão de totalidade, são planos que propõem a articulação entre os bairros, o centro e a extensão das cidades através de sistemas de vias e de transportes. Nesse período são formuladas as primeiras propostas de zoneamento. Organizam-se os órgãos para o planejamento urbano como parte da estrutura administrativa das prefeituras das principais cidades (LEME, 1999, p. 26).

Para caracterizar a terceira fase, o destaque fica por conta dos planos regionais, procurando dar conta da nova realidade que vinha se configurando à época:

A migração campo-cidade, o processo crescente de urbanização, o aumento da área urbana e conseqüente conurbação. No urbanismo, no planejamento urbano e regional constatamos a imbricação, desde a gênese, entre este conhecimento e a prática profissional (LEME, 1999, p. 36).

É nesse período que temos a cristalização da área de planejamento urbano com a característica profissional dos que a fazem, ou seja, uma dupla inserção, no poder público e no ensino superior, se consolidando e agregando profissionais com diferentes perfis, como os geógrafos, economistas e sociólogos.

Assim sendo, Leme (1999) defende que a partir do estudo desses períodos, temos a documentação técnica do “pensar as cidades” em diferentes momentos, pois a partir de plantas, planos e projetos, faz-se possível desvendar o expressivo conjunto paradigmático que muitas vezes se sonhou para as cidades brasileiras. Contudo, fica o registro de que somente uma pequena parte desses projetos passou do campo das ideias para o campo das realizações. Outra característica marcante no pensar e no fazer do planejamento urbano brasileiro, como colocado anteriormente, é a especificidade da dupla inserção profissional dos planejadores em instituições de ensino e em órgãos públicos, o que reforçou a condição de esses dois vínculos estarem presentes nessas profissões até hoje. Por isso, notam-se relações entre os sistemas de chefias nos órgãos públicos e as antigas cátedras das escolas e faculdades e, se isso não resolve o descompasso entre o proposto e o realizado, mantém o tema em permanente debate (LEME, 1999).

Apresentadas tais variáveis, consideremos também o seguinte:

As cidades brasileiras diferem muito entre si e são por isto mesmo, uma amostra significativa do urbanismo no Brasil. São diferentes quanto à posição geográfica, a origem e o período de formação. Diferem quanto ao papel que desempenharam na história econômica e política do Brasil e que se reflete no ritmo de transformação de cada uma. A comparação entre elas nos permitiu avançar em termos teóricos e conceituais sobre a formação do urbanismo no Brasil (LEME, 1999, p.21).

Nessa perspectiva, composta por tanta diversidade, pode-se retratar alguns exemplos na história do urbanismo brasileiro, a fim de melhor caracterizar tantas

diferenças. Em uma perspectiva histórica do desenvolvimento urbano, podemos ver a cidade do Rio de Janeiro como um dos principais exemplos no que tange às ideias relativas ao tema, sobretudo por servir de modelo urbano para as demais cidades brasileiras. Também em virtude de seus “precoces problemas urbanos” e de sua condição de centralidade nacional, acabou por ser uma das primeiras cidades onde mais se pensaram intervenções de melhorias urbanas.

O Rio de Janeiro figurava historicamente por seus problemas, desde os tempos de colônia, mas o quadro piorava e a preocupação também. Um dos motivos históricos que justificariam as necessárias intervenções urbanas se deu com a chegada da família real e o anseio de que a corte portuguesa pudesse ser infectada, além do real incremento populacional de baixa renda que morava nas mais insalubres condições, sem qualquer serviço de infraestrutura. Sobre esse contexto, recorremos a Abreu (1987):

A vinda da família real impõe ao Rio de Janeiro uma classe social até então praticamente inexistente. Impõem também novas necessidades materiais que atendam não só aos anseios dessa, como facilitem o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade possa exercer (ABREU, 1987, p. 35).

Mas o cenário que se desenrolava era de “caos urbano”. Para melhor ilustrar, vejamos o que dizem Souza e Damasio (1993), ao trazerem a descrição do cenário feita em 1860 pela senhora Tousaint Samson:

As margens da Baía (do Rio) não passam de um vaso infecto, em que toda espécie de detrito apodrece espalhando emanções nauseabundas. Essa foi a primeira desilusão. As praias, que de longe pareciam tão belas e perfumadas, eram o receptáculo das imundices da cidade (SOUZA e DAMÁSIO, 1993, p.136).

Outro relato interessante extraído do trabalho de Souza e Damasio (1993) é do viajante Expilly, que faz a seguinte descrição da cidade do Rio de Janeiro:

As casas do Rio, construídas em terreno úmido, não tem fossas. Todos os detritos domésticos são atirados de qualquer maneira em barris que de noite os escravos despejam no mar. Dá pra imaginar a natureza das emanções que exalam esses barris durante o dia, em meio aos terríveis calores que reinam no lugar. Por volta das seis, uma interminável procissão desemboca de todas as ruas e dirige-se para a praia. Eram os negros carregando seus

barris que os franceses chamam de 'barrete,' tornando-se símbolo da cidade (SOUZA e DAMÁSIO, 1993, p.136).

Essa situação se perpetua até a República, quando se torna insustentável. A proliferação de doenças como varíola, tuberculose e malária se disseminam virando epidemias, conforme Souza e Damasio (1993).

O Rio de Janeiro teria sua primeira fase de “mudanças efetivas” através do plano do prefeito Pereira Passos:

O plano tinha implícito o objetivo de localizar os germes dos fenômenos que determinaram, com uma dinâmica cadavez mais rápida e intensa, em suas múltiplas inter-relações, o processo de transformação do Rio colonial na cidade atual. De fato, aquele plano representa a primeira fase, morfologicamente concreta, desse processo de modernização. (BRENNAN, 1985, p. 569)

Ao citar Santos (1988), Souza e Damasio (1993) trazem um trecho de análise crítica em relação ao modelo e defendem a motivação de tantas intervenções: “O Rio de Janeiro é reconstruído e embelezado por Pereira Passos para que tivéssemos uma capital que não nos envergonhasse frente aos países progressistas e civilizados” (SOUZA e DAMÁSIO, 1993, p.40).

Na administração de Pereira Passos (1903 – 1906) são feitas grandes mudanças urbanas, tendo um cunho eminentemente higienista, com destaque para a abertura de grandes avenidas, das quais muitas figuram até hoje como estruturais. Além disso, na gestão de Pereira Passos investiu-se nos sistemas de água e esgoto, na construção de passeios públicos, além da chamada brigada de matar mosquito, para combater a febre amarela.

Nessa perspectiva, Souza e Damasio (1993) argumentam que o modelo é seguido pelas demais cidades brasileiras, como no caso de Santos, onde a taxa de mortalidade chegou a ser maior do que a taxa de natalidade, além da implantação da polícia sanitária, que tinha como principal meta o desmonte dos cortiços, com a justificativa de obter-se maior salubridade.

Relativo a esse período, Albano (1999) reforça o nome do engenheiro Francisco Saturnino de Brito como um dos profissionais mais relevantes da época, pois ele era considerado um conhecedor profundo de técnicas de engenharia sanitária. Francisco Saturnino de Brito acabou por realizar diversos planos dessa ordem em cidades de distintos estados brasileiros, com uma influência bastante

demarcada da escola Modernista. O engenheiro levava com rigidez o ato de planejar, utilizando-se de traçados geométricos e negando qualquer tipo de informalidade no planejamento.

Saturnino Rodrigues de Brito realizou diversas obras pelo Brasil, e teve seu trabalho bastante solicitado no estado do Rio Grande do Sul, tendo feito Planos em cidades como Santa Maria, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Passo Fundo, Porto Alegre, São Leopoldo, Pelotas, Santana do Livramento, entre outras (SOUZA E DAMAZIO, 1993). Saturnino defendia, com seus propósitos de higienização, que onde o efeito benéfico do sol e do vento chegasse o médico não chegaria.

Rezende (1999) também aponta para a preocupação com as questões ligadas à estética e ao saneamento, sobretudo nas primeiras décadas do século XX, pois estavam constantemente expressas nas publicações e propostas de intervenções urbanas ao longo desse período.

Nesse sentido, podemos destacar que nas primeiras décadas do século XX surgem as reformas portuárias em cidades como o Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Porto Alegre, entre outras. Ao citar o exemplo do Recife, Leme considera que:

Apesar de Recife ter estado em reformas e trabalhos complementares até 1926, já no início da década de 1930 voltou-se a discutir nos meios técnicos locais a necessidade de uma ampliação da área portuária. Esta necessidade talvez esteja relacionada às novas demandas geradas pelo aumento de volume geral de carga transportada e do número de navios cada vez maiores (LEME, 1999, p. 222).

Diversas outras propostas referentes a modelos de bairros, aterros, extensões de cidades, planos e projetos modernistas se espalharam por diversas cidades, em todas as regiões do país. Dessa forma, as políticas sanitárias difundiram-se pelo mundo e pelo Brasil, inclusive por Porto Alegre, uma das primeiras cidades no Brasil a pensar a questão do planejamento, com o chamado Plano de Melhoramentos, conforme veremos nos capítulos a seguir.

3.3 PORTO ALEGRE E O MODERNISMO URBANO

O urbanismo, como um domínio específico do conhecimento, ganha vida no Rio Grande do Sul com o advento da República, conforme se verificou em outras regiões do Brasil. Como já retratado anteriormente, há uma consonância e influências estrangeiras no pensar a cidade.

Ainda acerca do Modernismo Urbano, ao analisar os processos que levaram Porto Alegre a aderir ao paradigma dos chamados tempos modernos, na busca por adequar seu território ao paradigma das “novas necessidades”, jaz mais uma concepção do que representava ser moderno, conforme Souza e Damásio (1993), inspiradas em Marshall Bermann:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos (SOUZA e DAMÁSIO, 1993, p.133).

Como conquistar esse modernismo? O cenário porto-alegrense no início do século XX era de uma cidade antiga, com algumas construções de “beleza arquitetônicas notáveis” e com certa diversidade de equipamentos urbanos (SOUZA e DAMASIO, 1993). Mas como no restante das cidades brasileiras, o que mais chamava a atenção eram os problemas urbanos.

Retomando um pouco a evolução histórica urbana de Porto Alegre: uma cidade surge à ponta do promontório, conhecido hoje como Praça da Matriz, destaquemos o período de abolição da escravatura e da proclamação da República, pois o Brasil se volta para as cidades. Isso depois de um longo período de Império, voltado a interesses de oligarquias rurais e moldando-se, assim, conforme o modelo das elites econômicas europeias. Segundo Souza (1999), “pregava-se a criação de uma nova ordem, que afastasse dos centros das cidades os pobres, o mundo da malandragem e dos crimes e que impusesse a beleza e a higiene para uma convivência feliz” (SOUZA, 1999, p. 84).

No século XIX, Porto Alegre recebeu um grande contingente de imigrantes europeus, primeiro os alemães em 1824, interrompidos os fluxos por um período, mas logo retomado em 1850. Já em 1875 chegaram os italianos, conforme Souza (1999). Embora a maioria dos imigrantes fosse para outras localidades ocupar-se com atividades rurais, parte desse contingente se estabeleceu em Porto Alegre. Esse contexto favoreceu o desenvolvimento de algumas indústrias, cujos produtos passaram a substituir os importados. Souza (1999) elucida que:

Do ponto de vista político e econômico, desde o final do sec. XIX, os governantes do Rio Grande do Sul, fortemente inspirados em princípios positivistas, estimulam a integração dos setores primário, secundário e terciário, isto com vista à modernização do Estado (SOUZA, 1999, p. 85).

A cidade carregava certas “marcas do passado” de diferentes ordens, como a ineficiência ou inexistência do serviço de recolhimento de lixo, de abastecimento de água e de energia, de assistência média e de transportes (SOUZA, 1999). Outra preocupação dizia respeito aos pobres que viviam e circulavam pelo centro, o que, do ponto de vista do poder, representava uma imoralidade. Como produto dessa política, o Prefeito José Montauray, que permaneceu 27 anos na intendência municipal, entre 1827 e 1924, contratou o primeiro “Plano de Melhoramentos” concebido em 1914, pelo Engenheiro Moreira Maciel.

A contratação de um plano ocorreu em função do quadro de “desordem” no qual Porto Alegre se encontrava naquela época, pois conforme ocorria a expansão urbana, geraram-se desdobramentos, como muitas ruas estreitas e becos onde predominava a total carência de infraestrutura. Para melhor exemplificar, recorremos a Souza e Damásio (1993):

As ladeiras, por exemplo, nos dias de chuva se transformavam em locais de enxurradas, provocando alagamentos nas zonas mais baixas, por falta de esgoto pluvial. As habitações de baixa renda concentravam-se em condições higiênicas da pior qualidade. Por tudo isso, não são raros os depoimentos da época chamando a atenção para os problemas da cidade (SOUZA e DAMÁSIO, 1993, p.133).

Além da higienização, o Plano de Melhoramentos de Moreira Maciel trouxe propostas como a abertura das avenidas Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Em contrapartida, os planejadores pensam em uma cidade moderna, crescente em população, economicamente dinâmica, com expansão de serviços, comércio e indústrias e, portanto, a expansão de problemas estava contida nesse bojo. Por isso, os técnicos já pensavam em soluções com base nos paradigmas da época, sendo constituído o primeiro grande plano, em 1914, conhecido como o Plano Moreira Maciel.

Conforme Strohaecker (2005),

Observa-se a preocupação do poder público municipal com a estruturação da cidade a partir do seu núcleo central, onde ocorrerão as maiores transformações, bem como nas áreas de implantação industrial valorizadas pelo capital. As práticas do Estado refletem as exigências de ruptura com o passado colonial e de afirmação de uma imagem urbana condizente com os novos tempos. Os modelos inspirados em outras capitais como Rio de Janeiro e Recife, reforçam a necessidade de Porto Alegre preparar-se para sua nova função urbana de pólo industrial, atraindo investimentos e, conseqüentemente, população.

Entre 1927 e 1937, Porto Alegre passa a ser governada pelo intendente Alberto Bins, empresário de origem germânica, que continua os trabalhos iniciados por seu antecessor Otávio Rocha, falecido. Enquanto em Porto Alegre houve uma continuidade administrativa que se prolongou por muitos anos, Souza (1999) salienta que neste mesmo período São Paulo teve 15 prefeitos, Recife 18, Belo Horizonte 21 e o Rio de Janeiro 27 prefeitos. Somente em 1937 esse cenário político vai se modificar com a gestão do prefeito José Loureiro da Silva, que iniciará uma nova geração de políticos, facilitando a implementação das políticas modernistas em Porto Alegre. Por esse contexto de continuidade política, o planejamento torna-se uma marca da cidade.

3.3.1 Embasamentos para a formulação do Plano Diretor

No que tange ao Planejamento Urbano e fazendo uma relação com os capítulos já referidos, pode-se afirmar que Porto Alegre sempre teve a preocupação em viabilizar politicamente a continuidade do modelo de expansão urbana. Assim como no restante do Brasil, Porto Alegre passou por transformações estruturais, sofrendo um intenso incremento populacional em decorrência dos processos de industrialização e urbanização. A dimensão do ritmo de crescimento da cidade pode ser melhor ilustrada ao constatar-se que metade da área edificada da cidade foi construída nos últimos trinta anos³, principalmente se destacarmos que a outra metade levou praticamente duzentos anos para se efetivar. Dessa maneira, podemos melhor dimensionar o referido processo.

Esse cenário de transformações em várias cidades do mundo trouxe forte influência ao pensar das cidades brasileiras, dentre elas Porto Alegre, havendo forte direcionamento nas discussões aos paradigmas internacionais acerca dos consequentes conflitos urbanos no Brasil. Nesse sentido, Albano (1999) faz a seguinte consideração:

O contexto sociocultural, filosófico, político e econômico do último século, com peculiaridades específicas em cada canto do mundo, se reflete diretamente sobre a espacialidade das cidades e, desta forma, múltiplos olhares são discutidos, passando-se a definir um conjunto de ideias-imagens, discursos e representações transformada em instrumentos e procedimentos para a projeção e gestão das cidades. (ALBANO, 1999, p. 27).

³Informação cedida pela SPM.

Muitas foram as correntes e os discursos sobre o pensar a cidade, sendo que a cada momento algum modelo predominava, alternando conforme novos elementos iam sendo incorporados. Albano (1999) destaca os exemplos a seguir:

[...] Entre estas as de Arturo Soria y Mata que, com sua cidade linear, apresentava grande preocupação com a problemática dos fluxos; as de Camilo Sitte que, com ênfase à questão estética urbana chamava a atenção para o desenho urbano; as de Ebenezer Howard que, com suas propostas de cidade jardim propunha uma forma de morar que trazia o verde para dentro da cidade; e as de Tony Garnier que, com sua cidade industrial, marcava uma visão racional de organização espacial e ainda, as de Patrick Geddes que mostrava com certo grau de vanguarda nesta época uma convicção bastante clara entre a necessidade de se relacionar planejamento e pesquisa. Estes nomes representam alguns dos que imaginam mudar a sociedade pelo projeto das cidades, marcando toda uma geração de pensadores sobre o futuro (ALBANO, 1999, p. 55).

Ao retratar a lógica desenvolvida em Porto Alegre quanto ao pensar o espaço urbano, Pires (2010) destaca que a leitura feita sobre a cidade enquanto espaço de representação de poder reafirmava a necessidade de grandes modificações, sempre associadas à estética e à higienização.

Com a evolução dos acontecimentos, para estabelecer relações e melhor compreender os movimentos que desencadearam a inserção dos futuros planos diretores, apresenta-se, a seguir, um breve esquema cronológico da evolução dos planos diretores de Porto Alegre. Esse quadro agrega elementos já retratados no decorrer da pesquisa e projeta uma continuidade de acontecimentos que ainda pautaremos, com o objetivo de articular importantes acontecimentos urbanos em Porto Alegre⁴.

⁴Informações e esquematização inspirados a partir das dissertações de Mestrado do Propur de Tereza Albano (1999) e no modelo principal de Nara Leal Argiles (2003). Ambas destacam e trazem um bom embasamento sobre o assunto.

Quadro 1: Esquema Cronológico da Evolução dos Planos Diretores de Porto Alegre

<p>a) Em 1914, empreende-se o Plano Geral de Melhoramentos e Embelezamento, mais reconhecido como Plano Moreira Maciel. Com esse plano surgem as primeiras preocupações com o planejamento da cidade, o plano apresentava basicamente um caráter voltado à questão viária, mas destacava a importância do embelezamento e da higienização da cidade. Alguns preceitos do urbanismo positivista podem ser reconhecidos (ARGILES, 2003). Contudo, para ser posto em prática, o plano dependia do poder político que veio a efetivá-lo somente dez anos mais tarde, na administração de Otávio Rocha (1924-1928).</p>
<p>b) Em 1938, Arnaldo Gladosch cria propostas de uma redução da legislação que dispunha sobre recuo e alinhamentos (ARGILES, 2003), em detrimento a uma concepção geral. Também mostrou sua adesão ao urbanismo modernista e defendeu o Plano Diretor como instrumento administrativo capaz de orientar o desenvolvimento futuro da cidade.</p>
<p>c) Em 1951, inicia-se a elaboração de um anteprojeto de Plano, no qual os urbanistas Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro trouxeram uma fundamentação e metodologia de planejamento mais avançada para a época, aderindo à concepção de que deveria haver zonas funcionais em localizações preferenciais para a cidade, formulando graficamente o futuro. O “Anteprojeto” foi uma proposta pautada integralmente nos princípios da Carta de Atenas (ARGILES, 2003).</p>
<p>d) Em 1959, aprova-se a Lei Nº 2046/59 do Plano Diretor. Esse foi considerado o primeiro plano legalmente constituído de Porto Alegre, efetivando como lei o Anteprojeto elaborado por Edvaldo Pereira Paiva e Demétrio Ribeiro. Representou um marco de grande importância para o planejamento da cidade (ARGILES, 2003).</p>
<p>e) Em 1961, ocorreu uma proposta de revisão da Lei de Zoneamento pelo Conselho do Plano Diretor, ratificada pela Lei Nº. 2330/61, que abrangeu cerca de 1/6 do território municipal. No texto introdutório do referido Plano Diretor estava colocado que com ele seria possível “disciplinar o crescimento, zonedar as funções urbanas e, em etapa posterior, controlar a migração do homem no campo, organizando a zona rural para uma mais lógica exploração nas zonas agrícolas” (PORTO ALEGRE, 1964, p. 11). Argiles (2003) destaca que o Plano considerava que seria o instrumento adequado para apoiar-se em princípios realmente técnicos. Também foi criado o Fundo do Plano Diretor, que, segundo prioridades anualmente organizadas pelo Conselho do Plano Diretor, distribuía os recursos financeiros às necessidades de implementação de obras.</p>
<p>f) Nos anos de 1964, 1967 e 1972, o Plano Diretor estendeu sua abrangência para todo o território municipal.</p>
<p>g) Em 1979, foi realizada a aprovação da Lei Complementar Nº 73/79, o I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre (I PDDU) que, enfim, dispôs sobre todo o território municipal. Reuniu as discussões e estudos sobre a cidade de Porto Alegre e seu planejamento nesse período.</p>

Fonte: O autor, 2012.

3.4 OS PLANOS DIRETORES DE PORTO ALEGRE

A seguir, empreende-se uma breve reconstituição sobre os modelos e perspectivas dos diferentes Planos Diretores de Porto Alegre e sua influência na configuração espacial da cidade, em especial, no bairro Lomba do Pinheiro.

3.4.1 O Plano Diretor de 1959

O Plano Diretor de 1959 pode ser considerado como resultado de um esforço intelectual iniciado em fins da década de 1930 (NYGAARD, 2005). Foi um

plano de consonância de ideias, no qual os profissionais mantiveram uma mesma linha ideológica básica de pensar a cidade, já retratada anteriormente, ou seja, o Urbanismo Modernista. A seguir, a lei e o contexto da formulação do primeiro Plano Diretor de Porto Alegre:

À testa deste grupo de profissionais esteve o urbanista Edvaldo Pereira Paiva. O Plano Diretor de 1959, o primeiro legalmente instituído em Porto Alegre representou um marco de grande importância para o planejamento da cidade. Dois anos após sua promulgação (Lei 2046, de 30/12/1959), foi proposta pelo Conselho do Plano Diretor uma revisão do seu zoneamento de usos, que foi aprovada e o Plano Diretor de 1959 passou para a história como a Lei 2330, de 29/12/1961 (p. 183).

Nygaard (2005) refere que o espaço abrangido inicialmente pelo Plano Diretor de 1959 teve de ser ampliado em três ocasiões, em 1964, 1967 e 1972, tais extensões sendo denominadas respectivamente A, B e C. Essas alterações se deram em decorrência da aceleração das mudanças urbanas, sobretudo pelo crescente incremento populacional. Apesar de terem ocorrido em épocas distintas, as novas extensões mantiveram as mesmas ideias do plano original, sem alterar regras, critérios e normas de estruturação do espaço urbano.

Ao analisar o primeiro Plano Diretor, Nygaard (2005) considera que seus conceitos e ideias foram de tão longa maturação que acabaram se transferindo do campo da teoria para a prática. Dessa maneira, esses agora serão examinados para verificar a sua subordinação doutrinária e a natureza das relações que se estabeleceram com a realidade deste cotidiano.

A década de 1950 apresentou uma das maiores taxas de crescimento demográfico de Porto Alegre, com média de 4,9% ao ano. No período de 1950 a 1960, segundo o IBGE, a população passou de 394.151 para 635.125 habitantes, o que representou 2,3 vezes mais pessoas do que em 1940. Nesse período, a indústria da construção civil estava a todo vapor, conforme podemos conferir a seguir:

Uma verdadeira febre de construções se apossou de Porto Alegre nos últimos anos. [...] Essa fase começou de 1950 aos dias atuais, num crescimento impressionante até atingir dez prédios diários. [...] Em 1957 a Diretoria de Edificações do Município aprovou projetos para 1668 prédios de alvenaria e 1832 de madeira abrangendo uma área de 7000 000 m² respectivamente. [...] Em números relativos, Porto Alegre supera São Paulo – a cidade que não pode parar – no índice de construções [...] (NYGAARD, 2005, p. 183).

Sem abandonar seus preceitos básicos, após Paiva não ser mais o Diretor da Divisão de Urbanismo, via-se a constante necessidade de controlar a organização e a distribuição dessa população que chegava, constatando que a rápida expansão da cidade não obedeceu aos critérios estabelecidos pelos planejadores.

Nesse primeiro Plano Diretor, havia um zoneamento das atividades fundamentais da cidade (habitação, indústria, comércio e agricultura), no qual, por ordenação do meio físico urbano, buscava-se a localização correta dos órgãos públicos, a estruturação da rede viária, das áreas verdes e de outros espaços coletivos (NYGAARD, 2005).

3.4.2 O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 1979 (PDDU)

Calcado nos preceitos da Carta de Atenas, o segundo plano diretor de Porto Alegre, denominado Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (I PDDU), foi o pioneiro em abranger a totalidade do território municipal, propondo um planejamento mais efetivo, sendo considerado de caráter normativo e técnico (ALBANO, 1999). Teve como base o planejamento modernista, ainda bastante presente no paradigma de planejamento da década de 1970. Na perspectiva abordada por Albano (1999), é importante fazer a seguinte consideração:

O Planejamento sofreu influências do regime político do período. Pretendia ser despolitizado ao adotar uma postura técnico-científica. Refletiu-se, porém em um plano autoritário (especialmente em relação às determinações quanto ao reordenamento do espaço físico). Sua estrutura normativa pretendia alcançar uma cidade idealizada, adotando, no entanto, uma postura contraditória de que o problema social foge da alçada do planejamento (ALBANO, 1999, p. 53).

Visto que na formulação do I PDDU houve a concepção de um planejamento mais integrado no que tange ao município e também abrangendo uma concepção de discussão em nível regional, baseando-se no Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre, de 1973, o plano contou com a participação de entidades como o Departamento de Urbanismo da UFRGS e da METROPLAN (ALBANO, 1999). O caráter tecnicista fica mais evidenciado pela ausência de participação da população em geral, por entender-se que isso não faria parte das “atribuições” da sociedade.

Ao analisar a realidade urbana de Porto Alegre na década de 1970, Pires (2010) ressalta a leitura da configuração territorial da cidade, na qual são atribuídos diferentes usos, em função de uma análise espacial descontínua. Nela, visualiza-se uma zona norte urbana-industrial e uma zona sul intercalada com áreas residenciais, condomínios, loteamentos novos, comércio, parques e reservas, entre outros, aguardando novas racionalidades (PIRES, 2010). Dessa maneira, criavam-se critérios para segmentar a cidade a partir de alguns instrumentos de diferenciação:

A Lei Complementar 73/79 instituiu o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre. A cidade estava dividida em zona urbana e zona rural para fins administrativos, fiscais e de regime urbanístico. Para fins de planejamento, foram definidas segundo critérios de densidade de população, uso do solo, equipamentos urbanos e relacionamento com a natureza, a fim de intervir no espaço geográfico do município (PIRES, 2010, p. 92).

O Plano Diretor definia e classificava a área urbana principalmente em dois eixos, os quais, segundo Pires (2010), estavam dispostos na seguinte classificação: a porção Norte seria a Área Urbana de Ocupação Intensiva para fins de urbanização e a porção Sul era a Área de Ocupação Extensiva de Urbanização rarefeita, priorizando a conservação do patrimônio ambiental.

A crise do 1º modelo do PDDU se deu principalmente devido a problemas como o crescimento urbano informal em Porto Alegre, entre outros, destacados a seguir por Albano (1999):

Os problemas do Conselho do Plano Diretor em discutir os rumos do planejamento de forma integrada com a sociedade, como era seu papel; dos conflitos entre visões setoriais que deveriam ser complementares e dificuldades crescentes para a aprovação de projetos. Somados às constantes alterações que atendiam casos pontuais, deram outra configuração as suas intenções originais, gerando uma legislação excessivamente complexa, que se agravou após a revisão de 1987 (ALBANO, 1999, p. 74).

Alguns aspectos foram de grande relevância na necessidade de se rever o Plano Diretor. Entre eles, destaca-se a própria dinâmica urbana, os ideários da redemocratização política e da participação popular instituídos na Constituição Federal (1988), na Constituição Estadual (1989) e na própria Lei Orgânica do Município de Porto Alegre (1990).

Atualmente, embora haja projeções a partir de dados do próprio IBGE de que há uma tendência de equilíbrio do crescimento de população em Porto Alegre, o mesmo não se constata em seu entorno, na região metropolitana. Esse concentrado e acelerado processo de ocupação gerou uma série de problemas de ordem urbana. A pressão pela regularização fundiária e o crescimento de setores econômicos, como os de serviços na capital e os de produção na região metropolitana, entre outros, provocaram a crescente necessidade de revisão do Plano Diretor (ALBANO, 1999).

Outra variável, essa de cunho político-administrativo, segundo Albano, foi bastante relevante para a revisão do Plano Diretor, em 1999:

Porto Alegre teve como base administrativa ao processo de elaboração do plano diretor a sequência de administração do Partido dos Trabalhadores no governo do município, que iniciou em 1989 e que deve manter-se pelo menos até 2004. Essa sequência de administradores de um mesmo partido é uma vantagem por dar continuidade ao processo de implantação do plano, como foi enquanto projeto. As mudanças providas no âmbito da administração municipal nos últimos anos fazem parte de um compromisso político assumido pela administração popular⁵ em buscar maior transparência e direcionamentos da gestão, tendo como exemplo o Orçamento Participativo⁶. O novo Plano Diretor, portanto soma-se a um conjunto de reformas administrativas e de forma de governar que vem sendo implantadas em Porto Alegre, não significando, portanto, a reformulação isolada de um único instrumento de gestão pública (ALBANO, 1999, p. 76).

A partir das novas realidades estabelecidas no âmbito do urbano, encaminhou-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de 1999, trazendo uma concepção de que “O planejamento se insere, atualmente, em um processo dinâmico, retroalimentado e aberto, a ser continuamente reavaliado e readequado às novas realidades que surgem”. Albano (1999) considera que, além do mais, havia a necessidade de compatibilização entre o Plano Diretor e as Constituições Federal (1988) e Estadual (1989), posteriores ao PDDU (1979), bem como era necessária a coerência com aspectos de cunho político, econômico, institucional e social que comprometem e delegam, atualmente, mais responsabilidades aos governos locais.

⁵Segundo Albano (1999), a denominação administração popular está vinculada ao período de administração petista na cidade, constituindo um projeto político do Partido dos Trabalhadores, considerado o jeito petista de governar.

⁶Segundo Albano (1999), o Orçamento Participativo – OP, além de ser capaz de inverter prioridades, propicia fóruns de direito à cidadania e de consciência de como o bem público e coletivo possam ser desenvolvidos.

Assim, em decorrência dos novos processos envolvendo a realidade urbana local, propõe-se o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), a partir de nove diretrizes traçadas no I Congresso da Cidade (1993) e que servirão de base para a nova reorganização do território municipal (PIRES, 2010). Dessa forma, a seguir serão abordadas mais informações sobre os desdobramentos que levaram ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, assim como suas diretrizes,.

3.4.3 O contexto até o Plano Diretor de 1999 (PDDUA)

O processo que culminou na aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), de 1999, ocorreu por caminhos bastante complexos de proposições e discussões, com avanços e estagnações. Por isso, não é pretensão dessa pesquisa aprofundar essa trajetória, mas sim compreender, minimamente, sua “nova concepção” acerca do planejamento urbano, que visa romper com a visão funcional e fragmentada da cidade, bem como explorar alguns dos instrumentos resultantes desse processo. Assim sendo, essa breve reconstituição busca associar tais instrumentos aos desdobramentos políticos e às ações que viabilizam o atual modelo de desenvolvimento do bairro Lomba do Pinheiro. Como base, utilizaremos a própria Lei 434/99, os estudos de Strohaecker (1997), Panizzi & Rovatti (1993), entre outros autores, que nos elucidam quanto aos mais relevantes pontos dessa complexa construção que resultou no PDDUA.

À luz dos novos processos de redemocratização no Brasil, ainda na década de 1980, estimulou-se o debate em torno da gestão urbana sob um novo ideário. A inserção de conceitos como o de participação popular, descentralização política, transparência nos atos do governo e inversão de prioridades de captação e distribuição de recursos públicos são alguns dos referenciais para o entendimento da gestão democrática da cidade (STROHAECKER, 1997). Devido ao modelo de gestão urbana e participação popular inovadora, Strohaecker (2007) destaca que Porto Alegre ganhava expressão nacional e internacional.

Conforme Panizzi & Rovatti (1993), era necessário o rompimento com a lógica até então estabelecida, por isso, a perspectiva de “melhoria da qualidade de vida da população e o incremento de seu bem-estar” (p. 167) se fazia necessário. Pois o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre, aprovado em

1979, ao se orientar pela visão tecnocrática, não mais atendia às condições da realidade. Assim sendo, Panizzi & Rovatti (1993) destacam que essa lógica era monopolista, vindo ao encontro dos interesses fundamentais dos grandes grupos econômicos imobiliários, financeiros e da construção civil, ainda que regulando em parte suas áreas e formas de atuação.

Nesse processo, a expulsão indireta da população de baixa renda - dada a incorporação de áreas pré-mercado urbanas com a regularização de loteamentos clandestinos e conseqüente valorização, com investimentos em infraestrutura urbana em várias áreas carentes, cujos custos tendem a ser repassados aos próprios usuários – assim como a tentativa de manter a participação da população no sistema de planejamento em termos estritamente formais, a gestão democrática do espaço urbano revela-se plenamente como um dos pontos principais da questão democrática atual (PANIZZI& ROVATTI, 1993).

O I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (I PDDU), elaborado em 1979, teve o mérito de estabelecer diretrizes de desenvolvimento econômico e social para todo o território municipal, o que não ocorreu com as legislações anteriores, concentradas apenas nos problemas físico-territoriais da área urbana. A principal crítica ao PDDU é a sua concepção de uma “cidade ideal” a qual Porto Alegre deveria se adequar (STROHAECKER, 1997, p. 01).

Muitos eventos ocorreram nessa fase de transição, como o esgotamento do modelo autoritário de cunho desenvolvimentista e a crise econômica da década de 1980, que culminaram com o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988, representando um novo momento político no país. Nesse contexto, propomos a análise dos motivos que levaram à crise do I PDDUA, de acordo com a sistematização proposta por Panizzi & Rovatti (1993):

I – a aceleração da urbanização excludente com a expansão dos loteadores e vilas irregulares e do número de favelas na Região Metropolitana de Porto Alegre e, particularmente, em seu município central;

II – a expansão significativa dos movimentos sociais urbanos (movimento comunitário, associações de bairro, União das Associações de Moradores de Porto Alegre) os quais tiveram seu zênite em meados dos anos de 1980, tendo sofrido, desde então, relativa perda de iniciativa; paralelamente, o surgimento de invasões de conjuntos habitacionais no período, representou uma nova forma de intervenção popular na questão urbano-habitacional;

III – o fim do Banco Nacional da Habitação em 1986, acarretando a escassez de financiamento e estagnação relativa das atividades da construção civil. No período em consideração, também ocorreu a extinção dos programas dirigidos a faixas de baixas rendas (PROMORAR, PROFILURB, etc.), enquanto as linhas de crédito de caixas estatais e

bancos privados eram dirigidas para as faixas de altas rendas. Nesse contexto, o estoque de imóveis disponível para a venda e aluguel não se expandiu para atender à demanda crescente da população de baixa e média renda;

IV – a reinstauração das eleições diretas para as prefeituras das capitais, transformando a gestão urbana em objeto de disputa eleitoral.

Essa dinâmica urbana suplantou as expectativas dos técnicos, fazendo com que, ao longo dos anos, uma série de ajustes fossem realizados, tanto por iniciativa do Legislativo, como do Executivo, através do Conselho do Plano Diretor:

Essas alterações visavam aperfeiçoar a legislação urbanística, mas, na realidade, resultaram em um documento de difícil compreensão inclusive para os profissionais da área. A única modificação desse plano, ainda que parcial, ocorreu em 1987, na gestão do Prefeito Alceu Collares, onde houve uma revisão dos índices urbanísticos quanto ao volume e altura das construções (STROHAECKER, 1997, p.01).

A Lei Orgânica do Município, de 1990, estabelece uma série de instrumentos jurídicos para a política traçada pela Constituição Federal, como a usucapião urbana, a concessão do direito real de uso, o solo criado, a função social da propriedade, entre outros. No entanto, esses mecanismos necessitam legislação complementar, além de serem compatibilizados ao Plano Diretor para a sua implementação (STROHAECKER, 1997).

Segundo Strohaecker (1997), esse direcionamento ocorreu durante o I Congresso da Cidade (1993), do qual saíram as diretrizes básicas para o seu planejamento e que tinha por objetivo que a população participasse mais ativamente do processo. Então, uma série de ações começaram a ser implementadas, destacando-se a reformulação do I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (I PDDU).

A necessidade premente de adequá-lo ao novo momento histórico sob novas bases, agora essencialmente democráticas, resultou em uma experiência rica e inovadora de participação popular. [...] (p. 01-02). A sociedade civil organizada decidiu que deseja uma sociedade com gestão democrática, descentralizada e capaz de combater as desigualdades e a exclusão social. Uma cidade que promova a qualidade de vida e do meio ambiente, além de atrativa e competitiva. Que seja culturalmente diversificada. Uma cidade que sabe articular a parceria entre o público e o privado. Que possua estratégias para o seu financiamento, além de demonstrar capacidade de articulação com a Região Metropolitana. (DIRETRIZES PARA PORTO ALEGRE, 1993, p 02).

Segundo Strohaecker (1997), a partir de 1994 uma série de ações começaram a ser implementadas a fim de transformar as diretrizes em iniciativas concretas. Entre elas, destaca-se a reformulação do I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (I PDDU).

Para a reformulação do I PDDU, a SPM ficou encarregada de elaborar a proposta metodológica, instituindo grupos internos de trabalho, os quais eram divididos de acordo com as seguintes temáticas: planos regionais, gestão e sistema de planejamento, capacidade de adensamento, circulação e transporte, policentralidade e zoneamento de usos, dispositivos de controle, patrimônio ambiental, subsídios à política habitacional. Além do trabalho eminentemente técnico, os Grupos de Trabalho (GTs) da SPM realizaram uma série de encontros com a comunidade porto-alegrense, através das Reuniões do Orçamento Participativo, a fim de incentivá-la a desenvolver propostas. Assim, em 1995 ocorreu o II Congresso da Cidade, no qual as propostas levadas pelos vários GTs indicaram a necessidade da elaboração de um novo Plano Diretor (STROHAECKER, 1997, p. 03).

Em setembro de 1996 foi encaminhado à Câmara Municipal de Porto Alegre o anteprojeto de lei do II PDDU, constituído por Estratégias que o orientam, bem como pelo Modelo Espacial que o configura e pelos Modelos de Gestão que viabilizam sua implementação. Strohaecker (1997), fazendo referência ao anteprojeto do II Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, comenta que a responsabilização do poder local sobre todas as suas áreas, as quais ocorrem com demandas e suprimentos ao centro urbano, aumenta a sua capacidade de formulação de respostas à sustentabilidade ambiental e social, uma vez que passa a considerar todo o território como um sistema indissociável.

Segundo Guimaraens (2008), com a troca da gestão da administração municipal, em 1997, bem como com a renovação de 1/3 dos vereadores da Câmara Municipal, houve o desejo da retomada das discussões, fazendo com que o projeto do II PDDU saísse de tramitação.

Após o novo processo de discussões, finalmente, em 1999, foi aprovada a Lei Complementar 434/99 que dispõe sobre o desenvolvimento urbano no Município de Porto Alegre e institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), o qual tem a responsabilidade de regular o solo urbano a partir de

instrumentos redistributivos da renda urbana, da terra e do controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade (PACHECO, 2010).

Como produto desse processo, temos uma complexa legislação, a qual não cabe ser reproduzida aqui em sua totalidade. Destacaremos apenas alguns itens mais relevantes para que, posteriormente, eles possam nos auxiliar na compreensão dessa pesquisa.

Conforme proposto no próprio PDDUA (1999), faremos uma breve retomada de seus princípios e estratégias. Assim sendo, o PDDUA (1999) apresenta como princípios, em seu 1º artigo:

Art. 1º A promoção do desenvolvimento no Município de Porto Alegre tem como princípio o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, nos termos da Lei Orgânica, garantindo:

I - a gestão democrática, participativa e descentralizada;

II - a promoção da qualidade de vida e do ambiente, reduzindo as desigualdades e a exclusão social;

III - a integração das ações públicas e privadas através de programas e projetos de atuação;

IV - o enriquecimento cultural da cidade pela diversificação, atratividade e competitividade;

V - o fortalecimento do papel do Poder Público na promoção de estratégias de financiamento que possibilitem o cumprimento dos planos, programas e projetos em condições de máxima eficiência;

VI - a articulação das estratégias de desenvolvimento da cidade no contexto regional metropolitano de Porto Alegre;

VII - o fortalecimento da regulação pública sobre o solo urbano mediante a utilização de instrumentos redistributivos da renda urbana e da terra e controle sobre o uso e ocupação do espaço da cidade;

VIII - a integração horizontal entre os órgãos e Conselhos Municipais, promovendo a atuação coordenada no desenvolvimento e aplicação das estratégias e metas do Plano, programas e projetos.

Para efetivar tais princípios, propõe as seguintes estratégias, no 3º artigo:

Art. 3º O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental é o instrumento básico de definição do modelo de desenvolvimento do Município e compõe-se de sete estratégias, quais sejam:

I - Estratégia de Estruturação Urbana: tem como objetivos gerais promover a estruturação do espaço na cidade e a integração metropolitana.

II - Estratégia de Mobilidade Urbana: tem como objetivo geral qualificar a circulação e o transporte urbano, proporcionando os deslocamentos na cidade e atendendo às distintas necessidades da população, através de: I - prioridade ao transporte coletivo, aos pedestres e às bicicletas; II - redução das distâncias a percorrer, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, das necessidades de deslocamento, do consumo energético e do impacto ambiental; III - capacitação da malha viária, dos sistemas de transporte, das tecnologias veiculares, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio - incluindo a implantação de centros de transbordo e de transferência de cargas; IV - Plano Geral de Circulação e Transportes; V - resguardo de setores urbanos à mobilidade local; VI - estímulo à

implantação de garagens e estacionamentos com vistas à reconquista dos logradouros públicos como espaços abertos para interação social e circulação veicular.

III - Estratégia de Uso do Solo Privado: tem como objetivos gerais disciplinar e ordenar a ocupação do solo privado, através dos instrumentos de regulação que definem a distribuição espacial das atividades, a densificação e a configuração da paisagem urbana no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo.

IV - Estratégia de Qualificação Ambiental: tem como objetivo geral qualificar o território municipal, através da valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, e da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético.

V - Estratégia de Promoção Econômica: tem como principal objetivo o estabelecimento de políticas que busquem a dinamização da economia da cidade, a melhoria da qualidade de vida e a qualificação da cidadania, através de ações diretas com a comunidade e com os setores produtivos, assim como a articulação com outras esferas de poder.

VI - Estratégia de Produção da Cidade: tem como objetivo a capacitação do Município para a promoção do seu desenvolvimento através de um conjunto de ações políticas e instrumentos de gerenciamento do solo urbano que envolvem a diversidade dos agentes produtores da cidade e incorporam as oportunidades empresariais aos interesses do desenvolvimento urbano como um todo.

VII - Estratégia do Sistema de Planejamento: objetiva um processo de planejamento dinâmico e contínuo, que articule as políticas da administração municipal com os diversos interesses da sociedade, promovendo instrumentos para o monitoramento do desenvolvimento urbano.

Posteriormente, no tópico sobre a Lomba do Pinheiro no contexto do PDDUA, estabeleceremos a relação entre os princípios e estratégias previstos no PDDUA e ora explicitados com a sua viabilização no produção do espaço do bairro.

3.5 O ESTADO E A PRODUÇÃO HABITACIONAL

É comum, principalmente nos chamados países periféricos, ouvirmos nos meios de informação que a falta de habitação é uma realidade para muitos de seus habitantes. Um país que se encaixa nesse perfil é o Brasil, pois nesses países uma minoria de pessoas possui lotes urbanos para construir suas residências, enquanto que um grande contingente populacional não tem acesso a uma porção de terra, gerando processos de exclusão. Pelo menos em tese, esse “problema”, é gerido pelo Estado, e essa dinâmica ocorre da seguinte maneira:

O governo estimula à autoconstrução e pelo financiamento da construção de casas e edifícios para abrigarem os despossuídos de moradias. As consequências dessa atuação do governo são a construção, ou de conjuntos de casas pequenas, ou edifícios repetitivos de apartamentos, com a mesma arquitetura e muitas vezes de baixa qualidade. A monotonia gera

insatisfação em seus moradores porque todos buscam no seu lugar, um pouco de sua privacidade. (SPÓSITO, 2001, p. 39)

No caso da Lomba do Pinheiro, esse fato é bastante presente, pois a maioria dos empreendimentos recentemente construídos, ou que estão em processo de construção, apresentam esse perfil. São blocos repetitivos e muitas vezes de baixa qualidade, o que acaba gerando insatisfação nos moradores, conforme o relato a seguir:

Vim de Santana do Livramento, sou Brigadiano, pois trabalhava no posto de polícia na parada 16, morei por três meses no Residencial Pinheiro, mas era muito difícil, principalmente quando eu vinha de plantão. O pessoal colocava o funk a todo o volume e muitas vezes eu tinha que pedir para baixar um pouco. Mas mesmo conversas, era possível de ouvir, pois os apartamentos são pequenos e com paredes finas. Outro problema era o lixo, muita gente tinha o hábito de deixá-lo nos corredores. Cristian Dornelles – Policial Militar – Ex-morador do Condomínio Residencial Pinheiro. (Entrevista cedida em 24/05/2013).

Uma das consequências desse tipo de habitação, gerada a partir dessa insatisfação, é colocada por Spósito (2001):

É comum a modificação de suas residências, muitas vezes desperdiçando materiais de construção ao demolir paredes, por exemplo. A dificuldade de modificações é maior quando se trata de prédios e de apartamentos, porque é praticamente impossível reformar um apartamento mudando paredes, rede hidráulica, fiação, etc. (SPÓSITO, 2001, p. 39).

Segundo Spósito (2001), habitação é uma palavra que designa, de maneira genérica, o lugar de moradia das pessoas, seja na cidade ou no campo. Não se pode deixar de ocupar qualquer lugar para morar na superfície da Terra, porque ninguém vive suspenso no ar. Por isso, ao fazer uma comparação entre as lógicas socialista e capitalista, no que tange à questão da habitação, Spósito (2001) destaca que nos países socialistas a política de construir extensos blocos monótonos de edifícios e apartamentos, em nome da igualdade social, foi uma lógica exercida para resolver o problema da habitação. Em contrapartida, o autor nos diz que na sociedade capitalista, na qual a concentração é característica, a habitação passa a ser um problema, já que a população não pode comprar ou alugar um apartamento. Porém, na maioria dos países da Europa, por exemplo, isso não ocorre:

A habitação aparece como um problema, então, para aquelas pessoas que não ganham muito dinheiro, ou porque são analfabetos, ou porque não possuem empregos com altos salários... Enfim, são trabalhadores que muitas vezes, não tem sequer um emprego! (SPÓSITO, 2001, p. 39).

A partir das considerações feitas por Spósito (2001), é possível pensar que, no Brasil, a realidade do capitalismo apresenta uma diferenciação muito grande entre a riqueza possuída por diferentes pessoas. Logo, morar é sim um problema, sobretudo em bairros periféricos como no caso da Lomba do Pinheiro, onde, conforme PMPA (2013), a renda da população fica em torno de 2,5 salários mínimos. Conforme já trabalhado anteriormente, quando não se intervém nesse quadro, as pessoas, quando não podem comprar, ocupam terrenos, para depois construir sua moradia.

Por tudo isso, cabe ao Estado intervir e tentar dar conta dessa demanda habitacional. Além de projetos específicos voltados às necessidades das populações mais carentes, o Estado precisa fazer com que tais políticas sejam atraentes aos agentes imobiliários. No que tange a essa lógica e levando-se em consideração o estudo de caso dessa pesquisa, poderíamos dizer que, atualmente, isso está acontecendo no bairro, pois temos mais de uma dezena de empreendimentos em construção na Lomba do Pinheiro, com diversas tipologias e valores monetários.

Nesse sentido, o Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, tem sido um dos principais viabilizadores dos novos empreendimentos em curso no bairro, e será abordado a seguir.

3.5.1 O Programa Minha Casa Minha Vida

Conforme o Portal do Ministério das Cidades (2013), O PMCMV (Programa Minha Casa Minha vida) é instituído em 2009, através da Lei Nº 11.977, de 7 de julho de 2009.

O PMCMV surge em 2009, não por acaso, mas se constituiu como uma tentativa do Governo Federal de manter o aquecimento econômico do país, visto que em 2008 a crise econômica internacional havia causado recessões em quase todas as economias.

Busca-se assim a criação de novos programas e a implementação de financiamentos de longo prazo para o setor habitacional. O que se objetiva é atender às necessidades das famílias que não conseguiram ascender a

novas faixas de renda, ao mesmo tempo em que se procura otimizar a concessão de subsídios e aumentar as linhas de financiamentos disponíveis, e também, incentivar para que outras instituições bancárias venham a financiar moradias (DRUM, 2011, p. 1).

Segundo Drum (2011) o déficit habitacional de Porto Alegre é de 26.340 unidades, o maior do Estado, como já era de se esperar, visto que as RPMS são as áreas que mais apresentam dados deficitários nesse sentido, em função do processo de êxodo rural, quadro esse que se repete em todo o país. Nesse sentido, recorremos a Drum (2011), para melhor contextualizar os acontecimentos:

Não se pode afirmar que o Programa Minha Casa Minha Vida, regulamentado pela Lei 11.977 de 07/07/2009 foi pensado e construído exclusivamente para minimizar ou sanar o déficit histórico e robusto existente na área habitacional. Pois também o foi, para minimizar os efeitos da crise econômica que se abateu sobre os países na segunda metade de 2008, e no Brasil mais precisamente no quarto trimestre daquele exercício, uma vez que, a princípio, não se acreditava que seus malefícios chegassem até aqui. [...] Com os efeitos da crise sendo observados e tornando-se concreto era preciso fazer-se alguma coisa para que a economia brasileira não sofresse tão profundamente seus impactos e o emprego e renda da população menos favorecida não fossem tão duramente atingidos. Sabe-se que a construção civil, por suas peculiaridades, ainda é a indústria que mais empregos conseguem gerar e daí a razão da implementação do PMCMV. (DRUM, 2011, p. 2).

O PMCMV representa a maioria do montante de recursos que vêm sendo investidos na Lomba do Pinheiro, pois com exceção de alguns empreendimentos de alto padrão que também se instalam no bairro, a maior parte dos financiamentos, inclusive com perfis diferenciados, conforme proposta de reorganização espacial tratada adiante, está vinculada ao programa.

Da estrutura e finalidade do PMCMV, constam as seguintes informações no Portal do Ministério das Cidades:

Art. 1º - O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) e compreende os seguintes subprogramas: (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011)

I - o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; e (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011)

II - o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR. (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011)

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se: (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

I - grupo familiar: unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos que contribuem para o seu rendimento ou têm suas despesas por ela atendidas

e abrange todas as espécies reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, incluindo-se nestas a família unipessoal; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

II - imóvel novo: unidade habitacional com até 180 (cento e oitenta) dias de “habite-se”, ou documento equivalente, expedido pelo órgão público municipal competente ou, nos casos de prazo superior, que não tenha sido habitada ou alienada; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011). (CIDADES, 2013)

É importante destacar alguns itens, como a faixa máxima de renda, que gira em torno de dez salários mínimos nacionais, não caracterizando apenas as classes econômicas de mais baixos rendimentos, como muito se veicula a respeito do PMCMV. No caso da Lomba do Pinheiro, esse fato nos dá subsídios para compreender a inserção de imóveis e condomínios de médio padrão, com o apelo do PMCMV, embora conste no site do DEMHAB que 60% dos recursos destinados ao PMCMV sejam direcionados a empreendimentos que atendam famílias com renda de até três salários mínimos.

Outro detalhe relevante diz respeito ao fato de o PMCMV contemplar apenas imóveis novos, o que reforça seu caráter de indutor do aquecimento econômico, uma vez que a construção civil gera muitos empregos e, conseqüentemente, estimula o consumo, alavancando a economia. Conforme a Caixa Econômica Federal (CEF), o PMCMV tem como público principal famílias com renda até três salários mínimos. Nesse caso, o PMCMV prevê subsídio máximo de até R\$ 17.000, sendo concedido mediante comprovação de renda.

O Jornal Folha do Progresso, citando a CEF como fonte das informações, prevê que o PMCMV, na modalidade de renda familiar de até três salários mínimos, tem o seguinte objetivo:

Minha Casa, Minha Vida é um programa do governo federal, em parceria com estados, municípios, empresas e movimentos sociais que vai construir 1 milhão de novas moradias para a população. Dessas, 400 mil serão destinadas a famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos (isto é, até R\$ 1.395,00). (CEF, 2013).

Para as famílias que possuem renda de três a dez salários mínimos, o PMCMV prevê as seguintes condições:

Para famílias com renda de 3 a 10 salários mínimos (de R\$ 1.395,00 até R\$ 4.650,00) serão construídas 600mil casas. O programa oferece muitas vantagens, como aumentos dos subsídios (que pode chegar a R\$

23.000,00), redução dos custos do seguro e acesso ao Fundo Garantidor da Habitação (CEF, 2013).

Está previsto no PMCMV que o município deveria anunciar as ofertas decorrentes desse programa. Pelo menos no que diz respeito à realidade de Porto Alegre, somente os empreendimentos de menor valor costumam passar pelo crivo municipal, sendo que os de maior valor são diretamente negociados nos plantões de vendas das incorporadoras, geralmente instalados no próprio local da obra, pelo menos enquanto existirem unidades habitacionais à venda.

Assim sendo, basta atender aos requisitos e reunir a documentação para que a própria incorporadora encaminhe os documentos a CEF. (Essa afirmação é baseada em duas experiências realizadas durante o campo no bairro Lomba do Pinheiro).

Dos empreendimentos construídos recentemente (após 2010), ou em construção na Lomba do Pinheiro, seis utilizam o PMCMV como modalidade de financiamento, conforme levantamento de campo. Tais empreendimentos ainda serão mapeados no decorrer desse trabalho.

No que tange às responsabilidades do município, o DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação) também é um interlocutor do PMCMV. Logo após a regulamentação do Programa, o órgão municipal foi o responsável por realizar o cadastro dos interessados:

As inscrições para a faixa de renda de zero a três salários mínimos foram realizadas pelo Departamento de 17 de abril a 8 de maio de 2009. Na capital, se inscreveram cerca de 54 mil pessoas nessa faixa salarial. Para atender à demanda, o governo federal adotou como critérios de prioridade famílias residentes ou que tenham sido desabrigadas de áreas de risco, as que tenham mulheres responsáveis pela unidade familiar, idosos e famílias que possuam pessoas com deficiência. O Demhab, com o aval do Conselho Municipal de Acesso a Terra e Habitação (Comathab), também estabeleceu como critério o atendimento às demandas originárias do Orçamento Participativo e pessoas com deficiência. A seleção é feita por meio de sorteio (PMPA, 2013a).

Desse total de inscrições, já foram entregues 1.408 unidades habitacionais, sendo que duas dessas estão em uma localidade chamada Pitinga, localizada entre a Lomba do Pinheiro e a Restinga (PMPA/DEMHAB, 2013).

Conforme informações da página do DEMHAB na internet, seu objetivo é atender prioritariamente famílias com faixa de renda variável de zero a três salários

mínimos, seguindo as diretrizes do Plano Municipal de Habitação e Interesse Social (PMHIS) (PMPA/DEM HAB, 2013).

O objetivo do Departamento Municipal de Habitação (Demhab), que é propiciar o acesso à moradia digna e ao solo urbano regularizado, encaminha-se para ser atingido com a elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS), requisito de adesão dos municípios no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, em consonância com o Ministério das Cidades e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). (DEM HAB/ PMHIS, 2008, p.3)

Sendo o Plano Municipal de Habitação e Interesse Social (PMHIS) a principal política municipal para viabilizar a inserção das famílias de baixa renda ao acesso a moradia, sua finalidade é descrita a seguir:

O plano é um instrumento de gestão pública que se baseia na participação democrática para um desenvolvimento justo e igualitário da cidade, e visa, prioritariamente, soluções para famílias com renda de zero a três salários mínimos. O esforço empregado no trabalho contou com uma equipe multidisciplinar, numa integração que possibilitou um profundo conhecimento da realidade habitacional da cidade. Além do empenho do corpo técnico do Departamento e da colaboração de vários órgãos da prefeitura, o Demhab contou com a parceria da Caixa, essencial para a realização do plano) (DEM HAB/ PMHIS, 2008, P.3)

A seguir, observa-se a distribuição das necessidades habitacionais por Regiões do Orçamento Participativo (ROP). Os dados servem como referência para diagnosticar as necessidades de investimentos em cada região da cidade.

Tabela 1: Necessidades habitacionais por ROP

Necessidades habitacionais por ROP														
Regiões do Orçamento Participativo		Componentes do Déficit Habitacional					Componentes da Inadequação Habitacional							
		Domicílios Improvisados	Cômodos Alugados	Famílias Conviventes	Reassentamento	Déficit	Carência de Água	Carência de Iluminação	Carência de Rede de Esgoto	Carência de Lixo Urbano	Carência de Lixo Rural	Adensamento Excessivo	Irregularidade Fundiária em Ocupações Irregulares	Inadequação
1	HUMAITÁ/ NAVEGANTES/ ILHAS	72	174	881	0	1127	1164	165	1303	127	93	935	4736	8523
2	NOROESTE	82	249	1493	988	2812	21	0	949	108	0	778	1145	3001
3	LESTE	61	101	2533	1969	4664	237	18	2113	195	0	2359	8679	13601
4	LOMBA DO PINHEIRO	73	26	1236	1112	2447	672	11	1747	13	152	843	4783	8221
5	NORTE	52	75	2118	1978	4223	293	20	1665	395	20	1516	9331	13240
6	NORDESTE	0	8	372	593	973	219	54	1582	177	0	1184	5789	9005
7	PARTENON	67	175	2772	1206	4220	450	95	2231	285	0	2396	11419	16876
8	RESTINGA	98	39	1616	343	2096	419	65	774	141	19	1440	1990	4848
9	GLÓRIA	163	26	883	613	1685	219	78	756	146	0	1010	3987	6196
10	CRUZEIRO	63	101	1522	774	2460	443	60	940	117	0	1843	8657	12060
11	CRISTAL	20	16	441	1054	1531	28	23	738	21	0	478	2027	3315
12	CENTRO-SUL	28	126	2150	331	2635	102	21	1148	105	0	1608	3775	6759
13	EXTREMO-SUL	8	0	509	S/D	517	426	25	871	106	37	598	956	3019
14	EIXO-BALTAZAR	179	68	1683	827	2757	103	29	1408	187	0	1280	4165	7172
15	SUL	26	31	1106	283	1446	78	0	743	52	0	998	3132	5003
16	CENTRO	268	200	2350	161	2979	276	56	275	86	0	1187	1085	2965

Fonte: PMHIS/DEM HAB, 2008.

Assim sendo, o DEMHAB direciona seus investimentos:

A meta do programa é a qualificação das condições de moradia das famílias que residem em locais impróprios, como áreas de risco, insalubres ou destinadas ao desenvolvimento da cidade. O programa destina-se a reassentar famílias em locais seguros, projetados de acordo com as necessidades de cada comunidade. É complementado com medidas que garantam a geração de emprego e renda. Unidades comerciais são construídas, além de casas especiais para pessoas com deficiência, quando necessário (PMPA, 2013b).

Na região da Lomba do Pinheiro, em decorrência da implementação do PMHIS, agora mais efetivo, devido à maior oferta de recursos decorrentes do PMCMV, foram construídos um total de cento e vinte e três unidades habitacionais (PMPA/DEM HAB, 2013). A seguir, faz-se a caracterização do bairro Lomba do Pinheiro, procurando estabelecer relações com o que foi proposto até aqui.

4 LOMBA DO PINHEIRO: UM BAIRRO, MUITAS TERRITORIALIDADES E TEMPORALIDADES

O presente capítulo objetiva identificar a configuração socioespacial do bairro Lomba do Pinheiro na atualidade, tendo como ponto de partida a análise da paisagem, como resultado de suas múltiplas temporalidades e territorialidades. Dessa forma, apresenta-se, inicialmente, uma caracterização geral da área de estudo, sua ocupação inicial, os primeiros habitantes e os incipientes investimentos em equipamentos urbanos. A seguir, empreende-se a análise da transformação de um espaço eminentemente rural para um espaço urbano, incorporando as motivações políticas, os conflitos e os interesses dos principais atores sociais presentes no bairro. Por fim, abordam-se as tendências de configuração socioespacial da Lomba do Pinheiro, através da institucionalização de novos instrumentos políticos, jurídicos e urbanísticos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

O bairro Lomba do Pinheiro possui uma população de 51.415 habitantes, conforme dados do IBGE, datados de 2010, enquanto que no ano de 2000 apresentava uma população de 30.388 habitantes. Com área de 2.455 hectares, apresenta uma densidade demográfica de 2.094 hab/km². (SMP/PMPA, 2013).

Apresentando características muito peculiares, sua ocupação é bastante antiga, o que remete a tempos em que o município de Porto Alegre nem existia de maneira oficial. Assim mesmo, hoje encontramos muitas localidades com perfil rural, mas a característica predominante do bairro são as áreas rarefeitas de urbanização, nas quais áreas verdes predominam na paisagem, em conjunto com a ocupação urbana, conforme pode ser visto nas Figuras 2 e 3.



Figuras 2 e 3: Vista da Rua Rui Barbosa, onde é possível observar áreas rarefeitas, mesclando áreas verdes e áreas urbanizadas.

Fonte: O autor, 2012.

A ocupação urbana tem se intensificado de maneira cada vez mais efetiva, o que traz preocupações relacionadas à questão dos valores ambientais. Abraão (2002), ao dissertar sobre a Bacia do Salso (arroio que nasce na Lomba do Pinheiro), destaca que é a única bacia do município que ainda conserva características naturais, embora existam vários pontos de ocupação urbana. Esse contexto de áreas densamente ocupadas juntamente com áreas rarefeitas ainda é encontrado na Lomba do Pinheiro, mas os atuais processos de ocupação indicam uma tendência de perfil predominantemente urbano para o futuro. A seguir, abordaremos mais profundamente as questões ambientais.

O conceito de Paisagem que seguimos vai ao encontro do que define Berque (1998):

A paisagem é simultaneamente uma marca, uma geo-grafia, que é impressa pela sociedade na superfície terrestre, e ao mesmo tempo estas marcas são matrizes, ou seja, constituem a condição para a existência e para a ação humana. Se por um lado ela é vista por um olhar pelo outro ela determina este olhar (BERQUE, 1998, p.86).

Interpretando e somando ao que Berque (1984) define em relação à Paisagem, elementos como o Tempo e a Temporalidade fazem parte de sua essência, também de fundamental importância ao trabalharmos com qualquer análise espacial, pois essa não existe sem o acúmulo do tempo. Nesse sentido, façamos a seguinte consideração:

O tempo precisa da alma, não para não ser o que ele é (o tempo presente), mas para ser o que já não é ou ainda não é (a soma de um passado e de um futuro), em outras palavras, para ser o que nós chamamos de tempo: ele necessita da alma, não para ser o tempo real, o tempo do mundo, ou da natureza, mas para ser, e é bastante lógico, o tempo... da alma (COMTE, 2000, p.30).

O que Comte (2000) agrega à questão do Tempo, ao referir-se ao “Tempo da Alma”, pode se referir também à Temporalidade, aquela que é vivida e percebida pelos atores envolvidos no processo. Quem também nos embasa nessa compreensão de Tempo e Temporalidade é Marques (2008):

Se o tempo físico independe de nós, pois é o tempo da natureza, ele na verdade sequer precisaria ou mesmo poderia ser por nós percebido. É o presente absoluto da ação, já que não é passado nem futuro. O passado não existe, pois já se foi; o futuro também não existe, pois ainda não acontece. Assim, estes dois conceitos apenas fazem sentido dentro da experiência vivida, dentro da racionalização e consciência do seu decorrer – constituem, portanto, o valor da memória e da projeção, causa e consequência do momento presente, medido pelo ser humano –, ou seja, o tempo psicológico. Isso significa, em primeiro lugar, que só o presente é real, mas também que qualquer tempo por nós vivido só tem sentido se comparado com o tempo que ainda não é, ou não mais existe – o que se constitui no processo fundamental da consciência humana e, num plano mais restrito e aqui relevante, da apreensão da história. Este tempo é, em suma, a temporalidade (MARQUES, 2008, p. 45).

O que foi abordado até então é que a leitura da Paisagem não pode ser somente expressa por um território que contempla apenas a dimensão das materialidades que o compõem. Essa leitura deve agregar a esse produto paisagístico, que é o território os processos que resultaram no mesmo, tornando-a mais geográfica. Recorremos a Haesbaert (2007) para melhor embasar a essência do que desejamos explorar no bairro Lomba do Pinheiro:

O território cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como um produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2007, p. 40).

Nesse sentido, as dinâmicas de apropriação dos diferentes atores que promovem o reordenamento espacial no bairro Lomba do Pinheiro, em diferentes períodos, são de suma importância para qualificar o entendimento desses processos. Então, à medida que esses atuam, reforçam sua condição de

territorialidade. Dessa forma, caberia reforçar a concepção de Haesbaert (2007), pela perspectiva de Sack (1986)

Territorialidade será definida como as tentativas por um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, delimitando e afirmando controle sobre uma área geográfica. Esta área será chamada de território (SACK, 1986, p. 29).

Assim, esses atores atuaram em diferentes espaços em seus respectivos tempos. Se o tempo real é o tempo presente, esse não é compreensível sem que recorramos a um passado para compreender, portanto, como se constituiu a configuração socioespacial da Lomba do Pinheiro, visível através de sua Paisagem e carregada de Temporalidades e Territorialidades. Assim, vamos estabelecer alguns marcos do Tempo e do Espaço, dividindo-os através de sua história, para assim melhor ler seu presente, contribuindo de modo mais qualificado para as mudanças inevitáveis do futuro.

As dinâmicas temporais e territoriais desse “inquieto bairro” chamado Lomba do Pinheiro, assim batizado oficialmente⁷ em 1962, nos faz classificar três períodos com perfis distintos de ocupação: o primeiro, remetendo ao primeiro povoamento da Lomba do Pinheiro; o segundo, a partir do primeiro grande incremento populacional; e o terceiro, quando já se apresenta o quadro de formação das atuais vilas que configuram espacialmente o bairro hoje. Assim sendo, esse capítulo busca não apenas estabelecer uma linha de tempo com datas, mas também agregar contextos em escalas maiores que embasem as perceptíveis mudanças na configuração socioespacial do bairro.

4.2 ANTECEDENTES

No início do século XVIII, os denominados Campos de Viamão caracterizavam as terras ao sul do Rio Mampituba que, pelo antigo Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha. No entanto, a Coroa Portuguesa tinha interesse em ampliar o território em direção ao estuário do Prata, desde a implantação da

⁷Em 1962, o projeto de lei do vereador Landel de Moura, dá nome ao bairro Lomba do Pinheiro. Oficialmente o bairro foi criado pela lei 2002 de 07/12/1959, porém seus limites foram alterados pela lei 7954 de 08/01/1997 que anexa ao município de Porto Alegre as Vilas que pertenciam a Viamão: São Pedro, Santa Helena, Panorama, Santa Filomena e Bom Sucesso (Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=135&hist=1&p_sistema>. Acesso em: 15 jul. 2013).

Colônia de Sacramento, em 1680. Pelo Tratado de Utrecht (1715), o soberano espanhol Filipe V reconhece a margem esquerda do Rio da Prata como domínio de Portugal. A colonização portuguesa passa a se fundamentar na posse de fato, ou seja, na ocupação do território. Assim, ocorre o avanço em direção ao sul, a partir de Laguna, de onde partiram os primeiros sesmeiros para os Campos de Tramandaí e Viamão.

A incursão de tropeiros que levavam o gado selvagem para vendê-los no sudeste, tinha em seu trajeto a Guarda de Viamão, atual Santo Antônio da Patrulha, passando pela Capela de Viamão, onde nasceu o Vilarejo. A cidade existiu desde o começo do século XVIII e aos poucos, substituiu o entreposto lagunense como guarda avançada da colonização portuguesa (SMC/PMPA, 2000, p. 16).

Nessa época, as terras que viriam a constituir o Rio Grande do Sul começavam a integrar-se ao contexto econômico da Colônia, através da atuação de tropeiros que estabeleceram estâncias em várias localidades, dedicando-se à pecuária, para fins de exportação do gado para a região sudeste.

Em 1733 foram concedidos os primeiros títulos de sesmarias – grandes extensões de terra que chegavam a ter até 13.068 hectares. Os primeiros sesmeiros, via de regra, eram tropeiros e militares provenientes das Ilhas da Madeira e Açores, portugueses do continente ou brasileiros de outras capitanias. Entre essas primeiras concessões, em curso desde o referido ano, estavam as três que deram origem a cidade de Porto Alegre, cujos beneficiários eram Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos, Dionysio Rodrigues Mendes e Sebastião Francisco Chaves (SMC/PMPA, 2000, p. 17).

Em geral, os sesmeiros mantiveram-se em suas áreas tratando de seus interesses, geralmente ligados à produção de gado. A ocupação teria se dado mais próxima à capela de Viamão, onde surgia a estância de Santa Ana (PMPA, 2000). Essa área mantém seu nome até hoje, o morro Santana, área vizinha à atual Lomba do Pinheiro, localizada ao sul do morro Santana.

4.2.1 Os primeiros movimentos populacionais

A área onde se situa a Lomba do Pinheiro era chamada de Sesmaria de São José, fazendo parte dos domínios de Sebastião Chaves, pois a divisão entre as terras de Chaves e Ornelas era o Arroio Dilúvio.

Não tendo se casado, Sebastião Chaves doou suas terras a seu compadre Manoel de Ávila e Souza e seus herdeiros, o qual era sogro de um dos filhos de Dionysio Mendes, o sesmeiro das terras ao sul de seus domínios, ao sul do que é Porto Alegre hoje (SMC/PMPA, 2000).

A partir de então, surgem várias dificuldades para a ocupação desses vastos campos, pois era comum o proprietário vender ou mesmo abandonar a sesmaria, sem contar que não constam dos registros oficiais a presença de indígenas e de famílias de escravos.

A partir do Tratado de Madri, firmado em 1750 entre Portugal e Espanha, a Coroa Portuguesa começou a ocupar de forma mais intensa a região, sendo que em 1754 o Porto de Viamão era descrito como um pequeno arraial, feito de casas de palha por casais vindos dos Açores. Assim, no dia 26 de março de 1772, o Bispo do Rio de Janeiro, Dom Antônio Desterro, havia desligado o povoado da jurisdição eclesiástica de Viamão, o que determinou a mudança de nome para Freguesia de São Francisco do Porto dos Casais⁸ (SMC/PMPA, 2000).

O caminho da Capela que ligava Viamão a Porto Alegre, iniciando na divisa entre os dois municípios e terminando no atual bairro Azenha, foi tendo suas margens ocupadas, sendo conhecido até os anos trinta do século XX sob a denominação Estrada do Mato Grosso (SMC/ PMPA, 2000).

Dando-se alguns saltos na história da cidade, são instalados alguns serviços públicos, como os bondes de tração animal da Companhia Carris. Porto Alegre, então, começa a se urbanizar. Fatos políticos importantes como o fim do regime monárquico, em 1899, e a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de matriz positivista, conduziram, por muitos anos, a gestões centralizadoras e autoritárias, conforme já retratado em capítulos anteriores. Essa lógica continuaria após a Proclamação da República, quando a ênfase na modernização da cidade, no “embelezamento” e na industrialização, entre outros processos, acabaram expulsando as populações para a periferia urbana (SMC/ PMPA, 2000). Enquanto isso, a área conhecida atualmente como Lomba do Pinheiro já contava com seus primórdios de ocupação, conforme veremos a seguir.

⁸José Marcelino de Figueiredo - ou Manoel Jorge da Sepúlveda, o nome verdadeiro – o governador de então, que transferiu oficialmente, em 1773, a capital de Viamão para Porto Alegre, tornando a cidade a sede da capitania. Chamou a Vila de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre. (<http://caminhosdosmuseus.wordpress.com/>, 2013)

4.2.2 Os primeiros habitantes da Lomba do Pinheiro

Manuel de Oliveira Remião teve duas esposas e quinze filhos, dentre eles João de Oliveira Remião, comerciante português que viveu, até sua morte, em Viamão. Aos 22 anos, João veio a seguir a profissão do pai, estabelecendo-se na atual parada seis da Lomba do Pinheiro, onde comprou as terras e o armazém de um antigo comerciante da região (SMC/ PMPA, 2000). Esse prédio existe até hoje, e nele funciona o Museu Comunitário Lomba do Pinheiro, conforme pode ser observado na figura 4.



Figura 4: Antiga casa da família Remião, atual Museu Comunitário Lomba do Pinheiro
Fonte: Caminho dos Museus, 2013.

Com sua esposa Rafaela, teve seis filhos e, aos 45 anos, foi vitimado por fulminante ataque cardíaco. Sua figura marcante deixou lembranças de um tempo em que ali não viviam mais que cinco ou seis famílias. Recebeu uma homenagem dos habitantes: muito tempo depois, nos anos sessenta, seu nome foi dado a principal vila do bairro (SMC/PMPA, 2000, p. 17).

Fontoura (2005) destaca que essa extensa região conhecida como Lomba do Pinheiro, até o fim dos anos de 1940, possuía cerca de 200 habitantes. Esse isolamento pode ser observado nos dizeres de Pedro José Vicente, um antigo morador:

[...] uma estreita estrada encoberta pelo bosque, por onde passavam carretas puxadas por bois e carroças puxadas por cavalos. Por aqui passavam uns três automóveis por dia, apenas no verão, e os moradores corriam para ver e sentir o cheiro da gasolina. Raras eram as casas, grandes eram as extensões de terra onde se plantava mandioca, milho, batata e feijão. Comercialmente, só havia a produção de leite para o abastecimento dos bairros (FONTOURA, 2005, p. 44).

Segundo Fontoura (2005), a Lomba sempre foi considerada, nos documentos do poder público, zona rural, ou mesmo área indefinida. Na imaginação da população do bairro, o lugar era tido como uma expansão do Arraial do Partenon, ou mesmo da Freguesia de Belém Velho.

As grandes glebas de terras pertenciam a umas poucas famílias de origem portuguesa, os Remião, os Vicente, os Bittencourt e os Silva, que as utilizavam prioritariamente, para a criação de gado, porcos e galinhas, produzindo leite, carnes e ovos, além de hortifrutigranjeiros em geral. Vivia-se como no interior (FONTOURA, 2005, p. 45).

Ao descrever a geografia da Lomba do Pinheiro, algumas variáveis são bastante marcantes, como a própria identidade do local:

A grande extensão de Mata Atlântica virgem existente nos lugares pouco habitados abrigava uma larga gama de espécies nativas de flora e fauna. O terreno, na região da Lomba, possuía aclives suaves com elevações de 40 a 140 metros de altitude, dando um aspecto de encosta ondulada. Aliás, esse sempre foi um aspecto que sempre marcou a vida no local. As ruas acabaram surgindo sob a forma de lombas que se intercalam num sobe e desce. Os primeiros habitantes se fixaram nos pontos mais altos – por onde passava a estrada João de Oliveira Remião hoje. Havia belíssimas vertentes de água cristalina e pura e o nascedouro das duas bacias hidrográficas mais importantes de Porto Alegre, a dos Arroios Dilúvio e do Salso. Subindo na direção norte-sul, a estrada era, em meados dos anos 40, uma via de chão batido com margem avermelhada. Em sua entrada havia, um pinheiro nativo – Araucária – que teria dado o nome ao bairro (SMC/PMPA, 2000, p. 25).

Diversas são as histórias que inserem a toponímia de muitas localidades e das vias, como no caso da atual Rua Dolores Duran, ainda hoje conhecida como Tamanca:

A Rua Dolores Duran, ainda é popularmente conhecida por 'Tamanca', lembrança dos tempos que não era asfaltada, quando os moradores tinham que percorrê-la de tamancos devido ao barral que se formava em dias de chuva (MAGNI, 1996, p. 28)

Segundo Fontoura (2005), a vocação da Lomba do Pinheiro era a de fornecer à população de Porto Alegre o abastecimento de verduras, frutas, ovos embalados em palha de milho e hortifrutigranjeiros em geral, vendidos nas quitandas do centro da cidade. Em decorrência da produção agrícola e da necessidade dos moradores locais, as primeiras casas comerciais começam a se estabelecer (MAGNI, 1996):

Enquanto isso, localmente surgiam as primeiras casas comerciais como o Armazém Vencedor de Oscar Remião na Parada 6, a Casa São Francisco de Nicolas na Parada 3, e o Armazém São Pedro na Parada 12 e a Casa Santos na Parada 19, estas últimas duas últimas da família Vicente (MAGNI, 1996, p. 32)

Cabe destacar que todos esses locais existem até hoje, se não nos processos, pelo menos em sua forma residual, ou como diz Santos (2008) em sua forma-aparência. No antigo Armazém Vencedor, encontram-se hoje as instalações do Museu Comunitário da Lomba do Pinheiro; no Armazém São Pedro funciona um restaurante e, na Casa Santos, atualmente opera uma *lanhouse*. O único lugar a manter sua forma e função até os dias atuais, a forma-conteúdo (SANTOS, 2008), é a Casa São Francisco, onde ainda hoje funciona uma mercearia, conforme levantamento de campo.

Esses pontos comerciais certamente se constituíram como os primeiros pontos de referência ao 'progresso' que chegaria à região. Em seguida, passamos ao registro de alguns dos mais importantes equipamentos urbanos implantados no bairro e que iniciaram a transição do perfil rural para um perfil urbano da Lomba do Pinheiro.

4.2.3 Os primeiros equipamentos urbanos da Lomba

Em 1950, pela primeira vez, uma linha de transporte coletivo chega à localidade. Eram micro-ônibus, com capacidade para vinte pessoas, que iam do centro de Porto Alegre até a Vila São Tomé, em Viamão (FONTOURA, 2005).

O incremento no transporte urbano no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 não é um privilégio exclusivo nem da cidade de Porto Alegre, nem da Lomba do Pinheiro. Em todo o país, o processo da expansão da estrutura viária das grandes metrópoles obedecia, de grosso modo, a certo planejamento (FONTOURA, 2005, p. 47).

Essa política é um claro resultado das políticas higienistas, uma vez que as periferias começavam a receber vastos contingentes de trabalhadores que agora não mais possuíam condições de morar nas áreas centrais, as quais deveriam estar reservadas para “usos mais nobres”, conforme pensavam as lideranças positivistas.

Para os assalariados, restava tentar adquirir ou alugar uma residência nas regiões menos valorizadas da cidade, a custo de esforços quase que insustentáveis, ou ocupar terrenos sem amparo legal. Essa combinação entre moradia barata e oferta de transporte fez com que áreas da cidade sem infraestrutura viessem a receber essa população de baixa renda. Nesse momento, a Lomba do Pinheiro começa a se caracterizar como periferia urbana (FONTOURA, 2005). Furtado (apud Fontoura, 2005), define como periferia urbana as áreas sem infraestrutura e serviços básicos, sem a menor condição de salubridade, nas quais o subproletariado poderia se estabelecer.

Como resultante do incremento populacional na Lomba do Pinheiro, as primeiras reivindicações começam a surgir:

No princípio da década de 1950, acompanhando o desenvolvimento industrial do país, a Lomba intensifica o ritmo de seu crescimento chegando no final da década de 1950 à cifra de 4.000 mil habitantes. No ano de 1951, sensíveis a esse incremento populacional, os habitantes passam a reivindicar junto ao poder público, uma melhoria no transporte coletivo que implicaria a disponibilização de mais horários e mais pontualidade aos já existentes – os ônibus, que além de atrasarem, nem sempre apareciam (SMC/PMPA, 2000, p. 43).

Magni (1996) aponta outro problema que dificultava a vida das pessoas, a falta de água. O precioso líquido só era obtido através das vertentes naturais ou da escavação de poços artesianos.

Posteriormente, outras necessidades começam a surgir, como uma escola:

Nos Primórdios, Afonso Loureiro Mariante havia mandado construir uma pequena choupana de madeira, em terras de Remião, para servir de sala de aula para as crianças da localidade para as crianças não precisarem se deslocar até o Posto do Sabão – Escola da Professora Hilda Barros Garcia. O pequeno estabelecimento de ensino era apenas chamado de Mariante, homenagem a seu benfeitor (MAGNI, 1996, p. 37).

Em 1952 foi inaugurada oficialmente a primeira Escola Estadual do local, a Escola Rafaela Remião, uma homenagem à esposa da personalidade de que deu nome à estrada (SMC/PMPA, 2000, p. 44).

A Sra. Rafaela Remião, minha falecida mãe, sempre entendeu que nossa região precisava de uma escola para facilitar a vida de nossos sofridos moradores e, era desejo dela em vida, ceder terreno para implantação. Quando apareceu aqui o subprefeito de Belém Novo, o Oscar Coelho de Souza, a mando do então prefeito de Porto Alegre Ildo Meneguetti, em busca de um local para instalar uma escola, eu titubeei e ofereci 60m de frente por 40m de fundo. Em homenagem a minha falecida mãe, seu nome foi colocado. Osmar de Oliveira Remião – Comerciante aposentado (MAGNI, 1996, p. 40).

Cabe ressaltar que, embora a Escola Rafaela Remião tenha sido inaugurada na década de 1950 e somente na década de 2000 tenha implantado o nível médio do ensino básico, ela ainda hoje é a única no bairro a oferecer esse grau de ensino, pois as demais somente dispõem de nível fundamental, conforme foi constatado em pesquisa de campo.

Segundo a SMC/PMPA (2000), em 1956 a família Remião também cedeu um terreno para a construção da primeira igreja do bairro, chamada de Nossa Senhora de Fátima, na Parada 6. Nesse mesmo ano, a Escola Rafaela Remião teria sido ampliada para receber mais crianças, admitindo mais professores.

Essa também foi uma década na qual, devido aos grandes espaços vazios existentes na região, o bairro se constituiu em um excelente local para o surgimento de chácaras de veraneio e segunda moradia, como também de loteamentos clandestinos, iniciando a aglomeração das primeiras sub-habitações.

Na década de 1960, o principal eixo viário da região ganhou nome definitivo, e passou a ser chamado de Estrada João de Oliveira Remião. Contudo, as soluções geradas pelo poder público já sinalizavam que essa via já estava muito aquém das necessidades da população.

A Estrada João de Oliveira Remião se tornou conhecida pela grande dificuldade que enfrentava aqueles que por ela necessitavam trafegar, ou seja, era muito difícil vencer uma lomba barrenta, que nos dias de chuva infernizava os habitantes que não conseguiam sair de casa para trabalhar (MAGNI, 1996, p. 47).

Conforme Fontoura (2005), a via, em seu trecho, ia da Avenida Bento Gonçalves até a altura da Parada 6, onde se encontrava com a Estrada das Tamancas, conhecida como Estrada Pinheiros.

Em fevereiro de 1960, dentre as várias linhas oferecidas pela Divisão de Transportes Coletivos da SMT, já se encontrava a de número quarenta e três, denominada Lomba do Pinheiro (MAGNI, 1996, p. 50).

Três anos depois os funcionários que trabalhavam no itinerário, em um contexto de mobilização política, aderiram a uma greve que durou oito dias. Reclamavam dos baixos salários e das más condições dos veículos – apenas quatro – que por precaução, subiam a Estrada em dupla. O primeiro transportando os passageiros ia à frente, seguido pelo estepe vazio. O terminal desta linha, no Centro, era embaixo do Viaduto Otávio Rocha, na Avenida Borges de Medeiros (MAGNI, 1996, p. 52).

Em decorrência dessa primeira greve dos rodoviários, a Prefeitura então teria contratado os serviços da Sociedade de Ônibus Vitória, que atendia à Vila São José, no Partenon. Ao término da greve, o Secretário dos Transportes determinou que a empresa Vitória assumisse a linha e, cedendo às exigências da empresa, propôs um aumento de tarifa (SMC/PMPA, 2000).

Assim teria surgido a Viação Pinheiro, cujos primeiros carros foram os da marca Mercedes Benz. O itinerário foi controlado pela referida companhia até 1982, quando passou para a Sudeste Transportes Coletivos Ltda., com trinta e quatro ônibus (SMC/PMPA, 2000). A Sudeste ainda é a principal empresa de transporte municipal que opera na Lomba do Pinheiro, e possui sete linhas fixas e outras linhas de itinerário flexível, não presentes durante todos os dias ou épocas do ano, conforme observações feitas na pesquisa de campo.

Em 1962, a região ganhou definitivamente a denominação Lomba do Pinheiro, através de aprovação de um projeto do vereador Landel de Moura. Contudo, na questão do ordenamento territorial, os fatos começavam a mudar com o surgimento das primeiras vilas.

Aquele imenso contingente de terras, zona limítrofe e inexplorada entre dois municípios, começou a ter áreas divididas e loteadas, contrariando leis municipais que denominavam aquele espaço como rural (SMC/PMPA, 2000).

Os loteamentos eram entregues aos compradores sem qualquer infraestrutura. Os negócios eram acertados por um contrato de compra e venda e os preços eram bem acessíveis, se comparados com os preços vigentes nas áreas próximas ao centro da cidade. Os terrenos eram pagos de modo parcelado, contudo, as promessas que acenavam a possibilidade de uma rede de infraestrutura completa não se concretizavam, conforme podemos observar no trecho a seguir:

Os moradores recebiam água de poço, luz de lampião e esgoto a céu aberto. Os loteadores, muitas vezes, infringiam as determinações legais estabelecendo os lotes até as proximidades dos arroios, o que de imediato passou a poluí-los. Criavam também áreas de risco quando facilitavam ocupações de terrenos íngremes e/ou inadequados para a construção de moradias (SMC/PMPA, 2000, p. 75).

A maior parte desses novos habitantes era oriunda do fenômeno do êxodo rural, já que os movimentos de migração campo-cidade já haviam começado na década de 1950, com a expansão do processo de industrialização, atingindo seu apogeu nas décadas de 1970 e 1980.

A oportunidade de renda fixa, através do trabalho nos setores secundário e terciário, levou um enorme contingente de famílias a deixarem tudo o que tinham para trás e deslocarem-se para as áreas metropolitanas. Esse fato estava atrelado à crescente mecanização do campo, que exterminava os postos de trabalho e engordava as regiões próximas às grandes cidades, onde se instalavam as indústrias. Assim, a aceleração do crescimento urbano estimulou os setores da construção civil e serviços, majorando ainda mais o fenômeno da urbanização nas periferias urbanas.

O incremento da população, a partir do surgimento dos primeiros núcleos de maior densidade populacional na Lomba do Pinheiro, engendrou a necessidade de uma luta mais constante por condições básicas de vida. Conforme Magni (1996) muito do que foi conseguido nessa época teve a mão do Prefeito Ildo Meneguetti (PSD – 1963/64), cujo representante junto à população era o comerciante Osmar Remião. Esse tipo de vínculo determinava e ainda determina que um governante aja de maneira paternalista, característica essa que foi marcante nos Movimentos Populares ao longo da década de 1960 (MAGNI, 1996).

É importante destacar que, nesse período, tivemos a instauração da ditadura militar, o que fez com que a organização comunitária conhecesse seus limites mais rígidos, impostos por uma situação político-institucional desfavorável. Soma-se a isso o fato de os moradores ainda não possuírem uma identidade política definida, capaz de expressar seus anseios.

Segundo Magni (1996), o então governador Leonel de Moura Brizola (PTB – 1959/63) preocupou-se com o setor energético, principalmente no fornecimento de eletricidade, encampando as empresas que eram de origem estrangeira. Sendo que, em 1962, surgem as Associações de Moradores das Vilas São Pedro e Panorama

(MAGNI, 1996). Assim sendo, o esforço conjunto resultou em uma mobilização inicial na busca, junto ao poder público, do fornecimento de energia elétrica, como resultado de um serviço precário, passando naturalmente pela relação de compadrio com o prefeito.

O apelo era no sentido de estender a eletricidade por toda a estrada, indo até a Parada 24, mas no mesmo ano, a energia elétrica veio até a Parada 6. Nos anos seguintes a rede foi até a Parada 19. Somente em 1968 chegou ao ponto aspirado inicialmente. Entretanto, o benefício somente alcançava as casas de beira de estrada, não entrando nas vilas (MAGNI, 1996, p. 59).

Outra medida importante a ser tomada em termos de urbanização era a implantação do asfalto na via estrutural. Até que fosse obtido algum resultado, foram realizadas muitas reuniões, e a pavimentação com manta asfáltica da Estrada João de Oliveira Remião foi feita até a Parada 6, em 1967 (FONTOURA, 2005).

Esses são alguns exemplos de reivindicações da população da Lomba do Pinheiro, mas a década de 1960 ainda mantinha uma característica predominantemente rural, ao contrário do decênio que se aproximava. A década de 1970 certamente pode ser identificada como um marco da mudança de perfil na história do bairro, conforme veremos a seguir.

4.3 DÉCADA DE 1970: DE UMA LOMBA RURAL A UMA LOMBA URBANA

Ao longo da década de 1970, a Lomba do Pinheiro continuou a enfrentar o problema do crescimento rápido e, mais que isso, o processo foi intensificado. O crescimento desordenado das ocupações irregulares, fruto da migração campocidade, somava, em 1970, cerca de dezessete mil habitantes. Já em 1975, o bairro contava com vinte mil moradores (SMC/PMPA, 2000).

Muitos foram os loteamentos implementados no decênio de 1970. Os loteadores das glebas, com a participação dos proprietários fundiários, promoveram ocupações que, circunstancialmente, extrapolavam os limites legais. Enfim, continuamos a ver os casebres e malocas se proliferando e tomando conta das verdes paisagens do Pinheiro. Aos poucos, a urbanidade vai invadindo o bairro e as tradições dos tambos de leite e das chácaras que produziam alimentos vão declinando. Esse fato pode ser observado no relato do morador José Rodrigues de Oliveira Ramos, pedreiro e morador da Vila São Pedro.

Isso aqui era uma área de chácaras, de plantações de verduras, de aipim, batata doce e por aí vai. Mas no momento em que começa a vir muita população para a beira de uma plantação, ela se torna inviável, entra cachorro, entra animal, as pessoas pegam, aí desistem. Quando eu vim existiam chácaras ainda, na parte de cima aqui, nós tínhamos um tambo de leite, ainda existe a casa, agora lotearam o resto ali, os proprietários morreram, agora os donos são os netos. Mandaram lotear. Eles criavam porcos e plantavam batata doce e aipim. Ainda faziam lenha. Nós comprávamos leite direto aqui do tambo, comprava deles ali, ou então comprava no fim da linha. Mas tudo ia terminando, no momento em que chegassem as vilas (MAGNI, 1996, p. 62).

O processo de intensificação do êxodo rural era um fenômeno nacional e, nesse sentido, a Lomba do Pinheiro, assim como tantos outros lugares, serviu de referência para esses migrantes. No âmbito nacional, algumas políticas eram desenvolvidas, como a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH):

O SFH foi implementado com bases seguras após os últimos anos do decênio anterior. De 1968 a 1982, torna-se um órgão bastante propagandista do governo militar. Aliado aos capitais estrangeiros que intensificaram sua participação na economia do país, os militares agiam com a garantia de ordem para minimizar os distúrbios sociais causados pelo violento processo de industrialização. De início o SFH atuou no campo infraestrutural, resolvendo questões pontuais como esgoto, pavimentação, etc. Através do BNH – Banco Nacional de Habitação, o Estado passa, progressivamente, a ocupar outros espaços na longa cadeia de construção de moradias. Abre à força um impressionante mercado que proveria habitações que deveriam a princípio ordenar a ocupação das grandes cidades (VERLE; BRUNET, 2002, p. 21).

O sistema federal, ao oficializar seu banco, omite-se de vários procedimentos importantes no processo de financiamento e execução das obras. Confere em primeiro lugar às firmas ou bancos particulares a responsabilidade pelo controle dos empreendimentos e, atuando dessa maneira, exime-se de críticas quanto ao seu real êxito (VERLE; BRUNET, 2002, p. 21). Mesmo assim, nos parece inegável o alcance das iniciativas sustentadas pelo SFH.

Verle & Brunet (2002) destacam que, em determinados momentos, cerca de 90% das obras regulares dentro das cidades brasileiras tinham sua origem no financiamento estatal. Infindáveis famílias de classe média baixa, média e alta beneficiaram-se desse contexto. Por esse ângulo, o governo militar logrou resultado ímpar. Por outro lado, porém, exibiu um enorme contingente populacional excluído desse processo, muito maior do que o grupo dos contemplados com moradia. Considerando o fato de que a maioria da população estava fora dos programas de

esforços pela regularização fundiária, muito podemos entender acerca do caos urbano atual. Vejamos uma perspectiva para explicar o contexto:

Com o fim do milagre econômico, a ditadura militar utilizou sabidamente a questão habitacional para, de imediato, aplacar a tensão por moradias dentro das cidades e, em um segundo instante, reforçar as bases de apoio a seu excludente projeto socioeconômico. O BNH voltou todos os seus esforços para a população média, para aquele cidadão colocado satisfatoriamente no mercado de trabalho e, mais importante, no mercado de consumo nacional (VERLE; BRUNET, 2002, p. 23).

Nesse sentido, podemos pensar que a questão mais ‘premente’ da família brasileira era a obtenção da casa própria, pelo menos na visão dos militares. Na realidade, segundo Bolaffi (1982), a ideologia da casa própria foi mais uma construção política de legitimação do governo militar pelas camadas médias atendidas, em parte, pelo BNH. Mas o vigor do esquema se deu até o início da década de 1980, quando a economia brasileira, de modo geral, foi à falência, renunciando a “década perdida”.

Ao analisar as implicações da política habitacional desse período, Verle & Brunet (2002) afirmam que, ao fazer sua opção pela classe média, a ditadura impossibilitou que a real massa da população tivesse acesso à habitação particular. Uma parcela considerável de 77% do povo brasileiro, com renda inferior a cinco salários mínimos, encontrava-se fora das possibilidades de financiamento. Assim sendo, as sub-habitações tornaram-se a única possibilidade de moradia para as classes menos favorecidas.

Os depoimentos a seguir aproximam o tema à área de estudo, o bairro Lomba do Pinheiro, ilustrando-o. O primeiro esclarece a ligação irremediável entre renda e condição de habitação.

Eu vim morar na Lomba do Pinheiro porque sou do interior, trabalho na construção civil e, naquele tempo, eu não tinha dinheiro. Não tinha infraestrutura, não era urbanizado, os terrenos eram baratos. Com esse salário de operário humilde, com esse salário não daria para comprar onde tivesse infraestrutura. Aqui no local tinha só umas quatro ou cinco casas. As ruas não eram abertas, isto aqui era horrível. Era um barro. Nós tínhamos que caminhar três km para pegar um ônibus na faixa. Pedro da Silva Filho – Mestre de obras – Morador da Vila Bonsucesso (MAGNI, 1996, p. 63).

Em seguida, o relato de um morador da Vila São Pedro:

“Eu sou mais um excluído lá do campo. Nós trabalhávamos no interior, plantando, na lavoura de arroz, plantação de trigo, pecuária. Eu já trabalhava como mecânico, mas não tinha terra própria. A gente teve que vir para Porto Alegre. Cheguei aqui e fui fazer um curso de trânsito. Fui para uma cidadezinha do interior, na campanha mesmo e voltei para Porto Alegre para dar aulas de trânsito. Isto tudo para mim foi muito ruim, minha vida mudou para pior, não se tinha tempo para estudar. O negócio era trabalhar dia e noite para ganhar hora extra, só que até hoje eu não recebi isso aí, né. José Rodrigues de Oliveira Ramos – Pedreiro – Vila São Pedro (MAGNI, 1996, p. 64).

No ano de 1971, vêm se instalar inicialmente na Vila São Pedro, três fiéis da ordem Franciscana. Esse foi o princípio para que fossem criadas as primeiras CEBs – Comunidades Eclesiais de Base – no Pinheiro. Elas são constituídas de pequenos grupos organizados em torno da paróquia – urbana – ou capela – rural – por iniciativas de leigos, padres, ou bispos (MAGNI, 1996).

Esses fiéis inspiraram-se na Conferência do Episcopado Latino Americano, realizada em 1968 na Cidade de Medellín, na Colômbia, que sinalizou a opção pelos pobres, ensejando setores progressistas no clero, sendo o início da chamada Teoria da Libertação, que até hoje fundamenta as ações de muitos religiosos. Os freis da Lomba do Pinheiro, acompanhando essa tendência de seguir com os movimentos sociais e as camadas populares, foram muito importantes na integração da população migrante ao meio urbano (MAGNI, 1996).

A Lomba era um foco de crescimento, vinham muitos trabalhadores do interior, o êxodo rural estava tomando conta, a Lomba era um espaço que estava inchando. Então, resolveram marcar presença aqui, trabalhando nas comunidades. Frei Luciano Elias Bruxel – teólogo Vila Jardim Franciscano (MAGNI, 196, p. 65).

O relato do comerciante e morador da Vila São Pedro, Sr. Pedro José Vicente, reforça a importância da orientação dada pela Igreja Católica aos moradores:

A Igreja Católica aqui é bastante crescida. Cresceram bem aqui, com a vinda dos freis em 1972. O primeiro frei que veio foi Arno Reckziegel, o desbravador. Ele chegou aqui, tinha uma casa de freis na Parada 13. Vieram outros freis para morar com ele. Começaram a visitar as vilas. Acho que foi sorte nossa os freis terem vindo para cá. O trabalho deles é bastante humilde e casou muito bem com os moradores da Lomba. Se você for colocar uma coisa mais teológica em cima das pessoas aqui, eles vão se perder no tempo e no espaço. Os freis franciscanos foram bastante sábios nesse ponto e a pregação deles foi muito coerente. Logicamente temos outras religiões aí, outros templos: Evangélicas, Adventistas, bastante Ecumenismo. Bastante diálogo entre as religiões, com os nossos irmãos. Há um diálogo franco e aberto com as pessoas (MAGNI, 1996, p. 68).

A moradora e vereadora por três mandatos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na Câmara Municipal de Porto Alegre, Maristela Maffei, também avalia de modo positivo a presença dos Franciscanos na organização da Lomba do Pinheiro:

Os Franciscanos tiveram importância fundamental na formação e organização, não só na da Lomba do Pinheiro, mas acho que no período histórico, e pós-ditadura militar. Os Franciscanos acabaram por seguir uma orientação da 'Teoria da Libertação' que era ligada ao Frei Leonardo Boff, ao Frei Beto. Tinham outra visão, outra concepção de sociedade, trabalhavam nas organizações sociais, ajudavam os clubes de mães. As coisas aqui sempre foram muito complicadas, mas por outro lado, isto fez com que a Lomba tivesse um perfil diferenciado, de qualificação de seus quadros de liderança, porque nós tínhamos um espaço de formação, para ter uma proximidade com a visão de esquerda de sociedade. Foi justamente o que nos deram os Franciscanos, uma visão marxista. A primeira vez que eu tive contato com uma visão de classe, mais – valia, enfim acesso aos teóricos como Lenin, Marx, foi através dos Franciscanos. Eles tinham uma visão diferenciada. Nós éramos emburrecidos e não burros. Tudo isso a gente aprendeu. Aprendemos a ler a Bíblia diferentemente. Nós organizávamos, no sentido de ajudar principalmente nas áreas dos sindicatos, e ocupação de áreas, as questões de reforma agrária em nível de Estado. Quem mais incentivava era a 'Pastoral Operária', o Frei Mário, o Frei Gilberto, nesse sentido eles foram fundamentais. Eles organizaram, junto com outras zonas e outras atividades. Mas a Igreja até hoje, quando avançam muito, ela começa a fechar. Inclusive tiraram o Frei Mário de lá. Ele ajudava muito na organização, conscientização das mulheres, na questão da violência dentro do lar. Quando eles sentiram que a coisa estava avançando muito fecharam o cerco. Antes havia uma resistência para que a Igreja não fosse Paróquia, e eles tiraram o Frei de lá, justamente para que virasse uma Paróquia e voltasse a ser apenas um serviço social da Igreja. Maristela Maffei – Vereadora e líder comunitária da Vila Santa Helena (MAGNI, 1996, p. 70).

Conforme analisamos os relatos, percebemos que o trabalho pastoril foi de fundamental importância para formar lideranças e organizar politicamente a comunidade. O cenário recorrente era o da proliferação de loteamentos desordenados, entregues sem planejamento ou infraestrutura. A longa extensão do bairro dificultava a formação de uma identidade comum, pelo menos de forma imediata. Mesmo assim, as primeiras lideranças formaram movimentos reivindicatórios, os quais requeriam, tanto à Prefeitura de Porto Alegre como à Prefeitura de Viamão, saneamento, legalização dos terrenos, escolas, postos de saúde, iluminação e asfalto, além, é claro, de um melhor sistema de transportes (MAGNI, 1996).

A partir dessas primeiras lutas, foram colhidos alguns resultados, como a construção de uma escola e de um posto policial, além da própria formação de líderes. Ainda em 1975, as associações em conjunto fecharam a Estrada João de

Oliveira Remião com o objetivo de reivindicar uma melhoria nas vias de trânsito, problema que se arrastava por décadas (SMC/PMPA, 2000).

Segundo SMC/PMPA (2000), com os loteamentos irregulares pertencentes a Viamão, a municipalidade porto-alegrense parecia ter aproveitado para despachar habitantes para o local. Em função dos ‘conflitos’, inclusive entre as autoridades municipais, em fevereiro de 1976 a Câmara Municipal de Porto Alegre aprovou a Lei nº 4166, que criava o bairro Agronomia. Foi nesse período que se definiu pela primeira vez os limites do bairro.

A grande luta em pauta no ano de 1977 era pela água encanada. Para isso, uniram-se as associações de várias Vilas – São Pedro, Panorama, Jardim Viçosa – mais as comissões das Vilas Santa Helena e Parada 10. O ‘barulho’ teria sido chamado na época por autoridades de comunismo (SMC/PMPA, 2000). Até então, os moradores tinham fornecimento de água pela Corsan, ou através de bicas públicas e poços artesianos. Em 1978, iniciaria o movimento buscando a tarifa social no transporte público, o qual se estenderia até os anos oitenta. No ano seguinte a 1979, a região, que contava com inúmeros trabalhadores da construção civil e funcionários públicos, foi um dos pilares de sustentação, no município, da greve geral que parou o país (SMC/PMPA, 2000). A respeito dessa greve, o relato do Sr. José Carlos Pintado – carpinteiro aposentado e morador da Vila São Pedro é emblemático:

Essa greve, eu acho que é uma greve bem conhecida, porque foi uma das maiores greves dos trabalhadores da construção civil. Lutas pelos sindicatos, aquela coisa toda, durou uma porção de dias, mais de quinze, quase um mês. Particpei aqui na Lomba, todo mundo aqui, toda essa gente era da construção e estava na ativa. Inclusive, a gente fez oposição ao sindicato e formamos uma chapa, mas a nossa turma era meio fraca, meio inexperiente, perdemos (MAGNI, 1996, p. 74).

Por fim, cabe destacar que uma das grandes marcas dessa década é o início de uma organização política mais efetiva, atuando na luta por morar e viver com maior dignidade.

4.4 DÉCADA DE 1980: A LOMBA NÃO PARA DE CRESCER

A década de 1980 fomentou algumas das maiores ondas de esperança já vistas no país. Em intervalos de dois a três anos, os brasileiros foram às ruas, às

emissoras de televisão, aos comícios e aos enterros de gente famosa, hasteando bandeiras, *slogans*, exibindo anseios, energia e propostas de mudanças.

Conforme Verle & Brunet (2002), nessa década a televisão, mais do que todos os outros meios de comunicação, cumpria um papel de controle da opinião pública, pelo menos na visão dos governos militares, que incentivaram uma ampla rede de telecomunicações. Um dos fatos que comprovaria essa tese teria sido a morte do político Tancredo Neves, sobre o qual, meses antes de sua morte, pouco se sabia, mas que atraiu multidões, devido ao 'poder da televisão'.

No início dos anos de 1980, o país enfrentou uma grave recessão que atingiu as forças produtivas. Politicamente viu-se um crescimento do terror do Estado, promovido por grupos militares descontentes com o processo de abertura política. Em 1982, ocorreram as primeiras eleições livres para governos dos estados, com importantes vitórias da oposição, dentre elas a de Leonel Brizola, inimigo declarado da ditadura, como governador do Rio de Janeiro (VERLE; BRUNET, 2002).

No contexto político da década, Verle & Brunet (2002) ressaltam que o Presidente João Batista Figueiredo aparentava indiferença a quase todos os acontecimentos, como o surgimento das manifestações dos trabalhadores no ABC paulista. Doente, ele governa o país até 1985, passando o cargo a seu sucessor, Tancredo Neves, que morreu antes de tomar posse. O então vice-presidente eleito, o maranhense José Sarney, um ex-arenista, é que assume o poder. As crises econômicas e os sucessivos planos infrutíferos no combate aos altos índices de inflação foram minando, gradativamente, seu governo.

Mas importantes conquistas ocorreram na década, como a promulgação da 'Constituinte Cidadã', através da qual houve um avanço em algumas legislações, como na trabalhista. No final dessa década, em meio a uma inflação galopante, ainda tivemos a primeira disputa direta pela Presidência da República, após o regime militar. Fernando Collor de Mello vence Luiz Inácio Lula da Silva, toma posse em 1990, mas seu governo é marcado pela maior taxa inflacionária da história, reajustada em 89% ao mês (VERLE; BRUNET, 2002).

No contexto local, a Lomba do Pinheiro na década de 1980 foi marcada por grandes lutas comunitárias. Uma delas foi a criação da União de Vilas da Lomba do Pinheiro, primeira entidade a congregar cerca de dezessete associações. Essa

organização de associações foi um importante acontecimento, pois mudou definitivamente o perfil de atuação política dessa extensa região (FONTURA, 2005).

Ainda que tenha havido retrocessos, essa união foi, sem dúvida, um elemento chave na construção de uma maior identidade enquanto bairro. Além disso, os problemas dessas vilas eram comuns, o que reforça ainda mais essa condição de pertencimento.

As associações e comissões de moradores, clubes de mães, lideranças comunitárias – em sua maioria, operários e donas de casa – além das sempre presentes CEBs, passaram a trabalhar com mais assiduidade e coletividade, além de elaborar propostas próprias, ou seja, agora não vinham mais de fora. O primeiro grande movimento foi chamado de ‘luta pela tarifa’. Os moradores pagavam em torno de Cr\$ 17,00 – dezessete cruzeiros. Um grande número de entidades já vinha pressionando o poder público para que fosse aplicada a lei que determinava uma tarifa menor, uma vez que o trabalhador só podia gastar 3% do salário mínimo com transporte. No dia 25 de janeiro, foi entregue à Prefeitura de Porto Alegre um abaixo assinado com quatro mil assinaturas, solicitando o benefício, a exemplo do que ocorrerá na Zona sul da cidade (SMC/PMPA, 2000, p. 102).

Dentre outras lutas, os moradores se reuniram em torno da questão do abastecimento de água. Conforme os registros da SMC/PMPA (2000), em uma reunião na parada 10, no ano de 1981, os representantes de um total de quatro mil e quinhentas casas ouviram do diretor da Corsan a promessa de que todos os moradores seriam atendidos em conjunto com o DMAE. Então, em um acordo com os moradores, havia ficado decidido que a parte ‘alta’ da Lomba do Pinheiro – da parada 14 em diante – seria abastecida pela Corsan, enquanto a parte ‘baixa’ seria abastecida pelo DMAE. Mesmo assim, o problema perdurou por mais uma década e, mesmo depois, não estava plenamente resolvido. No verão, o problema continuava, as doenças atingiam as crianças e a alternativa mais viável eram os poços artesianos que secavam rapidamente (SMC/PMPA, 2000).

A partir da metade do decênio de 1980, após a falência do país e de seu sistema habitacional, no final do período ditatorial, novas levas de migrantes começaram a chegar à Lomba do Pinheiro. Isso elevou a população do bairro para quarenta mil habitantes, em 1986. Os velhos problemas de falta de infraestrutura continuavam e se agravavam com o inchaço populacional. Concomitantemente, aumentavam os pontos de comércio e a economia de subsistência declinava. Assim, os habitantes moravam nas verdes paisagens da Lomba do Pinheiro, mas

compravam o que comer em pequenos armazéns e mercearias que proliferavam no bairro.

Progressivamente, a questão ambiental também deve ser colocada como algo preocupante. Pires (1997) afirma que o terreno da Lomba do Pinheiro apresenta certa estabilidade, uma vez que o regolito⁹ não oferece um estado de alto risco. Porém, sob intervenção antrópica, essas áreas podem sofrer pequenos movimentos de massa, uma vez que ocorre a alteração do equilíbrio natural da vertente, podendo surgir situações críticas, especialmente com relação ao rolamento de matacões.

Outra questão importante diz respeito ao solo. Pires (1997) refere que o tipo predominante de solo na área é o Podzólico Vermelho-Amarelo, o qual normalmente localiza-se em áreas frágeis, suscetíveis à erosão. Portanto, a autora sinaliza preocupação com a ocupação de áreas não adequadas à urbanização.

A região apresenta uma vegetação predominantemente arbustiva nas áreas mais úmidas (banhados) e matas de galerias nos cursos d'água. Nas encostas predominam gramíneas, herbáceas, e alguns gêneros de cactáceas. Ainda assim, Pires (1997) aponta que, apesar de existirem diversos comprometimentos ambientais em determinadas zonas mais habitadas, em geral há um equilíbrio com as áreas urbanizadas, sendo a ocupação do solo predominantemente residencial e comercial, com desenvolvimento localizado ao longo da Avenida João de Oliveira Remião.

No transporte coletivo, houve uma melhora com duas empresas explorando as linhas da região: Sudeste e Transportes Coletivos Viamão. Apesar da diversificação nos serviços, continuava a rotina de pegar o ônibus superlotado nos horários de pico, ou seja, de manhã cedo e à tardinha (SMC/PMPA 2000).

O ano de 1987 foi instituído pela ONU – Organização das Nações Unidas – como o ano internacional da moradia. Nesse ano, surge nas principais metrópoles do país o movimento de ocupações de áreas urbanas (VERLE; BRUNET, 2002). Na Lomba do Pinheiro, em decorrência desses movimentos, observa-se o surgimento de diversas novas comunidades. Os principais atores eram trabalhadores

⁹Segundo Guerra (1993), citado por Pires (1997), regolito é um material decomposto que repousa diretamente sobre a rocha-matriz sem sofrer transporte. É rocha decomposta ou alterada, resultante do processo de intemperização.

assalariados, militantes de partidos de esquerda e participantes de setores progressistas da Igreja Católica (SMC/PMPA 2000).

Esta é uma história ainda em curso, pois algumas dessas novas áreas de ocupação já foram ou se encontram em processo de regularização. Ainda hoje essas ocupações apresentam carência infraestrutural e muitos moradores ainda se encontram em áreas de risco.

Quando assumiu a prefeitura de Porto Alegre, em 1986, Alceu Collares determinou que fosse feita uma reavaliação do Plano Diretor de 1979, o que sinalizava mudanças. Para tanto, incorporou ao Conselho do Plano Diretor representantes de diversos setores da sociedade, dentre eles diversos profissionais da área do urbanismo e também representantes dos Conselhos Populares, possibilitando que a revisão do texto fosse feita e embasada em um contexto maior (FONTOURA, 2005).

Em 1989, a Secretaria do Planejamento (SPM) faz uma pesquisa, a fim de mapear a região. Segundo dados da SMC/PMPA (2000), a pesquisa realizada pela SPM levou em consideração as diretrizes do plano urbanístico, um levantamento fotográfico, além de diversos dados coletados sobre a população em geral. Em uma sondagem realizada com um universo de 19.112 habitantes economicamente ativos, descobriu-se que 25,5% não tinham instrução; 30,37% possuíam o 1º grau completo (atual ensino fundamental); 36,32% o 1º grau incompleto e 0,32% não prestaram informações. A atividade terciária tomava 73,7% dos entrevistados, sendo que 42,8% desses atuavam na prestação de serviços ou trabalhos domésticos; apenas 15,11% estavam em atividades do setor secundário – construção civil e indústria – e 0,6% no setor primário, ou seja, a agricultura (SMC/PMPA, 2000).

As principais conclusões da referida pesquisa, além de constatar que a população triplicou desde a década de 1960, embasada por sucessivas levas migrantes, foram que aquele antigo aspecto rural do bairro ia, paulatinamente, se transformando em urbano. A partir de então, a Lomba do Pinheiro passou a ser o maior aglomerado de loteamentos clandestinos e irregulares da cidade. Ainda assim, a maioria da população não se estabeleceu através de ocupações irregulares ou clandestinas e sim, comprou seu terreno e construiu sua casa (FONTOURA, 2005).

Como abordado em capítulos anteriores, o 'Urbanismo Modernista', sob o *slogan* "remover para promover", foi a ideologia norteadora das ações do governo municipal, também entre as décadas de 1970/80. Esse modelo reforçou o

surgimento de grandes avenidas, radiais e perimetrais, viadutos, entre outros. Como ônus desse processo, ocorreu a remoção de famílias que moravam em áreas mais centralizadas e que foram transferidas para as áreas periféricas de Porto Alegre.

A região da Lomba do Pinheiro também recebeu contingentes migratórios e sofreu remoções populacionais decorrentes desse processo, e um exemplo foi a Vila São Carlos. Fontoura (2005) afirma que, em 1982, a Sociedade União da Vila São Carlos foi procurada por representantes do DEMAHB, os quais comunicaram que a comunidade deveria ser transferida para outro local. O terreno no qual se encontrava aquela vila deveria dar lugar a um terminal de ônibus. O local atualmente sedia o C.A.R. – Centro Administrativo Regional da Lomba do Pinheiro.

Em agosto de 1982, foi assinado um protocolo de intenções entre os moradores representados por seu presidente, Belmiro Padilha, e o Diretor do DEMAHB, com a assistência da FRACAB e da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado. Nesse documento, os moradores cumprindo decisão de uma assembleia geral, concordaram em se transferir para uma área da Lomba do Pinheiro. Em contrapartida, o poder público assumia uma série de compromissos com a comunidade tais como a implantação de infraestrutura básica – água, luz, sistema viário, rede de esgotos, etc. – além de arcar com os custos de remoção entre outros termos que constam no referido acordo. A operação de transferência tinha como data prevista o dia 14 de agosto, mas, segundo depoimento dos moradores, começou em julho do mesmo ano sem que a infraestrutura estivesse completa, sendo que muitos moradores foram removidos sem ter rede de energia elétrica (SMC/PMPA, 2000, p. 108).

A nova área onde a Vila foi reassentada, já com o nome Nova São Carlos, era uma gleba medindo 102.151m², adquirida pelo DEMHAB, cuja antiga proprietária chamava-se Julitha Áurea Bastos (SMC/PMPA, 2000).

Ao longo da década de 1980, podemos dizer que a Lomba do Pinheiro, entre suas tantas organizações de moradores, lutas sociais e afins, convive com problemas típicos de regiões afastadas dos centros urbanos, como a violência e a ocupação desordenada de terrenos.

No final da década de 1980, depois de toda a sua história de luta por melhores condições de infraestrutura, podemos destacar que, a partir de acordos com o DMAE e a CEEE, muitas vilas regulares já contavam pelo menos com os serviços básicos de água e de luz. Contudo, ao longo da década de 1980, novas vilas não paravam de surgir. Entre elas estão a Vila Nova São Carlos, Portal dos Pinheiros, Quinta do Portal, Vilas Pedreira I e II, Vila Santa Filomena, Chácara das Peras, Jardim Lomba do Pinheiro, Loteamento Emílio, Câmara e Vila Elo Dourado.

Diante desses processos de exclusão e periferização dos espaços urbanos, a década de 1990 se caracterizará pela institucionalização de novos instrumentos, como o Orçamento Participativo, do qual os moradores da Lomba do Pinheiro se utilizarão para dar continuidade à sua história de reivindicações e conquistas.

4.5 A DÉCADA DE 1990: A LOMBA NO CONTEXTO DO IDEÁRIO DA REDEMOCRATIZAÇÃO

No final da década de 1980, muitos acontecimentos marcaram o cenário político internacional, destacando-se o rompimento da bipolaridade na geopolítica, a qual deu lugar a uma nova ordem mundial, baseada na multipolaridade. Em âmbito nacional, tem-se o processo de redemocratização, a Constituinte, as eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos, destacando-se a eleição de Luíza Erundina à Prefeitura de São Paulo, a volta de Leonel Brizola ao cenário político, e a ‘não surpresa’ da polarização entre Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello na eleição presidencial de 1989, reproduzindo ainda um antigo modelo de democracia.

Com a vitória de Collor, o Brasil é apresentado a um heterodoxo plano econômico, que confisca praticamente toda a renda nacional, e altera pela enésima vez a sua moeda. Além disso, favorece uma abertura abrupta que enfraquece as empresas nacionais (VERLE; BRUNET, 2002). Em seguida inicia-se, ainda que timidamente, o processo de privatizações das estatais brasileiras. Em relação a esses contextos que permeiam o período do início da década de 1990, nos reportaremos às colocações de Verle & Brunet (2002):

Collor desentende-se com boa parte do empresariado nacional, que apesar de francamente favorável a uma maior abertura para o mundo, esperava uma transição menos traumática que aquela proposta pela República de Alagoas. No fluxo das denúncias de corrupção envolvendo seu governo – e, principalmente, seu tesoureiro, Paulo César Farias – a mídia nacional adere vivamente à campanha de impeachment do presidente, o que faz renascer um movimento estudantil há várias décadas afastado do noticiário. E o fenômeno dos caras pintadas, jovens que pintam o rosto e, embalados pela minissérie global Anos Rebeldes, aderem a batalha do impeachment garantindo belas imagens aos fotógrafos e cinegrafistas (VERLE; BRUNET, 2002, p. 114).

No efervescente campo político da época ocorre a substituição de Collor pelo seu vice, Itamar Franco, ex-senador que havia permanecido distante de Brasília

e que aparecia como um político tradicional e honesto, que deveria conduzir o Brasil sem sobressaltos até a eleição seguinte (VERLE; BRUNET, 2002). Segundo Verle & Brunet (2002), Itamar buscou um governo conciliatório, englobando vastas parcelas das elites nacionais sob um verniz democrático e pluripartidário. Sua atuação, contudo, acabou por influenciar definitivamente os rumos da política tradicional. Isso se confirma a partir de exemplos como os que veremos a seguir:

O Ministro da Previdência, Antônio Britto, que acabaria vencendo a eleição, em 1994, para o governo estadual gaúcho e, fundamentalmente, Fernando Henrique Cardoso – FHC. Cardoso, Ministro das Relações Exteriores de Itamar Franco é eleito à condição de ministro da Fazenda, dando início às articulações para o futuro Plano Real. Com o princípio da campanha eleitoral de 1994, abandona o governo e lança-se à sucessão de Itamar, num modesto segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto – Lula, com confortáveis índices de 40% esquentava, já há algum tempo, a liderança do processo sucessório. Em abril, porém, quando o Plano Real entra em nova etapa, e a inflação despenca, FHC alcança o candidato petista quase instantaneamente (VERLE; BRUNET, 2002, p. 118).

O primeiro mandato de FHC foi marcado por certo avanço na rede das camadas de renda mais baixas da população e por uma inflação oficialmente em torno de zero (VERLE; BRUNET, 2002). Foi um período motivado por um clima otimista, um período de endividamento da população, de aquisição de eletroeletrônicos, automóveis, etc. Esse período propunha abrir definitivamente o Brasil ao capital internacional, e apostou a boa sorte de seu governo na expectativa de que as bolsas de valores trabalhassem a favor do país. Para tanto, elevou as taxas de juros e forçou uma valorização irreal da moeda. O dinheiro tornou-se caro para o investidor nacional, as importações aumentaram e a balança comercial do país entrou no vermelho. Com os juros altos, a especulação passa a reinar e a dívida nacional explode:

Ao final do primeiro governo FHC, a fragilidade do Plano Real estava exposta. Em 1997 e 1998, após as quedas das bolsas de valores na Ásia e na Rússia, o Brasil colhe sua versão dramática de inserção no capitalismo especulativo. Enfraquecidos nestas partes do mundo, os especuladores retiram seus investimentos do país, desestabilizando a economia nacional. As modernizações da indústria proposta pelo governo FHC, junto às privatizações, transferiram o comando de inúmeras empresas ao controle estrangeiro. Um dos resultados desse processo é a transferência de capitais, a diminuição da moeda circulante e, em última instância, o empobrecimento do país (VERLE; BRUNET, 2002, p. 124).

Outro fato relevante foi que, em 1997, houve a alteração da legislação eleitoral, a qual passou a permitir a reeleição para os cargos de presidente, governador e prefeito. Essa legislação mantém-se em vigor até os dias atuais, corroborando um cenário de continuidade na gestão pública.

No cenário cultural, a década de 1990 tem na internacionalização seu marco mais profundo (VERLE; BRUNET, 2002). Opera-se um processo onde todas as faixas etárias e camadas sociais 'passam a integrar-se' numa certa cultura popular mundial. Segundo Verle & Brunet (2002), "o interior revive o Texas norte-americano, a mídia glorifica Miami e a população habitua-se à presença de cadeias internacionais de lanchonetes, consumindo hambúrgueres e todo um estilo de vida".

A década de 1990, sendo um marco histórico pós-guerra fria, marca um novo patamar geopolítico e "abre o processo de globalização", impactando diretamente os Estados Nacionais. Porém, essa relação Global certamente nos permite estabelecer relações locais, o que nos propomos a fazer em seguida, sobretudo no contexto da Lomba do Pinheiro.

Desde os anos de 1980, vínhamos assistindo à construção de uma identidade coletiva na Lomba do Pinheiro. Aos poucos, a União das Vilas, transformada em Conselho Popular, vai criando laços entre os habitantes, ainda que sejam de cidades diferentes, como os moradores de Viamão, ou bairros diferentes, como os da Região da Vila Esmeralda (MAGNI, 1996). Dessa forma, a aproximação consegue superar as distâncias e os limites físicos.

A discussão em torno da anexação (área que na época pertencia a Viamão) intensificou o debate e o confronto de ideias entre lideranças. Todos lutavam pela água encanada, por saneamento básico, calçamento e transporte público eficiente (MAGNI, 1996). Porém, sempre pesou o fato de a Lomba do Pinheiro ser muito extensa em área e, talvez pela dificuldade de fixar certos parâmetros em comum, o debate em torno da unidade da região e do próprio desenvolvimento socioeconômico tenha demorado mais do que em outros conglomerados de vilas. Com avanços e recuos, o movimento popular iniciou a década estimulado pela intensa mobilização em torno dessas questões, e pelo crescimento de uma militância espontânea, que podia ser traduzida na progressiva presença de quórum das Assembleias do Orçamento Participativo (MAGNI, 1996). Esse provavelmente foi um dos importantes espaços nos qual a população poderia trocar informações e práticas simbólicas coletivas.

No ano de 1990, a Lomba já contava com mais de trinta vilas (FONTOURA, 2005). No Brasil dos anos 1990, com o desemprego chegando até a porta dos mais abastados, as classes médias e altas, uma vila popular não sobreviveria sem se inserir em atividades consideradas marginais dentro do sistema produtivo, ou seja, sem vínculo empregatício, sem Carteira de Trabalho assinada. Sendo assim, a cifra estimada foi de trinta e cinco mil habitantes, o que, segundo Magni (1996), estava muito aquém da realidade. Os moradores e até o poder público estimavam, na metade da década de 1990, uma população em torno de setenta e cinco mil habitantes.

Dentre as tantas mudanças em curso, certamente uma merece destaque, pois em 1994, após cinquenta anos de estradas esburacadas, foi liberada a verba para a duplicação, pavimentação e iluminação da Estrada João de Oliveira Remião até a Parada 21. Entre as propostas de Governo do Estado, na gestão de Alceu Collares, destaca-se o Projeto da Avenida do Trabalhador, do qual fazia parte o asfaltamento, a iluminação e uma linha especial de ônibus ligando o bairro Restinga ao município de Canoas, a qual beneficiaria também a população da Lomba do Pinheiro, por estar incluída no projeto (FONTOURA, 2005).

4.5.1 A Lomba e o Orçamento Participativo

Um importante instrumento que não pode ser desconsiderado na década de 1990 é o Orçamento Participativo (OP), não apenas para a Lomba do Pinheiro, como para o Município enquanto totalidade. É possível afirmar que, nesse período, a cidade deu um importante salto em termos de qualificação de infraestrutura urbana.

Segundo a SMC/PMPA (2000) em 1997, 75% da população de Porto Alegre dispunha de saneamento básico; 98% possuíam água tratada e apenas 26% dos esgotos dispunham de tratamento primário, a chamada fossa séptica. Embora os índices não sejam totalmente satisfatórios, em especial no que diz respeito à questão do tratamento do esgoto, no contexto latino-americano, os porto-alegrenses, através de base de muita luta, poderiam considerar-se 'privilegiados'.

O único dos quesitos relatados anteriormente que melhor encaixa-se à realidade da Lomba do Pinheiro é o da água potável, pois os demais estavam aquém dos índices municipais, visto que, como bem retratamos anteriormente, o histórico de ocupação do bairro Lomba do Pinheiro foi marcado por processos

irregulares. Nesse sentido, uma série de instrumentos de regularização em diferentes esferas da administração pública passou a ser implantado no local nessa década. Conforme a ocupação aumentava, concomitantemente, cresciam os distintos interesses dos diversos atores sociais envolvidos. Por isso, buscar o processo de regularização do bairro poderia representar a melhoria da condição de habitação, infraestrutura, comércio, entre outros (FONTOURA, 2005).

No que se refere à questão da titularidade e regularização da propriedade, Fontoura (2005) faz a seguinte colocação:

O processo de ocupação irregular é caracterizado pela ausência de títulos, o que em um primeiro momento é importante, sobretudo, quando há conflitos, além da falta de reconhecimento sociopolítico e a ausência de garantias de que as pessoas que ocupam o local possam ali permanecer sem risco de expulsão pela ação do mercado imobiliário, por mudanças políticas que quebrem o pacto sociopolítico gerador da percepção de segurança de posse, ou pela pressão do crime organizado, como tem acontecido em diversas favelas e loteamentos irregulares (FONTOURA, 2005, p. 136).

Esse contexto, presente desde a origem da ocupação do bairro, vem sendo modificado a partir de uma “onda de regularização”, já iniciada na década de 1990. Porém, a maioria das obras é resultante de lutas populares ou de agentes imobiliários que têm interesse na expansão de empreendimentos de habitação.

O Orçamento Participativo (OP), por sua vez, é um instrumento que tem viabilizado um grande número de demandas de infraestrutura na região da Lomba do Pinheiro. Em sua proposta, a regulamentação não é feita por lei municipal, mas deve ser feita pela própria sociedade, embora nem sempre seja assim.

O Orçamento Participativo foi, em parte, responsável pela criação de um cenário favorável para a anexação de parte da Lomba pertencente à Viamão à cidade de Porto Alegre. As verbas acumuladas por dois anos, após o ingresso das cinco vilas no município de Porto Alegre, foram indispensáveis para pagar a transferência ao Município de Viamão.

Magni (1996) nos alerta que as cinco comunidades anexadas a Porto Alegre necessitavam de uma infraestrutura mínima (água, esgoto, iluminação, e pavimentação) o que, na época, ainda não havia. Magni (1996) ainda destaca que o aumento do número de comunidades estimulou a busca por espaços, fazendo com que a participação como um todo crescesse; a realidade havia se transformado em uma batalha de interesses e conflitos, necessária, porém, para o despertar da

cidadania e para o reforço da identidade pelas igualdades e dessemelhanças. Assim, novos líderes surgiram, entre eles donas de casas e operários, o que de certa maneira resgatou a identidade de vizinhança.

Essa forma de participação trouxe mudanças para a atuação do 'Movimento Popular', não apenas por ser mais reivindicatório, mas também porque passou a ser fiscalizador. Em seguida, destacam-se alguns relatos de moradores da Lomba sobre a lógica do Orçamento Participativo:

Eu acho que está faltando muita coisa em relação à educação, porque as pessoas se lembram muito de esgoto, asfalto, saúde, mas o ensino está ficando um pouco para trás. Isso aí, a gente está vendo, tentando priorizar a educação infantil dentro do Orçamento Participativo. Maria Guedes Ulguim – Coordenadora de Creche- Vila Bom Sucesso (MAGNI, 1996, p. 92).

Outro relato:

Fazem uns quatro anos, começou a se organizar o pessoal. 'A Associação de Moradores da Parada 24'. Surgiu. É forte, cada vila já começou, principalmente com o Orçamento Participativo. Cláudio Vicente da Silva – Comerciante – Morador da Parada 24 (MAGNI, 1996, p. 92).

Dentre as importantes conquistas desse período está a linha de ônibus número 397, 'Bonsucesso', na Vila Bonsucesso, mas que atende a quase toda a população da Lomba do Pinheiro.

Ainda nesse cenário da década de 1990 e tendo o OP como instrumento de viabilização de conquistas, pode-se dizer que a comunidade continua enfrentando problemas, porém agora existe ao menos um meio institucional para tentar resolvê-los.

4.5.2 A Anexação 'total' da Lomba do Pinheiro a Porto Alegre

Um dos fatos mais relevantes no campo político, econômico e social ocorrido na década de 1990 foi a anexação de cinco vilas, outrora pertencentes a Viamão, à capital do Estado. Segundo a SMC/PMPA (2000), essa anexação foi muito comemorada, não sem pequenos conflitos, contradições e disputas.

A definição das prioridades passava, cada vez mais, pela definição de um projeto urbanístico para a região, a qual, não muito tempo atrás, era considerada zona rural ou zona indefinida, como já retratado anteriormente nesse estudo.

Os moradores das 'vilas excluídas' do processo do Orçamento Participativo, em Porto Alegre, começaram a perceber algumas melhorias decorrentes do OP, o que aumentou a mobilização em torno da anexação à capital. Conforme a SMC/PMPA (2000), o Plano Diretor aprovou a solicitação feita pelos moradores que, em conjunto com representantes do governo na Câmara, passaram a negociar com a Prefeitura Viamonense os termos da transferência. Então, após anos de discussões, ocorreu a troca das Vilas São Pedro, Santa Helena, Panorama, Vila Santa Helena, Santa Filomena e Santa Catarina – rebatizada de Bom Sucesso por já existir uma com idêntica toponímia, no bairro Partenon.

Como resultado, temos o projeto de lei do vereador Décio Schauen, encaminhado à Câmara de Vereadores em 12 de dezembro de 1992, e aprovado em 1º de janeiro de 1993 (SMC/PMPA, 2000). Em 1997, o prefeito Raul Pont sancionou substitutivo nº 1 ao projeto de lei nº 1/93, transformando-o em lei. Aprovado, ele torna oficial o bairro Lomba do Pinheiro e redimensiona os bairros Agronomia e Cascata SMC/PMPA (2000). A seguir, destacamos os trechos principais do mesmo:

Lei N. 7954 – Cria o bairro Lomba do Pinheiro, compreendendo as atuais Vilas: São Francisco, Mapa I e II, Chácara das Peras, Beco do Davi, Quinta do Portal, Jardim Lomba do Pinheiro, Residencial São Claro, Jardim Franciscano, Nova São Carlos, Viçosa, Stellamar, Primeiro de Maio, Nova Serra Verde, Pinhal, Recreio da Divisa, Panorama, Santa Helena, São Pedro, Santa Filomena e Bom Sucesso, e altera as leis 4166/76 e 2022/59 (SMC/PMPA, 2000, p.116).

Conforme a SMC/PMPA (2000), o Bairro Agronomia já tinha seus limites alterados pela lei municipal nº 6720 de 1990, os quais foram mais uma vez redefinidos.

Ao longo do processo de anexação, a posição de emancipação também foi cogitada, mas a anexação acabou se concretizando. Em seguida, destacamos alguns relatos acerca do processo:

A anexação a gente sempre conta com bastante orgulho, isso foi uma coisa muito difícil. Tu ia a Viamão conseguir papeis, vinha pra Porto Alegre reconhecer firma, e tirar do bolso para fazer aquilo, pois não tinha

associação, era uma meia dúzia de pessoas apenas. Até chamavam a gente de 'loucas', diziam que nunca ia conseguir mudar isso aí. A anexação foi muito boa, porque a gente viu que nada é impossível. O nome 'Bom Sucesso' botamos por que vencemos essa batalha, tinha que registrar firma, eles mandavam para outro lugar porque não podia registrar lá, o imposto era uma briga, tinha que pagar todo o imposto, porque não tinha parcelado. Condução também, ônibus melhorou bastante. Com o asfalto, nem se fala, ninguém precisa subir até a 16 para pegar. Então acho que a gente conseguiu muita coisa anexando a Porto Alegre. Maria Nilza Guedes Ulguim – Coordenadora de creche – Vila Bom Sucesso (MAGNI, 1996, p. 133)

Mais um depoimento:

Acompanhei bem e briguei com os prefeitos. Olha, eu acho que passando pra Porto Alegre, foi muito melhor. Eu me lembro de uma briga que tive com o assessor do ex-prefeito, nós fomos reclamar da questão da nossa Vila, da nossa pavimentação, de falta de água, de tudo, né. Aí, eu lembro que ele disse, 'Olha, eu não posso assumir nada porque ainda não passou para Porto Alegre'. Então ficava naquele jogo político, do 'empurra empurra', ninguém assumia nada e nós não tínhamos a quem recorrer. Com a passagem de Viamão pra Porto Alegre a vila evoluiu muito na questão da organização, o Orçamento Participativo foi muito forte aqui na Vila. Eliane Almeida de Souza – Pedagoga e Atriz – Vila São Pedro (MAGNI, 1996, p. 134).

Maristela Maffei (1996), vereadora e uma das articuladoras do processo de anexação, faz uma análise positiva do processo:

A Lomba tinha duas opções". Existia um segmento que queria a emancipação, outro a anexação. Pessoal da União das Vilas, eles tinham a visão, a grande parte queria a emancipação. Só que emancipação ia gerar muita discórdia industrial e comercial, além da segurança. Então, todo dia, eu ia bater na porta de alguém, enchendo a lista para o processo de anexação. O Olívio era prefeito, na época em Viamão era o PDT. Nós, então, sem absolutamente nada, e o governo, na época tinha setecentos milhões de cruzeiros em termos de manutenção, abertura de esgotos, estava tudo trancado. O DMAE fornecia água para Porto Alegre e para nós de Viamão, era a Corsan. Quando vinha água era lá por três ou quatro da manhã; tu chegava do serviço, caminhava um monte, não tinha ônibus e não tínhamos como tomar banho. Maristela Maffei – Líder Comunitária e Vereadora – Vila Santa Helena (p. 135).

Para melhor contextualizar o processo de discussão em torno da anexação, recorreremos a um último depoimento:

A gente batalhou bastante pela anexação das Vilas a Porto Alegre. Algumas pessoas queriam criar um novo município, o 'Santa Isabel', com o Parque Saint´ Hilaire, e com parte de Viamão. A gente achou que desmembrar municípios, eles ficam empobrecidos, não tem recursos. A gente enrolou bastante nesse trabalho, nesta coisa de anexar Vilas periféricas ao Parque Saint Hilaire. Anexar a Porto Alegre fortalecia mais esse lugar aqui, uma Prefeitura mais segura, idônea. Nós tínhamos dois grupos reunidos pra

tratar desse novo município. Um ialápro IPH – Instituto de Pesquisas Hidráulicas da Vila Santa Isabel -, pegava aquela parte de cima, onde é Campus da UFRGS e parte das terras de Viamão que iam até o Morro Santana, pegava toda essa periferia de Viamão, Saint' Hilaire e Lomba do Pinheiro. O outro grupo fazia com que a Prefeitura se conscientizasse que isso aqui anexado a Porto Alegre seria muito melhor para os moradores. Então, a gente fez a reunião e chegou a um consenso, um denominador comum. Foi na gestão do Olívio que as cinco Vilas foram anexadas a Porto Alegre. Eram trinta, quarenta pessoas em reunião, todos eram unânimes em afirmar a anexação. Esse grupo que queria o desligamento era mais ligado à Vila Santa Isabel. A gente não comparecia a estes movimentos. Nossa ideia não encaixava com a deles.” Pedro José Vicente – Comerciante – Vila São Pedro (MAGNI, 1996, p. 135).

Do princípio do processo de anexação até o sancionamento da lei que criou o bairro Lomba do Pinheiro, a comunidade se mobilizou na busca de uma definição, não só dos limites físicos, como do parâmetro de classificação dos territórios em relação ao Plano Diretor (SMC/PMPA; 2000).

A partir de então, começava mais claramente a determinação das ações que viriam a ser tomadas pelos planejadores urbanos, nem sempre em conjunto com a comunidade. Um fato importante no contexto não pode deixar de ser destacado:

Dentro do processo de aprovação por itens do PDDUA de 1999, foi derrubada a emenda ao Plano Diretor que mantinha o município dividido em zonas urbana e rural. Assim, a Prefeitura agora responde por todo o território em termos tributários – a zona rural ficava sob jurisdição federal – e foi extinto o ITR – Imposto Territorial Rural – cobrado pelo INCRA. Todos os habitantes da cidade passam a pagar IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano (SMC/PMPA, 2000, p.176).

Por outro lado, o Plano previa a construção de prédios em até 20% do território do bairro, contrariando as características históricas da Lomba (SMC/PMPA, 2000).

Todo esse processo abriu portas para um novo “boom” populacional, visto que havia uma nova condição, o que também pôs em risco o equilíbrio ecológico da região. A expansão populacional enquanto resultado desse processo, além da questão ambiental, serão abordadas nos capítulos a seguir.

As demandas dos moradores do bairro Lomba do Pinheiro são inúmeras, por isso, elencaremos algumas delas, consideradas prioritárias: saúde, educação e saneamento básico. No que diz respeito às demandas da saúde, conforme SMC/PMPA (2000), a partir dessa década surge o CLIS – Conselho Local de Saúde, remontando à reforma sanitária, implementada pela 8ª Conferência Municipal de Saúde:

Foi criado o sistema de PSFs – Posto de Saúde da Família, irrigado pelas verbas oriundas da Municipalização da Saúde; a Prefeitura repassa as verbas para as Associações de Moradores que pagam os funcionários do Posto. A Lomba foi a primeira região a eleger a saúde como prioridade no Orçamento Participativo; 50% das chamadas policiais registradas no bairro são solicitações para o transporte de doentes, gestantes, feridos e crianças (SMC/PMPA, 2000, p. 168).

Conforme levantamento de dados da SMC/PMPA (2000), a Lomba do Pinheiro dispunha, na década de 1990, de apenas cinco unidades de Saúde, localizadas nas seguintes vilas: Mapa, Esmeralda, Viçosa, São Pedro e Panorama. O quadro geral da Saúde na Lomba é deficitário, assim como os demais serviços públicos. Atualmente, o bairro conta com um incremento na rede dos PSFs, bem como um Pronto Atendimento 24h.

Outro serviço indispensável à população é a Educação. Para uma comunidade, em especial para os moradores da Lomba do Pinheiro, a escola representa um dos poucos espaços de vida coletiva, visto que, além da atividade-fim – o ensino – nela são realizadas festas e atividades extraclasse, tornando-se um espaço de convivência para os jovens, mas também para os adultos.

Até o final da década de 1990, existiam os seguintes estabelecimentos de ensino:

Estabelecimentos de ensino Municipais: Escola Municipal Afonso Guerreiro Lima, Escola Municipal Vila Nova São Carlos – na Vila Nova São Carlos; Escola Municipal Saint Hilaire – na Vila Panorama; Escola Municipal São Pedro – na Vila São Pedro; e a Escola Municipal Heitor Villa Lobos – na Vila Mapa; Estabelecimentos de ensino Estaduais: Escola Estadual Theresa Noronha – na Vila Viçosa; Escola Estadual Maria Chicá – na Vila Panorama; Escola Estadual Rafaela Remião – na Parada 6; Escola Estadual Onofre Pires – na Parada 2; e a Escola Estadual Eva Carminatti – na Vila São Francisco. Vale mencionar, além da respeitável instituição de âmbito privado, a Escola La Salle, instalada na Vila Esmeralda, as inúmeras creches comunitárias particulares e municipais. Estas últimas se mantêm com trabalhos voluntários e convênios com a SMED, sempre lutando para atender a uma demanda crescente (SMC/PMPA, 2000, p. 168).

Os principais problemas no campo da Educação são as más condições físicas e sanitárias das escolas, especialmente as de âmbito estadual. Cabe destacar também a falta de escolas de Ensino Médio, pois existe apenas a Escola Rafaela Remião prestando esse serviço em todo o bairro, o que força os jovens a se deslocarem a outros bairros para poder estudar.

Quanto ao Saneamento Básico, há predominância de esgotos a céu aberto, uma realidade bastante presente na maioria das comunidades, bem como um abastecimento de água deficiente, principalmente durante o verão. A falta de pavimentação é também um dos empecilhos para a conclusão de obras. (SMC/PMPA, 2000).

Durante a década de 1990, ocorreram algumas mudanças no cenário econômico:

Zonas densamente povoadas e outras tipicamente rurais, loteamentos irregulares e clandestinos, poluição dos arroios, sub-habitações, áreas de preservação permanente, são aspectos que influenciam o modelo econômico da Lomba. Aquela economia essencialmente de subsistência, que contribuía para a despesa familiar, os tambos de leite, já havia 'desaparecido' nos anos setenta e a atividade agrícola foi reduzida em função do fracionamento e ocupação da terra. A antiga atividade de subsistência ainda persiste em zonas menos habitadas. O advento da Via do Trabalhador, além de ter acelerado a atividade comercial, pode ter acelerado a ocupação da região, cuja população continua crescendo (SMC/PMPA, 2000, p. 171).

Nessa época, houve também o aumento dos entrepostos comerciais de vários ramos e da especulação imobiliária. Assim, de um passado de terrenos que se vendia "a caderno", à medida que a Lomba passa a ser considerada zona urbana, portanto parcelável, somado aos fatores de que o bairro está distante do centro da cidade e que a cidade apresenta poucos espaços de expansão, passou-se a um crescente interesse do mercado imobiliário pelo bairro. Também não havia, até então, diretrizes políticas no sentido de se planejar ou orientar a expansão demográfica para o bairro, por isso na década de 1990 o crescimento foi intenso. Foi no final dessa década que o poder público municipal elegeu a Lomba como um bairro estratégico para a expansão:

A Lomba do Pinheiro é considerada, segundo a visão do PDDUA – 2º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – como uma área com potencial de áreas livres a serem ocupadas. Será criada, uma área de potencial intensivo, que abrange parte da Avenida João de Oliveira Remião, na medida em que houver interesse de investidores no parcelamento do solo. A Lomba se configurará em uma zona mista, de apoio a habitação residencial e a atividades que convivem bem com a habitação. (SMC/PMPA, 2000, p. 172).

Essas 'aberturas e mudanças' no PDDUA nos auxiliam na compreensão da expansão da especulação imobiliária e econômica que permeia a realidade do bairro

atualmente. Levando-se em conta que a região mais habitada fica entre as Paradas 10 e 16 e que pertencia anteriormente à Viamão, a qual também é a menos dotada de infraestrutura urbana, embora tenha recebido algumas melhorias, essa não parece ser a área prioritária, a não ser no trecho às margens da Avenida João de Oliveira Remião, onde já há atualmente prédios, decorrentes das mudanças previstas no PDDUA, já tratadas anteriormente.

4.5.3 As instituições e os equipamentos urbanos

Uma das características do Bairro Lomba do Pinheiro até os dias atuais é a carência de equipamentos urbanos, sobretudo aqueles voltados ao entretenimento da população. Praças oficiais são apenas quatro, as das Vilas Viçosa, Santa Helena, Bom Sucesso e Nova São Carlos (SMC/PMPA, 2000).

A partir de 1996, a comunidade da Lomba passou a usufruir dos espaços do Parque Saint Hilaire, onde foram feitas aberturas junto à cerca que divide, na altura da Vila Santa Helena, a Lomba do Pinheiro de Viamão, em um acordo entre a Prefeitura e a comunidade (SMC/PMPA, 2000). Esse espaço conta com campo de futebol, cancha de vôlei, pracinha com balanços e bancos, sendo essa a maior área de lazer e possível local de convívio comunitário. No entanto, esse espaço está bastante limitado aos moradores dos arredores, uma vez que está distante da Avenida principal, a João de Oliveira Remião, o que torna o espaço pouco acessível à maioria dos moradores do bairro. A seguir observa-se uma imagem dessa área no Parque Saint Hilaire.



Figura 5: Parque Saint Hilaire, Praça localizada na Vila Santa Helena
Fonte: O autor, mar. 2013.

A obra de Claudia Magni (1996) ilustra bem essa realidade de carência estrutural referente ao lazer. Em sua pesquisa é possível encontrar relatos colhidos há mais de uma década atrás, mas que ainda hoje refletem a situação das estruturas de lazer no bairro. A seguir, observa-se um relato de como eram os momentos de lazer das pessoas mais “velhas”:

O lazer era bastante pouco. Eram pequenas festinhas, geralmente domingo à tarde, em dias de aniversário, quando a turma se reunia para dançar se divertir. Dificilmente uma família tinha um rádio que funcionasse, com uma bateria. Algumas pessoas tinham gramofones ou vitrolas com aqueles de setenta ou oitenta rotações. Às vezes, tinha um que tocava um instrumento, gaita ou violão. Os mais velhos se divertiam muito com aquilo. Às vezes a gente se reunia, ‘vamos caçar’ então íamos aos banhados, a caça na Lomba era farta, tinha muitos animais. Aos poucos a gente foi se conscientizando dessa coisa de que matar nos prejudicava. Hoje dificilmente aparece um caçador na Lomba. Também tinha um futebolzinho, uma bola de meia. Pedro José Vicente – Comerciante – Vila São Pedro (MAGNI, 1996, p. 98).

Em seguida outro relato:

A única coisa que funciona por aqui são os campos de futebol. A gente tem uns eventos. Todo o verão tem o projeto da SMED, o ‘Verão da Gurizada’, a gente faz na área três do parque. Já existe o ‘Brincando na Rua’, que é uma vez por mês, no domingo; eles trazem os brinquedos, a gente fecha a Vila São Pedro, e a gurizada, a gente grande, todo mundo passa a tarde brincando, ouvindo música, movimentação, fazem um festão. Brincam de carrinho de Lomba, de perna-de-pau, ping-pong, basquete, vôlei, xadrez, tudo na rua. José Carlos Pintado – Carpinteiro aposentado – Vila São Pedro. (MAGNI, 1996, p. 98).

O relato do Sr. José Carlos deixa evidente a falta de equipamentos de lazer no bairro, onde ações da Prefeitura são concentradas espacialmente e também em determinados períodos do ano, o que faz com que, sobretudo as crianças somente possam ter acesso à recreação nessas ocasiões. Como ressaltado anteriormente, no que diz respeito à melhoria dessa estrutura, quase nada mudou.

Segundo Magni (1996), o MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho) – sempre teve um grande respaldo entre os habitantes da Lomba do Pinheiro. Isso se deve ao fato de a maioria da população ser oriunda do interior do Estado. Assim sendo, Os CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) se tornaram um espaço de convívio social, no qual as pessoas buscam entrar em contato com a identidade cultural do homem do campo. Assim, o migrante “vitimado” pelo êxodo rural acabou por morar nas vilas populares da periferia das grandes metrópoles (MAGNI, 1996):

A saudade lá do galpão da estância, no interior, onde me criei na roça, das charlas, do fogo de chão, onde a gente se reunia, faz uma tertúlia a beira do fogo. Um toca violão, gaita, declama, e isso faz parte da tradição do gaúcho. A gente, até por ser do interior, começou a sentir a necessidade de trazer um CTG para a Lomba do Pinheiro. Luiz Valdevino Tavares Ramalho – Advogado – Vila São Francisco. (MAGNI, 1996, p. 98).

O primeiro CTG da Lomba do Pinheiro foi o Carreiros da Tradição, que funcionou durante breve período. Mais tarde surgiram o Estância do Pinheiro, na parada 11 e o Pousada da Figueira, na Parada 16, sendo esse o maior e mais conhecido da população, pois além de estar na Parada 16, considerada o “centro comercial” da Lomba do Pinheiro, é o maior em espaço físico. O CTG Promove bailes com grupos musicais bastante conhecidos, além de muitas vezes ser um espaço político, uma vez que em diversas ocasiões em seu espaço foram recebidas autoridades municipais e estaduais, para tratar das demandas políticas da população (JORNAL DA LOMBA, jan. 2011).



Figura 6: CTG Pousada da Figueira, localizado na Parada 16 da Lomba do Pinheiro.
Fonte: O autor, jun. 2013.

Um dos espaços comuns e mais bem estruturados no bairro sem dúvidas são os CTGs, pois essas sociedades existentes promovem atividades que agregam

dezenas de participantes: invernadas, jantares, bailes com conjuntos musicais. (JORNAL DA LOMBA, Janeiro. 2011).

O ecumenismo característico da região se desdobra na presença de muitas religiões e cultos religiosos de várias vertentes e origens. Há espaço tanto para igrejas pentecostais quanto para centros de umbanda. Já as comunidades católicas, cada uma com sua paróquia própria, são mais de vinte. (SMC/PMPA; 2000).

Apesar da convivência harmônica, é evidente que em se tratando de um assunto polêmico como a religiosidade, há também o conflito. A principal divergência se manifestou associada ao campo político. Tradicionalmente, a Lomba é católica, e essa fé religiosa foi fundamental para a questão histórica da organização política na Região, conforme retratado anteriormente.

Os franciscanos, com doutrina voltada para a ecologia, para a politização da fé, entram em conflito com o fundamentalismo Pentecostal, com sua visão antropocêntrica e hierarquizada da natureza, do poder religioso e da sociedade, pregando a sacralização do cotidiano, que leva a um conservadorismo em crenças e costumes. As religiões afro-brasileiras, por sua vez, são mais comportamentais, e tendem a seguir mais a linha filosófica do catolicismo pastoral da Lomba do Pinheiro, também pela acusação por parte dos Pentecostais de que o Candomblé e Umbanda lidam com possessões demoníacas. Tal condição se confirma na aproximação entre líderes do Movimento Negro, adeptos ao Candomblé, e militantes católicos, oriundos das CEBs (MAGNI, 1996, p. 154).

Atendo-se mais às questões de cunho político, na Paróquia Santa Clara, localizada na Parada 10 da Lomba do Pinheiro, os freis franciscanos mantêm um centro de referência para a população, o CPCA - Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis. O referido centro extrapola as demandas relativas às crianças e adolescentes, mantendo uma série de convênios com as diferentes esferas administrativas e jurídicas do Estado, bem como com órgãos privados, ONGs, inclusive com órgãos internacionais, conforme mostra o Quadro 2 a seguir.

Quadro 2: Síntese: convênios do CPCA

ICSFA – Instituto Cultural São Francisco de Assis – Instituição Jurídica que é a mantenedora do CPCA e também sua principal parceira
FASC/PMPA – Fundação de Assistência Social e Cidadania – com a qual desenvolve diferentes parcerias e convênios tais como: SASE, Trabalho Educativo, Programa Família, Ação Rua, Casa de Acolhimento. Também através da FASC – utilizamos as instalações físicas do centro regional leste como base de apoio ao programa Ação que tem uma de suas equipes no local.
KNH -KINDENOTHILFE – É uma entidade alemã que possui sede com importantes iniciativas no Brasil, e que há mais de vinte anos tem parceria com o CPCA em projetos de promoção social e comunitária.
MJ – Ministério da Justiça – é órgão do governo federal com o qual o CPCA possui o projeto de Justiça Comunitário, por meio da Secretaria de Reforma do Judiciário no programa PRONASCI.
MP – Ministério Público do Rio Grande do Sul – Projeto de criação de centrais de atendimento através de Círculos Restaurativos, um no bairro Bom Jesus e outro no bairro Lomba do Pinheiro.
MZF – Missionszentrale Der Franziskaner – Missão Central dos Franciscanos – é organismo internacional que apoia o CPCA em diferentes projetos de Promoção Humana. Com esta entidade também possuímos uma parceria pela qual jovens alemães fazem experiências de estágios na entidade.
Euro Social – Entidade voltada à transferência e intercâmbio de conhecimento e que contribui significativamente com o CPCA no projeto de Justiça Comunitária.
CMDCA – FUNCRIANÇA – Através da política de garantia e defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, o CMDCA, através do fundo, aprova projetos, que estejam em consonância com a legislação específica, propiciando que as entidades possam buscar parceiros, via renúncia fiscal, e através destes, qualifique e amplie seu trabalho – é órgão máximo da cidade no que se refere a política da Infância. Para fazer constar, o atual presidente do órgão é o Frei Luciano Elias Bruxel – Diretor desta entidade.
PROCEMPA – Projeto dos Tele centros – com o qual a entidade desenvolve importante parceria – atividades curriculares, através de cursos na área da informática e espaço para uso da comunidade em acesso à tecnologia da informação.
SMED – Com a secretaria municipal de Educação possuímos duas importantes parcerias, uma delas é a Orquestra de Flautas Villa Lobos, projeto de musicalização desenvolvido através de 5 núcleos e um grupo-show – um coral que é sediado na própria escola, que situa-se na Vila Mapa e que empresta seu nome ao grupo. Ainda possuímos parceira com este órgão através do programa de Justiça Restaurativa que, a partir de abril de 2013, terá uma central de atendimento em uma escola municipal no bairro.
CIEE – Estágios
PUC – Serviço social e Psicologia – além do projeto de Justiça Restaurativa.
IPA – Direito e Pedagogia.
Apoiadores Voluntários – o CPCA possui um grande número de pessoas físicas e jurídicas que doam, espontaneamente, recursos de diferentes naturezas que auxiliam a entidade a desenvolver seu trabalho, muitos deles são brasileiros e outros de outros países, principalmente da Alemanha.

Fonte: <http://www.cPCA.franciscanos-rs.org.br/>, 2013.

A seguir, observa-se a representação da rede de relações do CPCA:

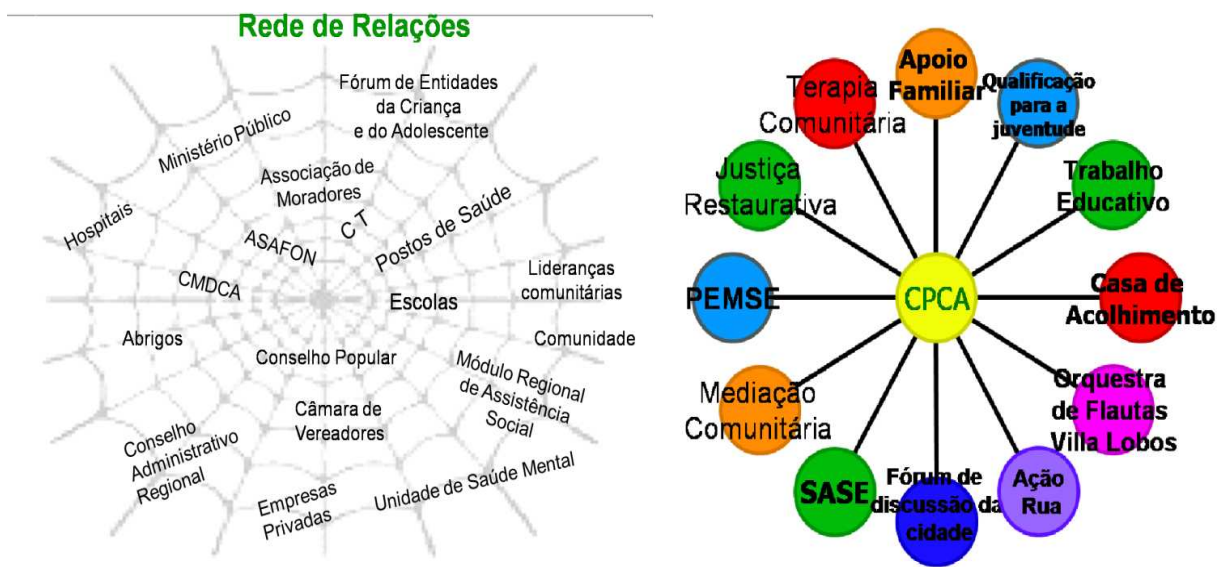


Figura 7: Representação das Parcerias e Projetos do CPCA
Fonte: CPCA, 2013.

Segundo o próprio site, são desenvolvidas atividades e parcerias com mais de quatrocentas entidades congêneres, o que faz do CPCA a principal instituição conjunta (serviços prestados em um mesmo lugar) de assistência social do bairro.



Figura 8: Paróquia Santa Clara, espaço onde o CPCA desenvolve suas atividades, na Parada 10.
Fonte: O autor, mar. 2013.

Além das atividades assistenciais, o CPCA atualmente conta com uma quadra coberta de esportes, bem como com espaços privados oferecendo serviços

de advocacia, serviços imobiliários e bazar. Portanto, a referida entidade congrega uma série de serviços prestados à comunidade da Lomba do Pinheiro, centralizando as demandas das camadas mais carentes do bairro.

Bem menos estruturado que o CPCA, o denominado Centro Cultural Lomba do Pinheiro, situado na Avenida João de Oliveira Remião (Parada 13), está localizado no espaço em que, na década de 1990, funcionavam as instalações da extinta Escola de Samba Mocidade Independente da Lomba do Pinheiro.

Embora inaugurado sob o nome “Centro Cultural Lomba do Pinheiro” em 29 de agosto de 2004, quase nenhuma mudança ocorreu em termos de infraestrutura. A principal mudança foi à instalação do CAR (Centro Administrativo Regional), que até então não existia no bairro (PMPA, 2013).

No amplo terreno, que conta inclusive com reserva de área verde, o local que deveria estar funcionando como Centro Cultural encontra-se sucateado desde que foi inaugurado. O espaço dispõe de uma pequena estrutura administrativa, onde estão as instalações do CAR, algumas goleiras e balanços que estão situados ao lado de dois grandes pavilhões onde ocorriam atividades, shows e muambas na época do funcionamento da Escola de Samba. Atualmente, os pavilhões estão relativamente sucateados, bem como o seu entorno. Essa área é utilizada no dia a dia como garagem para o maquinário da Prefeitura (patrolas, caminhões, etc.) e hoje é denominada como depósito da Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV). O mesmo espaço é compartilhado para reuniões do Orçamento Participativo (OP) e atividades esporádicas, conforme informações obtidas em campo.

Em seguida, trazemos um relato a partir do cenário encontrado e descrito pelos vereadores que compõem a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, da Câmara Municipal de Porto Alegre:

A Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, presidida pelo Vereador DJ Cassiá surpreende-se com o abandono e depredação do Centro Regional da Lomba do Pinheiro. O local que deveria funcionar um Centro Cultural está sucateado desde a sua inauguração, em 29 de agosto de 2004, onde está sobre a coordenação do Centro Administrativo Regional da Lomba do Pinheiro. A Comissão foi recepcionada pela Conselheira Tutelar da Microrregião 9, Senhora Nilza Barbosa, que acompanhou e mostrou o local. Segundo informa Nilsa, as obras para a construção de um SASE e de uma Cozinha Comunitária foram interditadas por apresentarem problemas com a planta, o que houve embargo das obras por parte da SMOV e SMAM, gerando com isso a perda do investimento aproximado de R\$ 128 mil reais obtidos através de um convênio com a FASC. No local deveria ter ainda uma horta comunitária, o que não existe mais por descaso (DJ CASSIÁ, 2013).

Apesar de o relato datar do ano de 2009, pode-se afirmar, de acordo com visita realizada durante o estudo de campo, que a situação de descaso e abandono continua a mesma. A seguir, uma imagem do local.



Figura 9: Centro Cultural Lomba do Pinheiro. Localizado na Parada 13.
Fonte: O autor, jul. 2013.

Cabe destacar, ainda, que nesse mesmo espaço encontram-se as instalações do Conselho Tutelar da Microrregião⁹, com a mesma condição de precariedade na estrutura de atendimento, inclusive sem privacidade alguma. Portanto, conclui-se que esse é um espaço com importante potencial de uso para a população da Lomba do Pinheiro. O que se observa, contudo, é que não tem havido esforços suficientes para sensibilização dos órgãos administrativos do município.

Se não houve esforço municipal para equipar o Centro Cultural Lomba do Pinheiro, o mesmo não se pode dizer em relação ao CEITEC.

O CEITEC (Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada) constitui-se em um equipamento de cunho institucional que concretiza políticas estratégicas na área tecnológica na escala da União e, apesar de situar-se na Parada 1 da Lomba do Pinheiro, não apresenta qualquer conexão com a vida cotidiana da população do referido bairro.

O CEITEC (Centro Integrado de Tecnologia) foi criado em 2000 e federalizado em 2008. Os primeiros investimentos foram realizados em 2004, somando em 2012 cerca de R\$ 500 milhões na empresa. Em 2012, iniciaram as atividades do CEITEC estipulando-se um faturamento de R\$ 300 mil para esse primeiro ano. A expectativa é superar R\$ 1 milhão em 2013. Como objetivo, pretende equilibrar receitas e despesas até 2015. Hoje, o orçamento da estatal é de R\$ 50 milhões/ano. (Jornal Zero Hora, 2012, p. 23).

A seguir, apresenta-se uma breve avaliação sobre o funcionamento do CEITEC em seu primeiro ano, publicada no Jornal do Comércio:

Embora funcionando como empresa pública da União desde 2008, o Ceitec, que fabrica chips na Lomba do Pinheiro, realizou em 2012 seu primeiro ano de faturamento, totalmente a partir de vendas ao setor privado, escreve, na newsletter eletrônica, o presidente Cylon Gonçalves da Silva. Seu Chip do Boi passou a ser usado nos brincos eletrônicos para identificação animal, produzidos pelo Grupo Fockink. O conjunto brinco + chip até já foi certificado internacionalmente pelo Icar. O Ceitec também vendeu para a HP Brasil um lote de 100 mil unidades de outro chip para uso em cartuchos de impressoras. Outras seis empresas brasileiras e duas multinacionais estão desenvolvendo produtos com os chips do Ceitec ou testando-os para uso em suas linhas de produção (RITTER, 2012, p. 34).

Não se pode negar a importância do CEITEC como equipamento estratégico em nível federal, estadual e até municipal, uma vez que Porto Alegre pode desenvolver-se como polo tecnológico, qualificar recursos humanos, gerar empregos e também arrecadar mais impostos. Contudo, para a população da Lomba do Pinheiro, o CEITEC pouco agrega, servindo quase que exclusivamente como referencial territorial para os moradores do bairro. Cabe destacar que o CEITEC não trouxe benefícios de qualquer ordem para o bairro, ao contrário, devido à sua instalação, foi realizada a remoção da Escola Estadual de Ensino Escola Onofre Pires, anteriormente situada na Avenida João de Oliveira Remião, e agora localizada no Beco do Davi. Assim, parte do pátio do antigo prédio da escola foi incorporado às instalações do CEITEC.

Outro problema que tem sido sinalizado é a falta de estabelecimentos bancários, o que causa transtornos e dificuldades à população, a qual, muitas vezes, precisa recorrer a agências de outros bairros para pagar contas, fazer saques e depósitos:

O simples ato de pagar uma conta telefônica, de água ou luz tem sido um verdadeiro martírio na vida de muitas pessoas que residem na Lomba. Tudo decorrente da carência do bairro em agências bancárias. Pelo que parece, as grandes redes de bancos ainda não perceberam o crescimento

galopante do bairro. São sessenta mil pessoas, segundo as últimas pesquisas do IBGE. A situação só não é pior porque a Lomba do Pinheiro tem uma agência lotérica, o que ameniza o sofrimento de quem quer pagar uma conta em boletos com código de barras. É necessário que ao menos estabelecimentos bancários públicos, como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, se instalem no bairro para ampliarem as opções aos moradores. A única agência do Banrisul não dá conta de absorver tanta demanda por serviços bancários. O desenvolvimento bancário tende a agravar ainda mais tal carência (JORNAL DA LOMBA, maio. 2013. p. 2).

Além da agência do Banrisul, há uma agência do Sicredi, a primeira instituição bancária a se instalar no bairro. No mês seguinte à publicação dessa reportagem, houve a abertura de mais uma casa lotérica no bairro, na Parada 12. Nas figuras a seguir podem ser vistas, a primeira casa lotérica no bairro, na Parada 12. Nas figuras a seguir é possível observar a primeira Casa Lotérica do bairro, a agência do Banrisul e a futura agência da Caixa Econômica Federal, ainda em construção, com inauguração prevista para o ano de 2014.



Figura 10: Agência do Banrisul

Fonte: O autor, ago. 2013.



Figura 11: Futura Agência da Caixa e a primeira Casa Lotérica do Bairro

A seguir, abordamos as diretrizes propostas para a Lomba do Pinheiro através do PDUA.

4.6 DÉCADA DE 2000: A LOMBA DO PINHEIRO NO CONTEXTO DO PDDUA

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, L.C. 434/99, aprovado em 1999, envolve os princípios norteadores da Constituição de 1988, ao apontar “novas alternativas” que estão indicadas através de um conjunto de princípios, estratégias, diretrizes e normas. Conforme o Art. 29, no PDDUA foram mapeadas nove macrozonas em Porto Alegre. Essas áreas foram

caracterizadas por sua configuração atual, por isso, para cada uma delas existem diferentes propostas.



Figura 12: Regiões de Planejamento (Macrozonas em destaque)
 Fonte: PPDUA, 1999, p. 12.

Esse contexto propiciou que algumas das macrozonas sofram flexibilização em termos de planejamento, e serviu de estratégia para expandir a ocupação na cidade e no bairro Lomba do Pinheiro, através de Projetos Especiais.

Dentre as macrozonas, o EIXO LOMBA-RESTINGA é definido da seguinte maneira pelo PDDUA (1999):

é a denominação dada à MACROZONA 6 do PDDUA. É constituída pela região ao longo das estradas João de Oliveira Remião e João Antônio de Oliveira, com potencial para ocupação residencial miscigenada, o que deverá aproximar habitação/trabalho, reduzindo os deslocamentos. Nela haverá incentivo para a construção de habitações de interesse social.

Dessa forma, resgatamos as sete estratégias previstas no PDDUA (1999) já retratadas nesta pesquisa em nível municipal, agora com o recorte do bairro, através da retomada do Art. 21, que trata da Estratégia de Produção da Cidade, pois essa é a estratégia que tem viabilizado as transformações territoriais na Lomba do Pinheiro:

A Estratégia de Produção da Cidade tem como objetivo a capacitação do Município para a promoção do seu desenvolvimento através de um conjunto de ações políticas e instrumentos de gerenciamento do solo urbano que envolvem a diversidade dos agentes produtores da cidade e incorporam as oportunidades empresariais aos interesses do desenvolvimento urbano como um todo (PDDUA,1999).

Esse modelo viabiliza novas tomadas de decisão por parte do Poder Público, podendo esse assumir tais estratégias, e dependendo de como for feita sua aplicação, podem servir como indutores de um efetivo modelo de desenvolvimento urbano.

Assim sendo, a partir do PDDUA (1999), o Bairro Lomba do Pinheiro foi considerado “espaço urbano prioritário” para desenvolver e programar novas formas de planejamento urbano, tendo como objetivo incorporar, na legislação urbanística, padrões diferenciados, através do mercado imobiliário formal e informal (PEGORARO; OLIVEIRA; OBERRATHER, 2007). O bairro se enquadra nas áreas com potencial de ocupação intensiva, definidas da seguinte maneira pelo PDDUA (1999): “são zonas da Área de Ocupação Rarefeita que, por sua localização e pela forma como já vêm sendo utilizadas apresentam condições de serem integradas à área intensiva através de projetos de habitação de interesse social”.

Ainda reforçando a Estratégia de Produção da Cidade, prevista no PDDUA (1999), vejamos os seguintes complementos:

I – da promoção, por parte do Município, de oportunidades empresariais para o desenvolvimento urbano;

II - do estímulo e gerenciamento de propostas negociadas com vistas à consolidação do desenvolvimento urbano;

III – da implementação de uma política de habitação social que integre e regule as forças econômicas informais de acesso à terra e capacite o Município para a produção pública de Habitação de Interesse Social (HIS)

IV – da implementação de uma política habitacional para as populações de baixa e média renda, com incentivos e estímulos à produção de habitação.

Já o artigo 23 estabelece os programas que compõem esta estratégia:

I – Programa de Projetos Especiais, que busca promover intervenções que, pela multiplicidade de agentes envolvidos no seu processo de produção ou por suas especificidades ou localização, necessitam critérios especiais e passam por acordos programáticos estabelecidos com o Poder Público, tendo como referência os padrões definidos no Plano Regulador;

II – Programa de Habitação de Interesse Social, que propõe a implementação de ações, projetos e procedimentos que incidam no processo de ocupação informal do solo urbano, através da regulamentação, da manutenção e da produção da Habitação de Interesse Social, viabilizando o acesso dos setores sociais de baixa renda ao solo legalizado, adequadamente localizado, considerando, entre outros aspectos, áreas de risco, compatibilização com o meio ambiente, posição relativa aos locais estruturados da cidade, em especial os locais de trabalho, e dotado dos serviços essenciais;

III – Programa de Gerenciamento dos Instrumentos para o Desenvolvimento Urbano, que busca gerenciar os instrumentos de planejamento, monitorando o desenvolvimento urbano, potencializar a aplicação dos instrumentos captadores e redistributivos da renda urbana, bem como sistematizar procedimentos para a elaboração de projetos que viabilizem a captação de recursos;

IV – Programa de Incentivos à Habitação para baixa e média renda que, através de parcerias entre o poder público e a iniciativa privada, com a adoção de incentivos fiscais, financiamentos especiais e oferta de Solo Criado, dentre outros, busque a criação de procedimentos simplificados no exame e aprovação de projetos de edificação e parcelamento do solo direcionados à população de baixa e média renda.

Assim, foram implantadas as bases legais para a implementação dessas políticas diferenciadas no que era habitual até então, justificando a intensa transformação nos moldes espaciais da Lomba do Pinheiro.

Dessa forma, para a Lomba do Pinheiro estão previstas as seguintes situações, de acordo com o PDDUA (1999): “deve ser incentivada a construção de residências misturadas ao comércio local, bem como a construção de habitações de caráter social voltadas para a população com renda familiar inferior a cinco salários mínimos”.

Por isso, foram desenvolvidos Programas específicos para o bairro, como o Projeto Integrado Sustentável da Lomba do Pinheiro e, posteriormente, já sob a luz do Estatuto da Cidade (2001), o instrumento Operações Urbanas Consorciadas.

Em referência a esses novos instrumentos, regulamentados através do PDDUA (1999), vejamos a seguinte consideração:

Dentro deste contexto, o qual visa a melhor execução da política urbana, adotando novas diretrizes de cooperação entre os diferentes níveis administrativos e políticos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, além de ordenar o uso do solo urbano e compatibilizar os recursos do Orçamento Participativo para obras viáveis que, em conjunto, possam configurar uma “estratégia em rede”. Assim, a experiência-piloto busca o estabelecimento de uma metodologia de trabalho projetual como instrumento de promoção de um planejamento mais gerencial e participativo, dentro de uma visão menos “normativa” que a dos Planos Diretores Municipais das duas décadas anteriores, os quais nem sequer reconheciam a existência de favelas e loteamentos irregulares já consolidados há muitos anos (OLIVEIRA & OBERRATHER, 2010, p.25).

Ainda nesse sentido, Somensi destaca:

Com a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental – PDDUA – de Porto Alegre em 1999, a Lomba do Pinheiro foi incorporada na Área de Ocupação Intensiva, numa iniciativa que busca integrar esta porção ao resto da cidade, por meio do reconhecimento da tendência de ocupação urbana já existente na região. Esta passa a receber o regime urbanístico que permite o parcelamento do solo na modalidade de loteamento, com ênfase na habitação de interesse social, de acordo com as características daquele território (SOMENSI, 2006, p 04).

Assim, segundo Pegoraro, Oliveira e Oberrather (2007) ficou a proposição de se estimular a ocupação do solo, de acordo com as regras de zoneamento. A partir desse, foram propostos os pontos de ocupação e uso do solo, incluindo áreas prioritárias. Portanto, definiram-se “as Áreas Aptas à Ocupação e para cada uma delas foi avaliado o grau de adensamento máximo, tendo em vista projetar a população futura e os respectivos equipamentos urbanos e comunitários” (PEGORARO; OLIVEIRA; OBERRATHER, 2007, p.08).

Nesse sentido, a regulamentação da Lei Complementar nº 663, de 28 de dezembro de 2010, que alterou o PDDUA (1999), viabilizou as construções de interesse social que, em geral, têm sido edificadas na área sul da Lomba do Pinheiro, no encontro com o bairro Restinga:

Altera limites de Subunidades, de Unidades de Estruturação Urbana (UEUs) e de Macrozonas (MZs), cria Subunidades, institui como Áreas Especiais de Interesse Social – AEIS I e III – no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (Lei Complementar nº 434, de 1º de dezembro de 1999, e alterações posteriores) as áreas correspondentes aos empreendimentos aprovados no Programa Minha Casa, Minha Vida, da Caixa Econômica Federal (CEF), e aos novos empreendimentos destinados à produção habitacional, que atenda à Demanda Habitacional Prioritária (DHP), definida no § 3º do art. 22 dessa Lei Complementar (SIREL/PMPA, 2013).

Quanto à aptidão do Uso do Solo, identificada nos instrumentos decorrentes do PDDUA (1999), apresentamos a seguinte representação do bairro e suas respectivas aptidões.

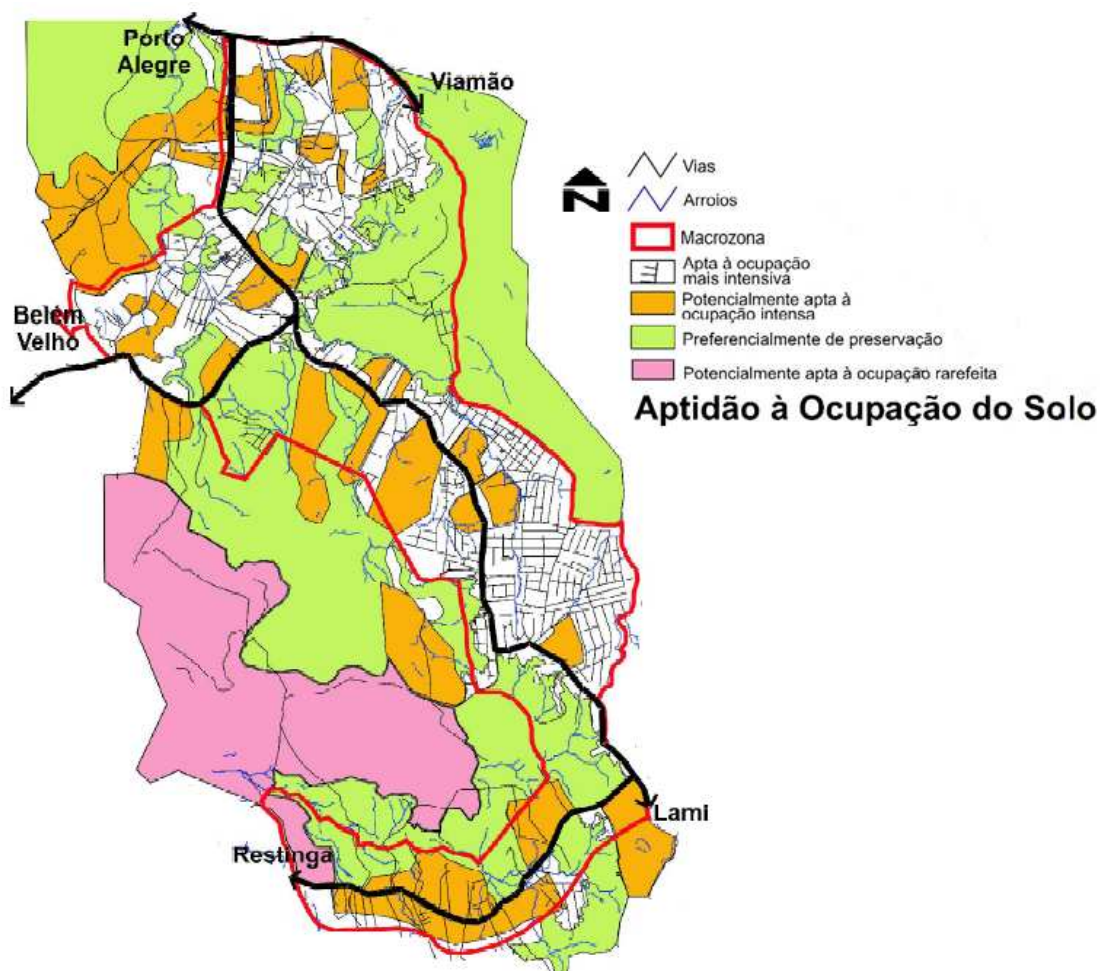


Figura 13: Aptidões à ocupação do solo no Bairro Lomba do Pinheiro
Fonte: Programa Lomba do Futuro – SMURB/PMPA, 2013.

A partir desse levantamento, viabilizam-se diferentes perfis construtivos:

Art. 1º Na Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 03 da Macrozona (MZ) 10, ficam alterados os limites das Subunidades 25 e 30, e ficam criadas a Subunidade 41 como Área Especial de Interesse Social III (AEIS III), a Subunidade 42 com o mesmo regime urbanístico da Subunidade 30 e a Subunidade 49 como AEIS III.

Parágrafo único. Fica mantido o corredor da centralidade 93 da Estrada João Antônio Silveira e na Estrada do Rincão, o Grupo de Atividade 07 e o regime urbanístico estipulado na Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro (SIREL/PMPA, 2013).

Retomando e complementando as características da Macrozona 6, destacamos a projeção dos potenciais de ocupação do bairro, a partir da

representação das áreas e, em seguida, de seus distintos regimes urbanísticos, mas antes disso cabe salientar suas diretrizes de potencial de ocupação:

A Macrozona6, denominada Eixo Lomba-Restinga, tem potencial para ocupação residencial, miscigenada. Nela deve ser incentivada a construção de residências misturadas ao comércio local, o que permite, por um lado, diminuir os deslocamentos para abastecimento diário e, por outro, propiciar a instalação de pequenas empresas que poderão representar novas oportunidades de trabalho e renda para os moradores (PROGRAMA LOMBA DO FUTURO– SMURB/PMPA, 2013, p. 67).

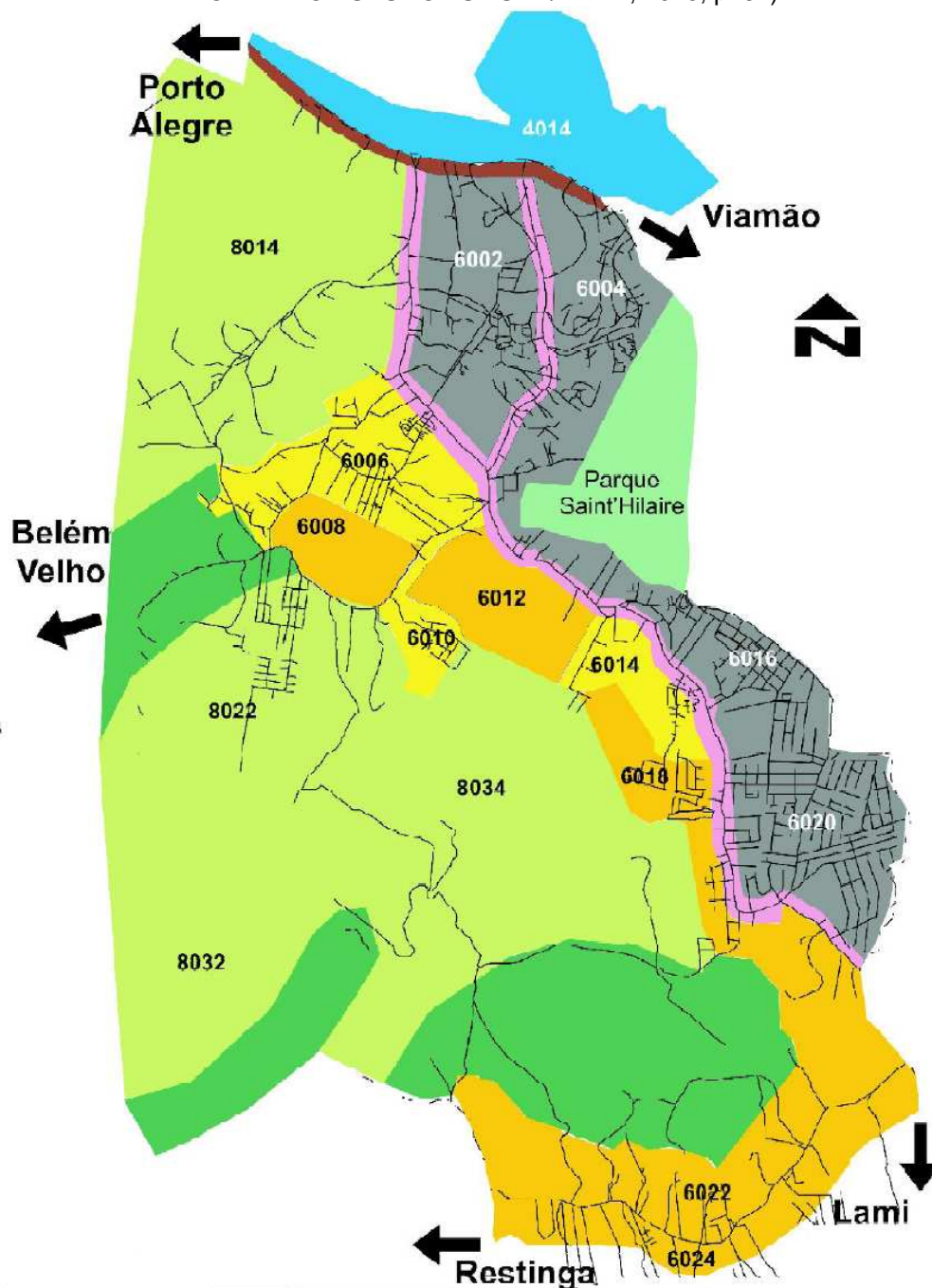


Figura 14: Áreas de aplicação dos diferentes Regimes Urbanísticos no Bairro Lomba do Pinheiro
Fonte: Programa Lomba do Futuro – SMURB/PMPA (2013).

Assim, a legislação incorpora boa parte do território estudado como Área Urbana de Ocupação Intensiva, com previsão de uso do solo para áreas predominantemente residenciais e mistas, deixando uma parcela significativa definida como Área com Potencial de Intensiva, a qual fica destinada, preferencialmente, para os loteamentos de interesse social. Se isso não vier a acontecer, sobre essa área será aplicado o Regime Urbanístico definido para áreas de desenvolvimento diversificado (PROGRAMA LOMBA DO FUTURO–SMURB/PMPA, 2013). A seguir, apresentamos o quadro síntese do Regime Urbanístico para cada área:

Tabela 2: Síntese do Regime Urbanístico para a macrozona 6

SÍNTESE DO REGIME URBANÍSTICO				
ZONAS DE USO	UEU**	Atividades	Índ. Aprov.	Volumetria
Mista 1	6002	SEM RESTRIÇÃO: habitação, comércio e serviços até 1500m ² . Indústria até 500m ² . PROIBIDO: comércio atacadista (nível2) e serviços (nível3).	1.3	Altura = 18m TO = 75%
	6004			
	6016			
	6020			
Mista 3	Eixo J. O. Remião	SEM RESTRIÇÃO: habitação, comércio e serviços sem limite de porte, indústria até 1500m ² .PROIBIDO: comércio atacadista (nível 2).	1.3	Altura = 18m TO = 75%
Mista 4	Eixo B. Gonçalves	SEM RESTRIÇÃO: habitação, comércio e serviços sem limite de porte, indústria até 1500m ²	1.3	Altura = 52m TO = 75%
Área com Potencial de Intensiva	6008	Condições de integração a área intensiva, mediante interesse por parte do urbanizador em realizar habitação de interesse social, respeitando condicionantes naturais.	1.0	Altura = 9m TO = 66,6%
	6012			
	6018			
	6022			
	6024			
Área de Proteção ao Ambiente Natural	8014	SEM RESTRIÇÃO: habitação, lazer, turismo e atividades educacionais e científicas, relacionadas à proteção da fauna, flora e paisagem.	0.1	Altura = 9m TO = 20%
	8034(1)*			
Área de Desenvolvimento Diversificado	8034(2)*	SEM RESTRIÇÃO: habitação, lazer, turismo e atividades educacionais e científicas, relacionadas à proteção da fauna, flora e da paisagem.	0.2	Altura = 18m TO = 75%
	8032(3)*			

		Atividades extrativas, produtivas e complementares à AOR***		
Predominantemente Residencial	6006	SEM RESTRIÇÃO: habitação, comércio varejista, serviços e indústria até 200m ² . PROIBIDO: comércio varejista (nível 2), atacadista, serviços (nível 2 e 3) e indústria com interferência ambiental.	1.0	Altura = 9m TO = 66.6%

Fonte: Programa Lomba do Futuro – SMURB/PMPA (2013). Adaptado pelo autor.

O que se pode constatar a partir dessas informações e também pelos dados recolhidos na pesquisa de campo é que a maioria dos novos empreendimentos tem sido construída nas UEs internas com maior possibilidade de gabarito (altura até 18 m - equivalente a 6 andares) e IA=1,2, embora isso não determine o preço dos condomínios, pois pela lógica territorial ainda é mais relevante a proximidade com a Avenida Bento Gonçalves, por dar acesso a áreas centrais de Porto Alegre. Contudo, as áreas com menor possibilidade de gabarito vêm sendo ocupadas por condomínios horizontais ou mistos, usando como amenidades o meio natural. Os conjuntos habitacionais do PMCMV, em geral, estão nas áreas com maior possibilidade de gabarito, contudo, naquelas mais afastadas da Avenida Bento Gonçalves, o que justifica sua desvalorização.

A seguir, faremos uma caracterização geral dos principais projetos previstos para a área de estudo, o Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro e as Operações Urbanas Consorciadas, ambos viabilizados pelo PDDUA.

4.6.1 Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro

Pegoraro, Oliveira e Oberrather (2007) afirmam que, a partir de 1998, foi realizada uma capacitação interna na Prefeitura de Porto Alegre para desenvolver em três áreas distintas da cidade os chamados “Projetos Integrados”, na perspectiva de capacitar o município na viabilização de soluções diferenciadas para cada região.

O Projeto Integrado denominado “Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro” abrange toda a Macrozona 6 (Macrozona onde localiza-se a Lomba do Pinheiro), definida no Plano Diretor ora vigente, e parte da Macrozona 7 (Macrozona que faz a ligação entre Lomba do Pinheiro e o bairro Restinga), região caracterizada

pela sua localização na periferia, com significativa concentração de bens naturais, além de ocupações espontâneas e irregulares de baixa e média renda (PEGORARO; OLIVEIRA; OBERRATHER, 2007).

Nesse contexto está inserido o Projeto Integrado da Lomba do Pinheiro, que apresenta o seguinte objetivo:

O Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro teve como objetivo geral buscar oportunidades de desenvolvimento que resolvam os conflitos de urbanização, compatibilizando-os com a preservação de bens naturais, além de garantir o atendimento da demanda habitacional reprimida e a criação de postos de trabalho e de programas de geração de renda (PEGORARO; OLIVEIRA; OBERRATHER, 2007, p. 18).

Conforme OLIVEIRA & OBERRATHER (2010), nesse Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro foram desenvolvidos vários estudos, tais como:

- a) Trabalho interno de capacitação técnica e conhecimento da região, através da realização de várias reuniões com os atores locais na área de estudo, para a construção dos objetivos a serem desenvolvidos pelo projeto;
- b) Elaboração do diagnóstico do meio natural e construído envolvendo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, órgãos estaduais e municipais, com a participação dos moradores na elaboração do Diagnóstico Rápido Participativo, através da criação do Grupo de Planejamento Local;
- c) Elaboração da lei de Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro;
- d) Ainda consta que, paralelamente, foram realizadas ações que contribuíram para alimentar o diagnóstico do meio construído, tais como: estudos de criação do Parque Linear Arroio Taquara, desenvolvimento do EVU – Estudo de Viabilidade Urbanística – na Vila Recreio da Divisa (Experiência Habitacional) com definição de AEIS I em 2002, programas para o desenvolvimento econômico local da Lomba do Pinheiro e a instituição do Grupo de Planejamento Local (GPL). Esse grupo, criado em 2002, foi composto por representantes da comunidade, da área de saúde, de escolas, da igreja, do Orçamento Participativo (OP), da

Região de Gestão do Planejamento 7 (RGP 7), bem como por representantes de departamentos e secretarias municipais, assim como da METROPLAN e EMATER, representando o Governo Estadual.

Em suma, os quadros a seguir representam uma síntese das ações de planejamento propostas como molde de desenvolvimento espacial e reordenamento territorial da Lomba do Pinheiro, por parte do poder público municipal:

Quadros 3 e 4 : Síntese das ações de planejamento propostas.

Quais as metas e diretrizes para intervir na região?	
FACES	
Metas	Diretrizes
<p>A</p> <ul style="list-style-type: none"> consolidação com ocupação intensiva e proteção ao ambiente natural receber mais 24.816 hab nos vazios aptos a ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> projeto de reestruturação viária viabilização do parque previsto densidade com miscigenação que represente apoio à habitação (MISTA 1) IA= 1,3 Altura máxima= 18m
<p>B</p> <ul style="list-style-type: none"> consolidação com ocupação intensiva e proteção ao patrimônio natural 	<ul style="list-style-type: none"> projeto de estruturação urbana (malha viária, equipamentos públicos) densidade com estímulo à vida de bairro e atividades complementares à habitação (Área Predominantemente Habitacional) IA= 1,0 Altura máxima= 9,0m
<p>C</p> <ul style="list-style-type: none"> consolidação da ocupação existente novas ocupações rarefeitas proteção do patrimônio natural 	<ul style="list-style-type: none"> regularização das vilas existentes por instituição da AEIS* e correção da situação de risco baixa densidade implantação de equipamentos públicos proteção das nascentes do Saiso usos especiais a definir pelo SMGP**
<p>D</p> <ul style="list-style-type: none"> consolidação com ocupação intensiva e proteção ao patrimônio natural receber mais 15.672 hab nos vazios aptos a ocupação 	<ul style="list-style-type: none"> regularização das vilas existentes por instituição da AEIS* densidade com miscigenação que represente apoio à habitação projeto do Parque Linear do Arroio Taquara IA= 1,3 Altura máxima= 18m
<p>E</p> <ul style="list-style-type: none"> criação de nova centralidade como Centro de Urbanidade entre bairros 	<ul style="list-style-type: none"> regularização das vilas existentes por instituição da AEIS* implantação de equipamentos públicos de interação social
<p>F</p> <ul style="list-style-type: none"> proteção e perpetuação do patrimônio natural atividades diversificadas compatibilizadas com o patrimônio natural 	<ul style="list-style-type: none"> implantação de atividades que concillem a proteção dos bens naturais proteção das nascentes do Saiso usos especiais a definir pelo SMGP** para as áreas aptas a ocupação

*AEIS - Áreas Especiais de Interesse Social

**SMGP - Sistema Municipal de Gestão e Planejamento

Quais as metas e diretrizes para intervir na região?	
INTERFACES	
Metas	Diretrizes
1 - fortalecimento das centralidades existentes - ordenamento de João de Oliveira Remião	- projeto para conciliar passagem de pedestres, paradas de ônibus e fluxos de veículos com vistas à segurança e conforto dos usuários compatível com o uso da região
2 - consolidação como Parque Metropolitano	- Plano de Manejo com definição de usos do Parque
3 - configurar par viário alternativo a Estrada João de Oliveira Remião	- Via coletora, para distribuir o tráfego e possibilitar a acessibilidade aos bairros e ao Parque Sant'Hilaire
4 - delimitação do Parque com definição de usos que possibilite o acesso da população local	- Plano de Manejo com definição de usos do Parque
5 - consolidação como ligação metropolitana	- ordenamento da estrada com vistas à segurança dos usuários compatível com o uso rarefeito de cada região
6 - qualificação da ligação metropolitana	- projeto do eixo da Avenida para melhor fluidez, através do ordenamento da circulação geral (pontes, rotulas)

Fonte: Projeto Integrado Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro: Construindo a Lomba do Futuro, 2008.

Para o poder público, esses estudos constituem as principais referências para identificar áreas aptas e não aptas para a ocupação ou de preservação, entre outras. Dessa maneira, o estudo serviu de justificativa e respaldo para a implementação de instrumentos, como no caso das operações urbanas consorciadas, tema que será tratado a seguir.

4.6.2 Operação Urbana Consorciada na Lomba do Pinheiro

O fenômeno da urbanização adquiriu uma intensidade ímpar em poucas décadas, o que se refletiu no crescimento desordenado de muitas cidades, desencadeando diferentes realidades urbanas. Nos grandes centros, especialmente, há uma reprodução de exemplos semelhantes aos casos estrangeiros, onde essa nova dinâmica urbana tem apresentado diversos espaços ociosos ou vazios, especialmente em antigas áreas industriais, portuárias e nos antigos centros.

Na tentativa de reversão do quadro, ganham força as parcerias público-privadas, entre elas, o instrumento das Operações Urbanas Consorciadas, definido da seguinte maneira pelo Estatuto da Cidade:

De acordo com o Art. 32 (§ 1º), são consideradas operações urbanas o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados com o objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental (BRASIL, 2002, p.78).

Assim sendo, as Operações Urbanas Consorciadas abrangem a perspectiva de “revitalizar” áreas consideradas degradadas, ao mesmo tempo em que promovem a ampliação e dinamização da economia de mercado. Essa lógica ganha força na década de 1980, sendo possível uma melhor contextualização a partir do Guia para Implantação do Estatuto da Cidade:

a demanda pelo estabelecimento de um novo instrumento na experiência brasileira partiu de quatro matrizes simultâneas nos anos 80: a falta de recursos públicos para realizar investimentos de transformação urbanística das áreas, a convicção de que investimentos públicos geram valorização imobiliária que pode ser captada pelo poder público, a convicção de que o controle do potencial construtivo era a grande ‘moeda’ que o poder público poderia contar para entrar na operação e as críticas às estratégias correntes de controle de uso e ocupação do solo no sentido de sua incapacidade de captar singularidades e promover re-desenho ou, em outras palavras, urbanismo (BRASIL, 2002, p.80).

Diante das constantes crises contemporâneas protagonizadas pelo capitalismo, há uma crescente demanda por serviços públicos, enquanto o Estado sofre um processo de redução. Todo esse contexto tem gerado análises variadas em torno da aplicação do instrumento. Uma das alternativas considerada positiva é posta da seguinte maneira por Lage (2008):

As operações urbanas têm sido defendidas por integrantes dos setores progressistas, que citam o caráter redistributivo do instrumento, na medida em que permitem a recuperação pelo poder público da valorização que os imóveis adquirem com a elevação de coeficientes de aproveitamento do solo, viabilizando obras com recursos provenientes do setor privado e liberando, assim, os limitados recursos do Estado para realizar benfeitorias em áreas segregadas e carentes de infraestrutura (LAGE, 2008, p.25).

Por outro lado, um dos grandes desafios diz respeito à prioridade dessa política: como viabilizá-la de maneira que ela não seja um mecanismo que promova apenas o acúmulo de capital, a partir da especulação imobiliária, mas seja capaz de promover a causa social.

A demanda de crescimento na cidade de Porto Alegre, sobretudo em função da especulação imobiliária, fez do bairro Lomba do Pinheiro um dos bairros com potencialidade de expansão, por apresentar uma característica rarefeita de ocupação urbana e de se encaixar no “perfil” proposto pelo referido instrumento.

O Estatuto da Cidade disponibiliza e regulamenta uma série de instrumentos de política urbana a serem adotados, ou não, pelos municípios brasileiros. Dentre tais instrumentos, estão as operações urbanas, com o nome de “Operações Urbanas Consorciadas” (Seção X do Capítulo II) (LAGE, 2008, p.16)

Assim sendo, o estudo proposto pela Prefeitura teria identificado na Lomba do Pinheiro áreas aptas à ocupação, sendo instituídos diferentes graus de adensamento máximo para projetar a futura população, os respectivos equipamentos urbanos e comunitários necessários às transformações em curso no bairro (PMPA, 2012).

Pérez (1998) avalia de forma positiva as Operações Urbanas na Lomba do Pinheiro, argumentando que a ideia não é simplesmente mudar o Regime Urbanístico, possibilitando maior potencial construtivo nas áreas aptas, mas sim que sejam realizadas melhorias urbanas em forma de contrapartidas. Essas contrapartidas, calculadas em função de parte da recuperação obtida a partir da

valorização decorrente desta mudança no uso do solo, deveriam priorizar a viabilização de projetos de interesse social.

O projeto de lei de Operação Urbana Consorciada também prevê a criação do Comitê de Desenvolvimento da Lomba do Pinheiro. Cabe ao comitê acompanhar a implementação do instrumento, bem como a utilização simultânea de instrumentos complementares previstos em lei. Dentre as possibilidades, observa-se os que estão citados a seguir:

Existem instrumentos complementares, como, por exemplo, programas, recursos disponíveis no Município, tais como, Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, através de sua capacidade de financiar a política habitacional nos termos do Capítulo IV, Título V da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, o Banco de Terras, quando este destina terras para atender os programas e projetos habitacionais e de equipamentos de caráter social, e outros instrumentos, como a Concessão do Direito Real de Uso, o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a Reserva de Índice Construtivo e o Solo Criado (Outorga Onerosa do Direito de Construir, seguindo a nomenclatura estabelecida no Estatuto da Cidade). (PEGORARO; OLIVEIRA; OBERRATHER, 2007, p. 06).

Conforme a seguinte consideração:

Esta legislação deverá regulamentar as áreas prioritárias para ocupação, que não são exatamente todas as áreas aptas à ocupação urbana definidas no diagnóstico integrado, mas sim aquelas que exigem melhorias urbanas, complementação de redes de esgoto, abastecimento de água, iluminação pública, pavimentação, possibilitando assim, a elevação da qualidade ambiental do espaço como um todo, além de otimizar os recursos de infraestrutura já implantados (DAMASIO, 2006, p. 193).

Conforme Lage (2008) com relação aos recursos obtidos pelas contrapartidas em função dos benefícios concedidos pelo Poder Público, o Estatuto da Cidade exige que eles sejam aplicados exclusivamente na própria operação urbana (Lei Nº 10.257/01, Art. 33, §1º), o que pode prejudicar o potencial redistributivo do instrumento.

É importante, no planejamento do desenvolvimento local, incluir medidas de controle de uso do solo, principalmente em um programa de ocupação urbana. Damásio (2006) destaca esse controle como sendo fundamental para a distribuição do potencial de ocupação e para a viabilização de melhorias urbanas pré-definidas.

Mesmo o instrumento tendo sido apresentado de maneira entusiasta pela Prefeitura e regulamentado por lei em 2009 (PMPA, 2012), ainda não há qualquer empreendimento que tenha iniciado obras no bairro em decorrência desse

instrumento, conforme entrevista realizada com a Supervisora de Desenvolvimento Urbano (SDU), Andréa Oberrather, da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMURB), em 22 de setembro de 2012.



Figura 15: Terreno localizado na Rua Beco do Davi, onde futuramente será instalado o primeiro empreendimento decorrente do Instrumento Operações Urbanas Consorciadas.

Fonte: O autor, mar. 2013.

Apesar de a lei já estar regulamentada desde 2009 e a Lomba do Pinheiro ser a única área na cidade onde está prevista a aplicação do instrumento, não temos dados para saber como se desdobrará sua aplicação. Esse cenário remete à ideia de que o instrumento das Operações Urbanas Consorciadas pode ter distintas aplicações, mas isso vai depender de como cada ator envolvido no processo se fará presente em sua aplicação.

4.7 A LOMBA DO PRESENTE: CONFIGURAÇÃO SOCIOESPACIAL, O TERRITÓRIO E SEUS ATORES

Quando a cidade expande seus limites, deixa em seu interior quantidades significativas de áreas vazias (SANTOS, 2009). Considerando a realidade da Lomba do Pinheiro, observa-se que essa premissa foi verdadeira por um significativo

período de sua história. Contudo, existem fatos e possibilidades que tendem a alterar o modelo histórico de ocupação, caracterizado por Santos (2009), a seguir:

Surgindo como surgiram da noite para o dia, ao acaso das conveniências e oportunidades da especulação, não são bairros, em regra, contínuos, sucedendo-se ininterruptamente, como seria uma cidade planejada: espalham-se por aí à toa, sendo que nesses setores mais afastados do centro, uma sucessão de áreas urbanizadas, com interrupção de outras completamente abandonadas, onde muitas vezes, nem ao menos uma rua ou caminho transitável, permite o acesso direto (SANTOS, 2009, p. 31).

O referido trecho retrata bem a configuração socioespacial da Lomba do Pinheiro, já bastante descrita quanto às suas necessidades estruturais, tema que esta pesquisa buscou compreender, propondo a retomada de seu histórico de ocupação. Santos (2009) ainda aponta essa problemática como reveladora da crise profunda em que vive a sociedade urbana, afirmando que sua base está constituída pelo visível aspecto de uma estrutura socioeconômica flagrantemente inigualitária.

Para tratar da produção socioespacial da Lomba do Pinheiro, recorreremos a um arcabouço histórico, buscando referir passagens em diferentes tempos desse processo, bem como a estudos, planos e ações, a fim de compreender o processo de ocupação mais intenso vivido, sobretudo, na década atual.

O novo arranjo socioespacial no bairro é também viabilizado por estudos e instrumentos específicos. Contudo, ao mesmo tempo, esse arranjo segue tendências de diferentes escalas, inclusive de escala internacional.

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modelos de produção particulares. O “valor” de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim a organização local da sociedade e do espaço reproduz a ordem internacional (SANTOS, 2008, p. 28).

Nessa perspectiva, Spósito (2001) afirma que a cidade é composta por diferentes áreas, sendo a área central, ou de centralidade, a mais importante. Nessa área, encontramos o maior número de casas comerciais, bancos e diferentes formas de prestação de serviços. Por isso, esse tipo de local é mais valorizado.

Quando as áreas do centro tornam-se pequenas para sua expansão, certas atividades vão ocupando outras áreas, em uma espécie de desdobramento da área central, muitas vezes substituindo edificações que antes serviam como habitação (SPÓSITO, 2001). Ao mesmo tempo, as “novas áreas” também adquirem a

capacidade de atrair novos investimentos, aumentando seu potencial comercial e de prestações de serviços. No caso da Lomba do Pinheiro, essa é uma realidade constante.

Para melhor embasarmos a afirmativa anterior, a seguir é proposta uma tabela comparativa entre os serviços oferecidos entre os anos de 2000 e 2013. A tabela segue o modelo proposto pelo Guia de Serviços da Lomba do Pinheiro (2013). As informações contidas no quadro comparam dados da 1ª e da 14ª edição do mesmo, complementados por pesquisa de campo.

Tabela 3: Comércio e serviços encontrados na Lomba do Pinheiro

Serviço	Ano 2000	Ano 2013
Academia	1	6
Agropecuária	12	16
Aviário	1	2
Agência bancária	1	2
Banrisul correspondente	0	3
Bazar	5	18
Borracharia	7	12
Casa lotérica	1	2
* Casa de religião	0	1
Brick	4	7
Cabeleireiro	10	19
Calçados e confecções	4	11
Consultório médico	1	1
Clínica odontológica	1	2
Comunicação visual	1	2
Contabilidade	2	4
Distribuidora da água	2	5
Distribuidora de gás	2	4
Distribuidora de carvão	1	1
Eletrônica	4	8
Estética	0	1
Farmácia	5	9
Ferragem/ Bazar	4	10
Frango assado	1	7
Funilaria	1	2
Floricultura	1	2
Guincho	1	3
Ginásio de esportes	1	2
Imobiliária	1	3
Lanches	12	19
Loja e confecções	2	12
Mercado	11	20
Materiais de construção	6	9

Moto -peças e acessórios	1	2
Móveis	1	6
Mudanças	2	5
Oficina mecânica	5	8
Ótica	0	3
Padaria e confeitaria	4	8
Pedras	1	2
Portaria	0	1
Pet shop	0	2
Refrigeração/ Assistência técnica	2	3
Restaurante	1	9
Segurança/Alarme/Monitoramento	0	1
Serralheria	3	6
Vidraçaria	4	5
Número total de serviços	90	199

* Informação restrita ao guia, não houve reforço de campo.

Fonte: Guia de Serviços da Lomba do Pinheiro (2013), complementado por pesquisa de campo.

As informações do quadro não tem valor censitário, uma vez que, para anunciar no guia, há custo para os comerciantes, bem como a pesquisa de campo apresenta limitações. No entanto, a tabela de serviços possibilita ilustrar a dimensão da variedade de serviços encontrados na Lomba do Pinheiro e o significativo crescimento de ofertas nos diferentes ramos de comércio e serviços. Essa dinâmica crescente do terceiro setor no bairro vem sendo reforçada pelo típico comércio de bairro de baixa a média renda, visto que o que mais aumentou foi o número de cabeleireiros, serviços de alimentação, lojas de confecções e mercados. Cabe destacar que, na maior parte, esses serviços não se enquadram no perfil de consumo dos moradores dos condomínios de alto padrão e, em geral, a população mais tradicional da Lomba do Pinheiro é que tem se beneficiado com a expansão da oferta de serviços. É importante destacar que a maioria desses estabelecimentos está localizada na Avenida João de Oliveira Remião, principal eixo viário do bairro, como no exemplo da figura a seguir, na qual podemos observar um novo conjunto comercial inaugurado em maio de 2013, localizado ao lado de um dos primeiros estabelecimentos comerciais da Lomba do Pinheiro, hoje transformado em restaurante. O conjunto oferece mais um restaurante, academia e loja de confecções.



Figuras 16 e 17: Novo conjunto comercial, inaugurado em maio de 2013 na Parada 12.
Fonte: O autor, jul. 2013.

Além do aumento real de renda do brasileiro, estimado em 16,5% na última década, a especulação imobiliária e o incremento populacional decorrentes do processo também contribuíram para o aumento na oferta de serviços. Nesse sentido, Santos (2009) afirma que “o crescimento da cidade resulta de um conjunto de processos sistematicamente interligados, entre os quais, a integração do território” (SANTOS, 2009, p. 53). Dessa forma, a Lomba cresce, e ao crescer, redesenha seu perfil de bairro.

Ser um bairro periférico sempre fez parte da identidade do bairro Lomba do Pinheiro, talvez não por parte de seus moradores, conforme o próprio Programa Integrado Lomba do Pinheiro demonstra, por exemplo. Em geral, esses diagnósticos têm feito o recente fenômeno migratório de moradores com maior renda do que os ocupantes de até então direcionar a ideia de que tal processo pode neutralizar o estigma de exclusão.

Os espaços residenciais, como se sabe muito bem, também se diferenciam entre si sob o ângulo socioeconômico. No Brasil, ao menos de forma direta, a variável renda é a principal definidora dessa diferenciação. O que não quer dizer, contudo, que, indireta ou mediatamente, outros fatores, especialmente o fator étnico (“racial”), não esteja entrelaçado, historicamente, com o fator de renda: a maioria dos moradores de favelas nas cidades do Sudeste, do Nordeste e do Centro-oeste do Brasil é afrodescendente (negros e mulatos), e mesmo no Sul do país, onde há uma presença muito expressiva de brancos pobres residindo em favelas, boa parte da população descende favelada descende de escravos africanos; isso mostra, muito eloquentemente, a força de inércia de uma “liberdade” formalmente conquistada a mais de um século, mas que não veio acompanhada de condições reais de acesso à qualificação profissional, à educação e à moradia digna, do que resultou uma reprodução, geração após geração, de um quadro geral de pobreza e estigmatização (SOUZA, 2003, p. 66).

Recentemente, um “novo perfil de morador” começou a chegar à Lomba do Pinheiro. A atração de investimentos de alta renda para o bairro tem gerado algumas diferenciações na configuração social e também espacial do bairro.

Essas diferenciações entre as áreas residenciais, em última análise, em matéria de qualidade de vida, incluindo aí tanto aspectos materiais como imateriais como prestígio e poder – reflete uma diferenciação entre grupos sociais. Em outras palavras: diferenças econômicas, de poder, de status etc. (SOUZA, 2003, p. 67)

Souza (2003) ressalta que essas diferenças econômicas, de poder e de prestígio ocorrem em função de alguns fatores: “potencialmente: em uma sociedade capitalista moderna, da *classe social* do indivíduo, a qual tem a ver com a posição que ela ocupa no mundo da produção” (SOUZA, 2003, p. 67). Tendo essa perspectiva como premissa, apresentamos as mudanças territoriais vivenciadas no bairro, observando os novos empreendimentos como parâmetro para essa leitura espacial.

Segue a figura do Projeto de Desenho Urbano da Lomba do Pinheiro, proposto pelos estudos prévios realizados ainda durante o Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro:

DESENHO URBANO DA LOMBA- MODELO

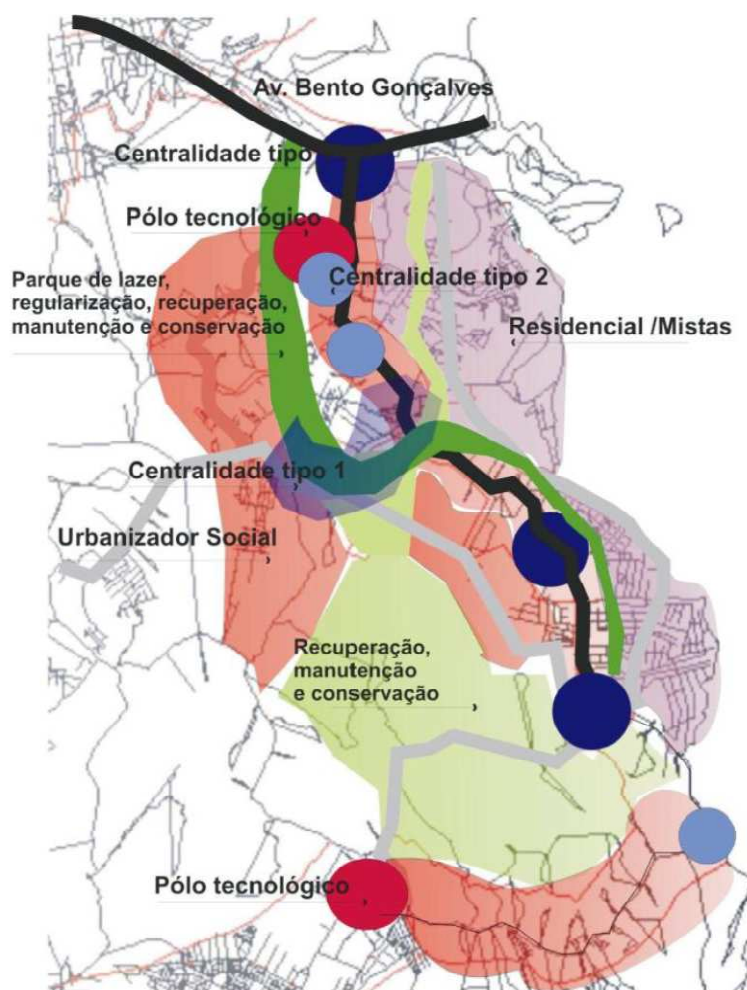


Figura 18: Projeto de Desenho Urbano da Lomba do Pinheiro
 Fonte: Pegoraro; Oliveira e Oberrather, 2007, p. 06.

A seguir, foi proposta uma reanálise desse modelo, visto que ele foi projetado ainda na segunda metade da década de 2000. Para tal, foi realizado um percurso pelo território da Lomba do Pinheiro, buscando identificar os empreendimentos decorrentes desse reordenamento. Também foram utilizados alguns recursos, como imagens e situações diversas.

O percurso iniciou na Avenida Bento Gonçalves, seguindo a João de Oliveira Remião em direção ao interior do bairro, até a Parada 21 da Lomba do Pinheiro. Esse percurso foi proposto dessa maneira porque é nesse sentido que os moradores da Lomba do Pinheiro se localizam no bairro. A Lomba do Pinheiro está organizada por paradas de ônibus, e essa é a classificação mais usual pelos moradores, seguindo no sentido norte-sul. As paradas são contadas a partir da Parada 1, sendo

que, em média, de meio em meio quilômetro há mudança de parada. O trecho da Parada 1 até a 21 foi escolhido pois na Parada 21 está localizada a divisa com Viamão e a ligação com o Bairro Restinga, além de esse ser o ponto onde se estende a implantação dos novos condomínios. Nesse mesmo ponto também há o encontro das Avenidas João de Oliveira Remião e João Antônio da Silveira, ligação do bairro com a Zona Sul da cidade e com o bairro Restinga. As paradas escolhidas para serem representadas têm por objetivo auxiliar na compreensão da extensão do bairro, bem como representar a maioria dos entroncamentos entre a Av. João de Oliveira Remião com as ruas mais importantes da Lomba do Pinheiro, conforme ilustra a figura a seguir:

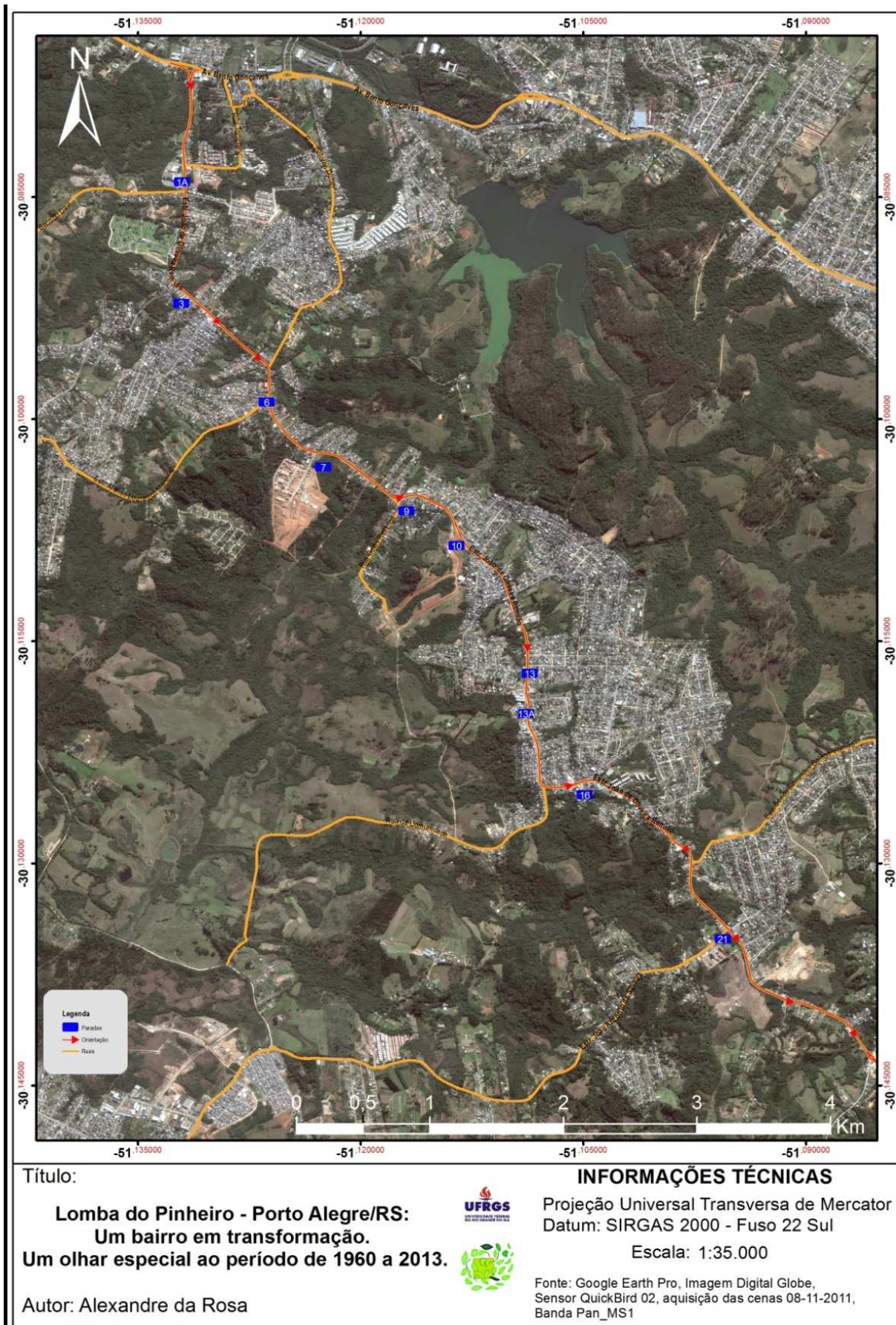


Figura 19: Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS
 Fonte: O autor, 2013.

Iniciando o traçado proposto, saímos da Avenida Bento Gonçalves até a Parada 1, na altura do traçado da rua Tocantins, que fica à direita de quem realiza o trajeto. Nesse ponto, encontramos os empreendimentos de valores mais elevados, e já existem alguns imponentes empreendimentos construídos na década de 2000 (informações obtidas em campo). Como exemplo de empreendimento mais antigo, tem-se o Condomínio Condado.



Figuras 20 e 21: Condomínio Condado. Localizado na Rua Tocantins.
Fonte: O autor, maio 2013.

Em frente ao Condomínio Condado, também na Rua Tocantins, mas ainda em fase de construção, está o condomínio *Victória Town House*. Para adquirir um imóvel com três dormitórios, suíte, pátio e sótão, os valores partem de R\$ 598.300,00¹⁰.



Figuras 22 e 23 – Condomínio Condado, *Victória Town House*.
Fonte: Alexandre Rosa, maio 2013.

¹⁰Fonte: encarte do NexGroup (Abril, 2013).

Seguindo o traçado, latitudinalmente à Rua Tocantins, praticamente na mesma linha está o Beco do Davi, localizado à direita da Avenida João de Oliveira Remião (a separação é dada pelo “corte” dessa avenida). Sobre a área do Beco do Davi, conforme já referido nesta pesquisa na discussão sobre a implementação do instrumento Operações Urbanas Consorciadas, cabe destacar um trecho da entrevista realizada com a Supervisora de Desenvolvimento Urbano (SDU) Andréa Oberrather:

O Beco do Davi tem interessado os investidores, pois nesse caso, a incorporadora tinha o interesse de construir habitações populares, mas ao se dar conta do crescimento dos condomínios de alto padrão do outro lado da Avenida, preferiu investir em um perfil de construção direcionado ao público de maior poder aquisitivo, para isso, utilizará as vantagens do Instrumento Operações Urbanas Consorciadas, sendo que já existem encaminhamentos e estudos e para o início dessa construção (Informações obtidas através de entrevista na SMURB em 22/09/2012).

Até agosto de 2013 não ocorreu qualquer sinalização quanto ao início de obras no local (informação obtida através de visita de campo).

A seguir, mais uma imagem da área.

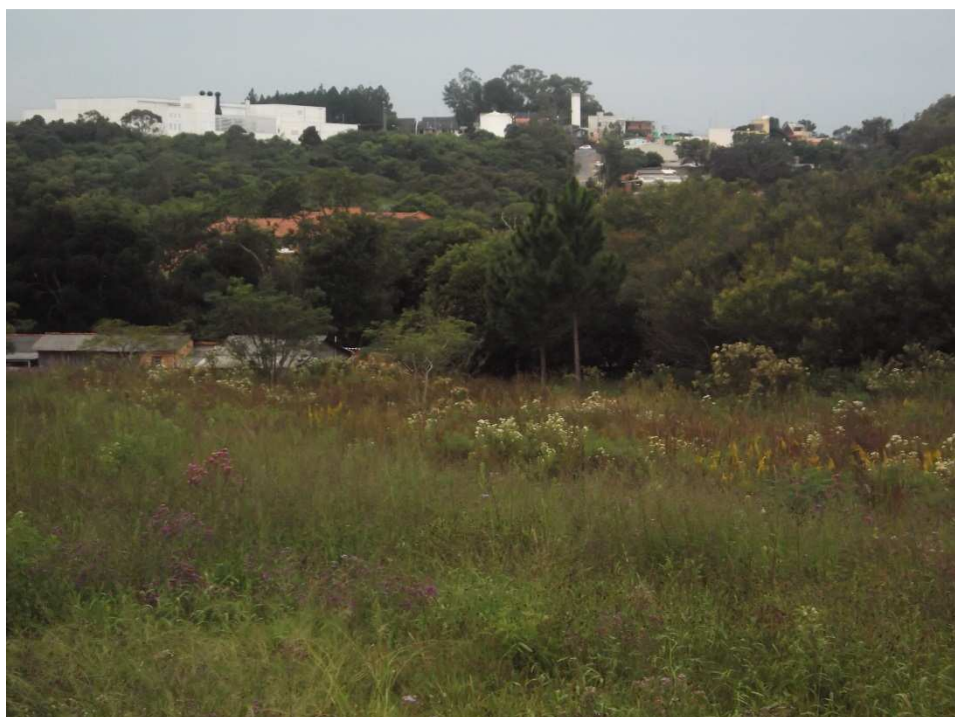


Figura 24: Área localizada no Beco do Davi, ao fundo construções na Avenida João de Oliveira Remião
Fonte: Alexandre Rosa, março 2013.

A Rua Dolores Duran pode ser vista como uma via alternativa de acesso à Lomba do Pinheiro, uma vez que liga a Avenida Bento Gonçalves à Parada 6 da Lomba do Pinheiro. Contudo, essa área não pode ser considerada apenas como acesso, pois tem sido muito valorizada com a implantação de empreendimentos imobiliários, sendo nesse trecho onde se encontra o Condomínio Atmosfera, o mais caro¹¹ da região.



Figuras 25 e 26: Condomínio Atmosfera, localizado na Rua Dolores Duran.
Fonte: O autor, maio 2013.

Retornando ao nosso percurso em direção ao interior da Lomba do Pinheiro, chegamos à Parada 3. Na margem direita da Avenida João de Oliveira Remião, encontramos o Condomínio Doce Vida, com casas avaliadas a partir de R\$ 457.566¹², tendo sido finalizado e entregue a seus moradores no ano de 2012.

¹¹Fonte: Conforme anúncio no encarte do NexGroup (Abril, 2013), para comprar uma casa com 3 suítes e pátio “privilegiado”, o comprador deve escolher entre imóveis a partir do valor de R\$ 611.000,00. No entanto, pesquisando no site [http://www.foxterciaimobiliaria.com./](http://www.foxterciaimobiliaria.com/) (agosto, 2013), encontram-se anúncios de casas mais afastadas do pórtico de entrada, ou seja, as mais distantes da rua, sendo oferecidas em média por R\$ 1.900.000,00.

¹²Fonte: <http://www.foxterciaimobiliaria.com./> (Julho, 2013)



Figuras 27 e 28: Condomínio Doce Vida, Localizado na Parada 3.
Fonte: O autor, maio 2013.

Até então, todos os referidos empreendimentos apresentam perfil horizontal, contudo, atravessando para o lado esquerdo da Avenida João de Oliveira Remião, exatamente em frente ao Condomínio Doce Vida, localiza-se o Condomínio Alto do Bosque, com perfil vertical. O empreendimento encontra-se finalizado¹³, já em fase de solicitação de habite-se junto à Prefeitura, conforme destacou publicação do Jornal da Lomba.

Falta pouco para que os compradores de um dos imóveis do Condomínio Residencial Alto do Bosque tenham em mãos as chaves de seus imóveis. O empreendimento erguido na Parada 3 da João de Oliveira Remião está em fase de conclusão. São 192 apartamentos de dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. No total são doze edifícios com 16 apartamentos a cada e quatro pavimentos. Além disto, o condomínio disponibiliza garagens individuais, salão de festas, área de lazer e guarita. Iniciada em julho de 2012 a obra deve respeitar sem problemas o prazo de entrega. Segundo o Engenheiro Alessandro Ponzio, diretor da Encorp Engenharia e Construções, empresa responsável pela obra, os trabalhos estão em fase de conclusão. Cem por cento dos imóveis deste empreendimento que faz parte do Programa Minha Casa Minha Vida, já foram negociados. (JORNAL DA LOMBA, JANEIRO 2013, p. 12).

¹³Fonte: <http://www.encorp.com.br/altodobosque/altodobosque.asp>(Agosto, 2013)



Figuras 29 e 30: Condomínio Alto do Bosque, ainda semiacabado. Localizado na Parada 3.
Fonte: O autor, maio 2013.

Conforme referido, esse condomínio é vertical, sendo o primeiro com essa característica a aparecer na paisagem, seguindo nossa proposta de caminho. Também é relevante observar que esse empreendimento é viabilizado pelo PMCMV, o que muda o perfil de construção e de ocupação em relação aos demais empreendimentos vistos até então¹⁴.

Na Parada 7, encontra-se o condomínio horizontal Chácara das Nascentes, o qual ocupa 53 hectares, sendo o maior em área territorial do bairro. O condomínio é dividido internamente por áreas, conforme o tipo e o valor das casas. As casas geminadas são as de menor valor, podendo ser compradas a partir de 277.900,00¹⁵.



Figuras 31 e 32: Condomínio Chácara das Nascentes. Localizado na Parada 7.
Fonte: Alexandre Rosa, maio 2013.

¹⁴Conforme anúncio no encarte da Morana Incorporadora de julho de 2011, os apartamentos sem pátio eram comercializados a partir de R\$ 90.000,00. Não foram encontradas fontes sobre o preço atual dos apartamentos.

¹⁵Fonte: encarte do NexGroup (Abril, 2013)

Assim como os condomínios *Victoria Town Houses* e *Atmosfera*, o Chácara das Nascentes também foi incorporado e construído pelo *NexGroup*, o qual não referencia a localização dos empreendimentos como sendo no bairro Lomba do Pinheiro. Em seus encartes publicitários encontramos apenas o nome da avenida ou rua e o nome da cidade, Porto Alegre. No entanto, ao publicitar as vantagens de morar nos empreendimentos, é ressaltada a facilidade de acesso a uma série de comodidades urbanas, aproximando esses equipamentos e serviços ao imaginário dos possíveis novos moradores, conforme pode ser visto a seguir, no exemplo da página de localização do Condomínio Chácara das Nascentes.



Figura 33: Referência de localização e comodidades em relação ao Condomínio Chácara das Nascentes. Localizado na Parada 7.
Fonte: Chácara das Nascentes, 2013.

Na Parada 9, a 700 metros da Avenida João de Oliveira Remião, entrando na Rua Goiás, iniciam-se as obras do Residencial Goiás. A seguir, a figura traz uma série de informações a respeito desse empreendimento.

**RESIDENCIAL
GOIÁS**

**CASAS DE 2 DORMITÓRIOS
COM 2 VAGAS E PÁTIO NA FRENTE**

- Paredes divisorias duplas • Laje de ferro • Todas as peças com ventilação direta
- Esquadrias de madeira • Pátio lateral • Soleiras e peitoris em granito
- Medidores de luz e água individuais



Condomínio fechado, junto à natureza, apenas 28 unidades, infraestrutura com salão de festas, quiosque com churrasqueira e praça de brinquedos.

Preços a partir de R\$ 139mil

Pequena entrada e saldo totalmente financiado.



Casas térreas

2 dormitórios Terreno 128,37m² 8,53x15,05m Laje de ferro - Excelente acabamento - Todas as peças com ventilação direta - Amplas - Bem distribuídas - Sala de estar/jantar - Banheiro com ventilação direta - Cozinha - Área de Serviço com tanque - Varanda - Telha cerâmica - Esquadrias em madeira de qualidade - Estacionamento para 2 veículos no patio lateral - Patio nos fundos - Soleiras e peitoris em granito - Medidores de luz - Água individuais - Área de preservação permanente e mata nativa - Apenas 28 unidades construídas - Salão de Festas - Quiosque com churrasqueira - Praça de brinquedos - Localizada na Lomba do Pinheiro a apenas 13 km do centro de Porto Alegre.

AMPLO
PÁTIO



Figura 34: Informações sobre o Residencial Goiás. Localizado na Parada 9.
Fonte: More Bem, 2013.

A obra encontra-se em estágio inicial, existindo apenas o cercamento com tapumes e a construção em andamento dos alicerces da obra (informação obtida através de visita de campo, em agosto de 2013).

Na Parada 10, à margem direita da Avenida João de Oliveira Remião, está o Condomínio Ecoville. Esse empreendimento é um modelo misto de condomínio vertical e horizontal, também havendo comercialização de lotes e de espaços comerciais. O empreendimento foi lançado em 2011 e possui todas as modalidades para venda, nenhuma foi esgotada¹⁶.

¹⁶Fonte: Encarte da Construtora Ábaco (Junho, 2013)



Figuras 35 e 36: Vista da entrada do Ecoville a partir da Av. João de Oliveira Remião. Localizado na Parada 10.

Fonte: O autor, maio 2013.

Seguindo no sentido proposto, na Parada 13, na margem esquerda da Avenida João de Oliveira Remião, encontra-se em construção o Residencial Pinheiro, o segundo condomínio totalmente vertical até então retratado. Não por acaso, esse empreendimento é desenvolvido pela mesma incorporadora do Alto do Bosque, nos mesmos moldes, com 4 andares em cada bloco e financiado pelo Programa Minha Casa Minha Vida.

A seguir, trazemos o depoimento da corretora de imóveis Vera Nascimento, justificando a razão do interesse da incorporadora em investir em um segundo empreendimento na Lomba do Pinheiro:

A Encorp decidiu investir em segundo projeto na Lomba do Pinheiro devido à rapidez com que conseguiu esgotar o seu primeiro empreendimento, o Alto do Bosque na Parada 3. Lá em 4 meses todas as unidades foram vendidas. O Reserva da Figueira foi lançado em 2012 e também já está esgotado. O custo inicial para quem comprou o apartamento, ainda na planta, foi de R\$ 110.000,00 para apartamentos no térreo e de R\$ 90.000,00 para os demais andares, mas hoje se você quiser comprar um apartamento, vai ter que esperar alguma desistência, mesmo assim, hoje os de menor valor, já estão avaliados em R\$ 125.000,00. A Encorp pretende desenvolver novos projetos nessa região. - Vera do Nascimento - Corretora de Imóveis. (Informações obtidas através de entrevista no próprio empreendimento em 12/06/2013).



Figura 37: Área onde está sendo construído o Reserva da Figueira. Localizado na Parada 13
Fonte: Alexandre Rosa, agosto 2013.

Na parada seguinte, mais especificamente na Parada 13A da Lomba do Pinheiro, na margem direita da Avenida João de Oliveira Remião, encontra-se o Residencial Parque dos Pinheiros, conjunto inaugurado em 2011, que se enquadra no perfil de Habitação de Interesse Social. Mesmo assim, as exigências são bastante semelhantes às do Programa Minha Casa Minha Vida, que na época das inscrições ainda não era regulamentado. Os interessados realizaram inscrições durante o mês de novembro de 2008. Entre as exigências, não poderia haver restrições financeiras, era necessário possuir renda familiar mínima de R\$ 1,3 mil. O valor de cada apartamento girava em torno de R\$ 60.000,00, financiados em 30 anos pela CEF, sendo que as parcelas são decrescentes. Se seguirmos as condições e os valores referidos anteriormente, as prestações para o morador que adquiriu o imóvel nessas condições teria o valor de R\$ 373,00 na primeira parcela e de R\$ 187,50 na última. (DEMHAB/PMPA, 2013).



Figuras 38 e 39: Condomínio Parque dos Pinheiros. Localizado na Parada 13A.
Fonte: Alexandre Rosa, maio 2013.

Seguindo nossa proposta de trajeto pela Lomba, chegamos à Parada 16, e na margem esquerda da Avenida João de Oliveira Remião encontramos o Residencial Pinheiro, inaugurado em 2008, concebido nos mesmos moldes e critérios do empreendimento anterior, o Residencial Parque dos Pinheiros. (DEMHAB/PMPA, 2013).



Figuras 40 e 41: Condomínio Residencial Pinheiro. Localizado na Parada 16.
Fonte: Alexandre Rosa, maio 2013.

O referido empreendimento encontra-se finalizado¹⁷, já em fase de solicitação de habite-se junto à Prefeitura, conforme destacou a publicação Jornal da Lomba.

Encaminhando o fim de nosso passeio imagético pela Lomba do Pinheiro, chegamos à Parada 21, na Avenida João Antônio da Silveira, a 300 metros da

¹⁷Fonte: <<http://www.encorp.com.br/altodobosque/altodobosque.asp>> (Agosto, 2013)

Avenida João de Oliveira Remião, onde encontramos, em processo de construção, os empreendimentos Moradas do Pinheiro I e II. Embora desenvolvido na mesma proposta do Residencial Parque dos Pinheiros e do Residencial Pinheiro, essa construção tem sido bastante conturbada.

Os onze conjuntos que compõem o Condomínio Residencial Moradas do Pinheiro I, na Parada 21, já estão com as obras praticamente concluídas. Faltam apenas trabalhos de acabamento como pintura, colocação de aberturas e telhado. As obras iniciaram em 2010 e devem ser finalizadas nos próximos meses com a entrega de 220 apartamentos para os compradores junto a CEF. O empreendimento tem ampla infraestrutura com guarita, salão de festas, piscina, playground, quadra poliesportiva e quiosques. Os apartamentos têm dois quartos, sala, cozinha e banheiro. Desde 2010, foram inúmeras as oportunidades em que os operários suspenderam os trabalhos e cruzaram os braços em protesto contra a falta de salários. A construção do Moradas do Pinheiro I é uma responsabilidade da Labore Engenharia (JORNAL DA LOMBA, JANEIRO 2013, p. 9).

O empreendimento Morada do Pinheiro I e II está territorialmente dividido por uma cerca, mas constitui um único projeto. A unidade I está praticamente concluída, já a unidade II ainda está sendo construída, e há muito a ser feito até ser entregue, conforme podemos comparar na figuras 42 e 43, a seguir.

Morada do Pinheiro I



Morada do Pinheiro II



Figuras 42 e 43: Condomínio Morada do Pinheiro. Localizado na Parada 21.
Fonte: O autor, jul. 2013.

Segundo o Jornal da Lomba, essa obra já está em atraso, pois houve muitos conflitos entre a construtora e os operários, que paralisaram diversas vezes a obra em função de não receberem salários.

Finalizando nossa proposta de caminhada pela Lomba do Pinheiro, como produto desse trajeto apresentamos, a seguir, o mapa-síntese (figura 44), que mostra a localização dos empreendimentos retratados.

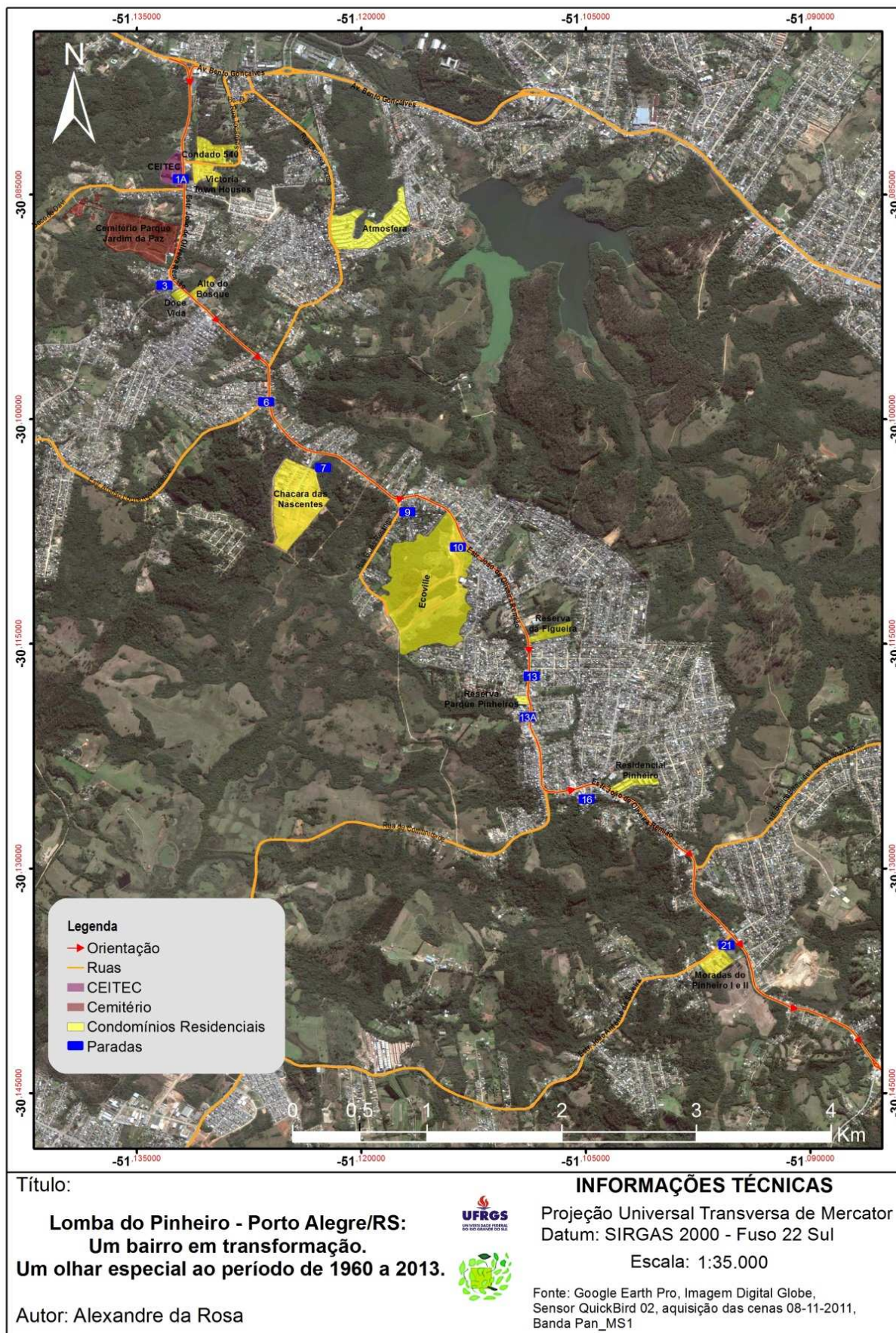


Figura 44: Localização dos empreendimentos relacionados
 Fonte: O autor, 2013.

Constata-se, a partir da realidade apresentada, em comparação ao levantamento do Projeto Integrado de Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro, que a área destinada à Zona Residencial Mista é a que mais sofreu transformações.

Ainda fazendo uso da análise desse resultado de campo, cabe ressaltar os diferentes perfis que vêm se desenvolvendo no bairro, uma vez que antes o critério de valorização e especulação dos imóveis apresentava estreita relação com a proximidade em relação à Avenida João de Oliveira Remião. Dessa maneira, quanto mais próximo o empreendimento estivesse da Parada 16 (“o centro da Lomba do Pinheiro”), maior a sua valorização. Essa tendência de valorização continua crescente e significativa, contudo, parece haver um processo de descentralização dos serviços da Parada 16, e é provável que o desenho de outras centralidades está em curso. Ao que parece, pelos menos um dos empreendimentos apresentou perfil bastante diferenciado em relação aos padrões de poder aquisitivo que historicamente existem no bairro Lomba do Pinheiro, o qual descreveríamos como “bem menos popular”.

Nesse sentido, propomos a leitura e observação do Espaço da Lomba do Pinheiro a partir desses quatro perfis de poder aquisitivo, baseados no preço dos imóveis pois, se assim for, por esse critério encaminha-se um processo de segregação, embora não seja um molde rígido e impermeável. O referenciado levantamento de campo nos revela a configuração sistematizada na figura 45.

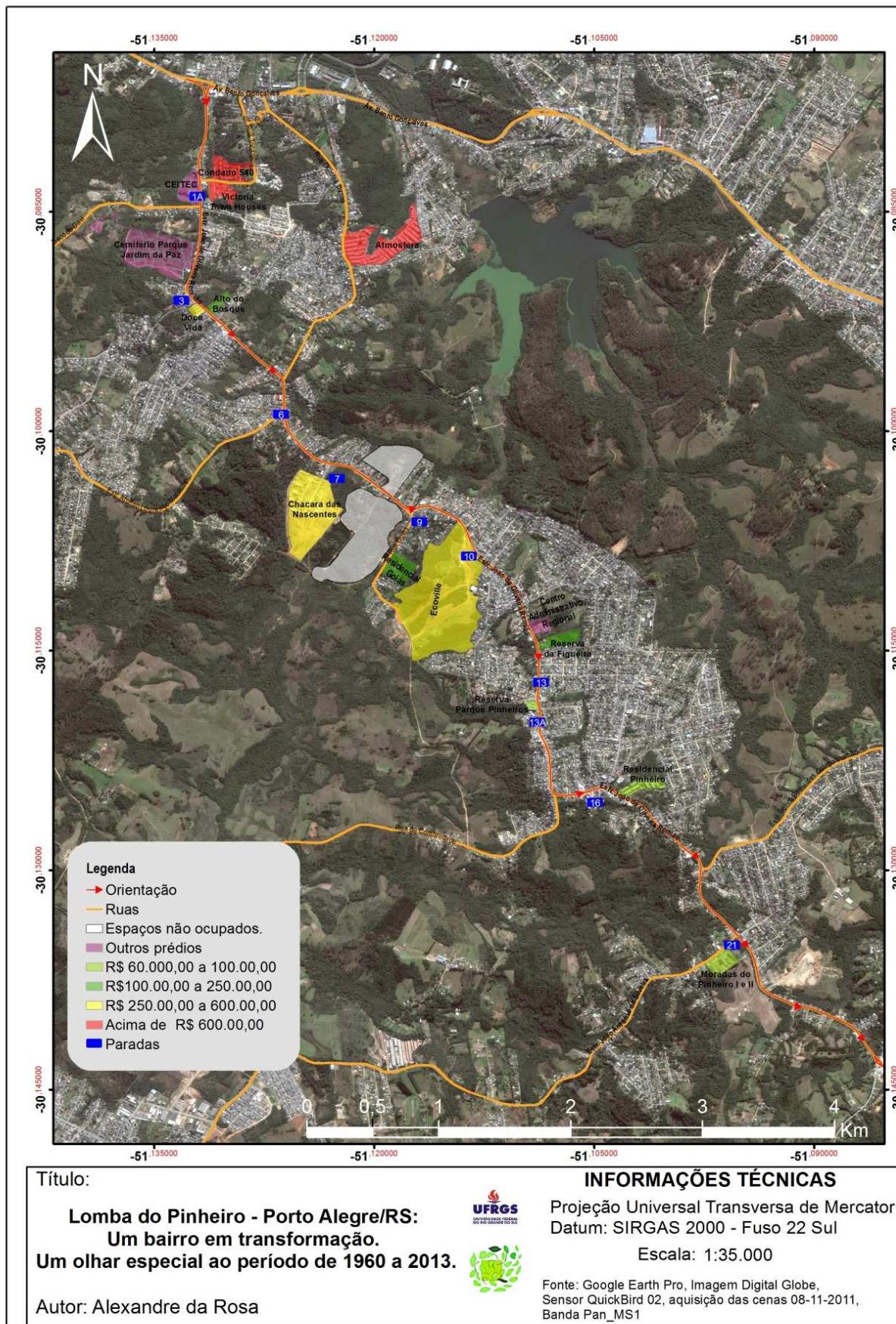


Figura 45: Espaço da Lomba do Pinheiro
 Fonte: O autor, 2013.

Através da figura é possível perceber a aglutinação espacial em função dos preços dos imóveis. Para melhor embasar essa tendência, recorreremos a Correa (1989), que afirma o seguinte sobre a dinâmica espacial da segregação:

A segregação é dinâmica, envolvendo espaço e tempo. Esse processo de fazer e refazer pode ser rápido ou lento: como uma fotografia, um padrão espacial pode permanecer por um longo período de tempo; ou mudar rapidamente. A dinâmica da segregação é própria do capitalismo não sendo típica da cidade pré-capitalista, caracterizada por forte imobilismo sócio espacial (CORREA, 1989, p. 77).

No caso da Lomba, vêm se desenhando características de renda bastante perceptíveis na análise espacial, pelo menos no que se refere à maioria dos moradores, que não se enquadra no perfil de renda dos diversos empreendimentos em curso. Também foi observada a história de lutas da população da Lomba do Pinheiro, carente de infraestrutura, que agora parece aumentar a distância entre essa Lomba “Regularizada” e os antigos moradores, sobretudo contrastando ainda mais com as vilas, as quais continuam na luta por melhorias.

A segregação tem um dinamismo onde uma determinada área social é adequada durante um período de tempo por um grupo social, e a partir de um dado momento, por outro grupo de status inferior ou, em alguns casos superior, através do processo de renovação urbana (CORREA, 1989, p. 79).

No entanto, questionamos se a população visualiza dessa maneira o processo, pois o bairro sempre foi caracterizado por heterogeneidades. Assim como é típico em uma rede urbana, poderíamos pensá-la como uma colcha de retalhos, pois, mesmo se tratando de um bairro, seu processo de ocupação e sua extensão territorial nos ajudam a compreender essa configuração socioespacial.

Atender a todos os anseios e demandas da população do bairro enquanto totalidade está além do que esta pesquisa permite. Por isso, a seguir, a partir de alguns atores sociais (moradores do bairro), buscaremos compreender suas percepções e críticas. Adotamos como método a aplicação de entrevista com questões dissertativas. Como produto, foram selecionados alguns desses relatos. Dentre as questões que orientaram os relatos estavam: há quanto tempo que era morador do bairro; se gosta de morar no bairro; como interpreta a expansão em curso; os aspectos bons e ruins de morar na Lomba do Pinheiro; se existem carências na área estrutural, especificando quais, se houver; e como o morador

projeta viver na Lomba daqui a alguns anos (ver modelo do questionário semiestruturado no Anexo A).

Enquanto aspecto positivo é bastante notável a percepção dos moradores entrevistados, mesmo em uma questão aberta. O meio natural é tido como um fator de valorização do bairro, pois, de alguma maneira, isso é quase sempre ressaltado nos discursos das pessoas. Já nos aspectos negativos, as opiniões são bastante divergentes, revelando que a infraestrutura e o setor de serviços, apesar do aumento da oferta, ainda não são suficientes para atender às necessidades e às expectativas dos moradores. A seguir, apresentamos as maiores demandas do bairro, de acordo com os relatos dos moradores entrevistados. Dependendo do depoimento, podemos notar uma projeção futura mais positiva, apesar de sempre haver problemas a apontar:

Moro no bairro desde julho de 2006, encaro a expansão populacional como algo previsto, diante das grandes áreas que ainda existem, mas acho que isso valoriza o bairro como um todo. O melhor da Lomba é a possibilidade de integração com a natureza por conta do Parque Saint Hillaire. Como ponto negativo, penso ser o pior a falta de segurança, também a falta de saneamento básico que importante para a nossa saúde meio ambiente. Projeto viver em um bairro melhor estruturado, com melhorias infraestrutura e nos equipamentos e com cuidado maior dos nossos bens naturais. Marcos Fábio da Silva Moreira – Aux. Administrativo. (Entrevista cedida em 21/06/2013).

Outro relato:

Moro desde criança na Lomba e gosto de morar aqui. Eu acho que o bairro esperou muito por esse crescimento, mas não se preparou. Faltam postos de saúde, serviços e mão de obra preparados para atender tanta gente. O melhor é a natureza, o ar puro e o friozinho parecidos com o da Serra. E de pior o grande número de usuários de drogas e tráfico que basta sair na rua para ver. Espero que o bairro pare de ser olhado como favela, pois tem sim muita gente nessas condições, mas tem muitas pessoas favorecidas financeiramente e que moram aqui por opção. Gisele Britto – Corretora de Imóveis. (Entrevista cedida em 20/06/2013).

No entanto, alguns relatos ganham um tom mais crítico, como é possível conferir a seguir:

Moro na Lomba do Pinheiro desde 1995. Gosto do bairro como local afastado dos grandes centros, porém, mesmo com a tranquilidade, acho a estrutura básica precária, como transporte e saúde. Vejo a expansão populacional no bairro de maneira caótica e desorganizada, gostaria que a qualidade dos serviços públicos aumentasse conforme a população, mas o que vejo é cada vez mais favelas, aumento da criminalidade e um apatia do poder público com investimento. O melhor seria ter a sensação de um bairro mais verde, com um clima que diferencia do centro urbano da cidade. Mas a criminalidade e falta de recursos para atender a grande população é muito negativa. Existem carências em pavimentação, saúde, transporte público e segurança. As áreas periféricas parecem não ter evoluído nestas últimas décadas e ainda surgiram outras com problemas iguais ou piores. Tiago Pariz Almeida - Analista de Sistemas. (Entrevista cedida em 19/06/2013).

Mais um relato:

Moro desde 1993 na Lomba e gosto de morar aqui. Interpreto como uma expansão como desordenada, pois aumenta o número de moradores sem que o bairro comporte os mesmos, gerando transtornos no transporte, saúde, educação e ocupação ilegal de espaços impróprios para moradia, locais que oferecem perigo tanto aos ocupantes quando a estrutura ecológica do local. O que tem de melhor e pior em morar na Lomba do Pinheiro? Para mim o que tem de melhor é a sensação de pertencimento causada pela territorialidade estabelecida durante todos os anos em que sou moradora do bairro, pois infelizmente com a visão que tenho hoje não consigo visualizar benefícios e caso não fosse moradora, dificilmente teria interesse em viver aqui, pois com o aumento desenfreado da população no bairro, o transporte público tornou-se inviável, além de não existir pontos que possibilitem momentos de lazer, tais como praças, parques, ciclovias... entre outros. E o que considero pior é o aumento da criminalidade, pois muitas vezes sou tomada por um sentimento de nostalgia aliado à tristeza ao perceber que o bairro em que eu vivia quando criança já não existe mais, que as crianças já não podem ter a infância que tive, que os vizinhos já não se respeitam como antigamente... Assim, perdeu-se a melhor característica, que era de um ar familiar. Existem muitas carências, pois não é um bairro planejado, apresentando problemas de saneamento, fornecimento de água e luz regular, pois em muitos casos as pessoas utilizam recursos irregulares colocando suas vidas em risco. Creio que com a expansão do mercado imobiliário, as construtoras aos poucos irão se apropriando dos espaços desse bairro tornando-o um bairro estruturado, como já apresenta indícios na construção de pequenos condomínios, no entanto quando essa estrutura chegar o bairro não mais será destinado aos moradores atuais, pois esses serão banidos para um bairro mais distante e sem a estrutura necessária para uma vida digna. Lucilene da Rosa - Pedagoga. (Entrevista cedida em 20/06/2013).

Um aspecto positivo é bastante notável, mesmo em uma questão aberta, ou seja, o meio natural, que também é tido como um fator de valorização do bairro, sendo quase sempre ressaltado nos discursos das pessoas, de diferentes maneiras. Quanto aos aspectos negativos, as opiniões são bastante divergentes, de certa forma revelando que a infraestrutura, apesar do seu aumento, não é suficiente para atender às demandas e às expectativas dos moradores.

Em seguida, destacamos as maiores demandas do bairro, de acordo com as pessoas entrevistadas:

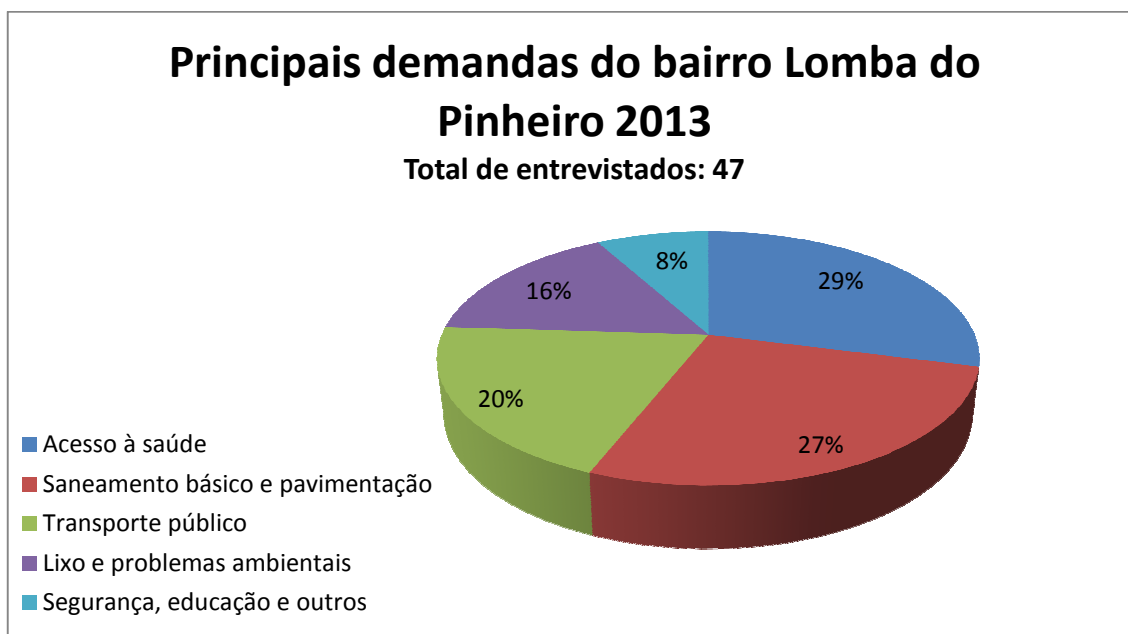


Figura 46: Principais demandas do Bairro Lomba do Pinheiro 2013

Fonte: O autor, 2013.

Apesar dos problemas relatados, quase que a totalidade dos entrevistados afirmou gostar de morar na Lomba do Pinheiro. No tópico a seguir, destacaremos os Valores Naturais da Lomba do Pinheiro.

4.8 OS VALORES AMBIENTAIS

Nesse tópico procura-se destacar a percepção dos moradores da Lomba do Pinheiro sobre as qualidades ambientais do bairro, a partir de uma perspectiva comparativa entre dois trabalhos realizados num interstício de onze anos.

Essa pesquisa não tem a pretensão de fazer uma discussão acerca da dimensão ambiental no meio urbano, nem da dimensão urbana no meio natural. Pois, conforme Acselrad (1999):

Ao mesmo tempo em que verificamos uma “ambientalização” do debate sobre políticas urbanas, observamos também um movimento de sentido oposto, com a entrada crescente das questões urbanas no debate ambiental, seja por iniciativa de atores sociais da cidade que incorporam a temática do meio ambiente, sob o argumento da substancial concentração

populacional nas metrópoles, seja pela própria trajetória de urbanização crescente da carteira ambiental em órgãos como o Banco Mundial (p.53).

O que se pretende é agregar, mesmo que não em toda a sua complexidade, a dimensão ambiental nesse estudo, embora fique claro que não se trata do objetivo principal pelo qual se escolheu realizar a leitura do bairro Lomba do Pinheiro.

Para isso, faremos um breve comparativo com a pesquisa de Abraão (2002), um trabalho de final de curso de graduação em Geografia, realizado na Lomba do Pinheiro e que destaca algumas problemáticas. Essas mostram algumas percepções exploradas através de pesquisa de campo, destacando qual a importância dada pela população aos valores ambientais da Lomba do Pinheiro, a partir do que vivenciam em seu cotidiano. De posse dos resultados da pesquisa de Abraão, realizaremos uma comparação com alguns resultados colhidos atualmente por esta pesquisa, seguindo um modelo semelhante.

Abraão (2002) sinaliza a perspectiva de que os problemas ambientais decorrentes do processo de urbanização devam ser discutidos de maneira abrangente, como um todo, pois há uma complexidade de ordem cultural, social, política e física. O autor ainda defende que se esses problemas forem atacados em conjunto, os incessantes quadros de degradação que se desenharam durante o processo ainda podem ser revertidos.

No caso da Lomba do Pinheiro, esse mesmo estudo referiu seu histórico de ocupação desordenada, sendo que até hoje o bairro ainda é o maior aglomerado de vilas populares, loteamentos clandestinos e irregulares do município. Apesar de existirem sérios comprometimentos ambientais em zonas mais habitadas, há, em geral, grandes vazios urbanos (ABRAÃO, 2002). Esses vazios urbanos garantem uma condição ainda diferenciada a Porto Alegre, se comparada a outros grandes centros e, mesmo com problemas ambientais inerentes ao processo acelerado de urbanização, o bairro Lomba do Pinheiro, em especial, ainda guarda em muitas de suas paisagens a preservação como marca, sendo que muitas ainda possuem características rurais.

Costa (2004), em seus estudos sobre a caracterização hidrogeológica da Lomba do Pinheiro já ressaltava a variedade da ocupação que se desenhava no bairro, destacando a tipologia da ocupação na época. O autor chamava a atenção para a ocupação de loteamentos clandestinos, com moradias precárias, rede elétrica improvisada e esgoto a céu aberto, mas também já assinalava o aparecimento de

condomínios de classe média ou sítios privados com boa infraestrutura. Nesse mesmo estudo, é feita uma tipologia da Geologia de Porto Alegre e da Lomba do Pinheiro, em especial:

Com relação ao relevo da Região Metropolitana de Porto Alegre, os altos topográficos de cotas mais elevadas, configurados por cristas e colinas, correspondem a relevos residuais do Escudo Sul-Rio-grandense (rochas gnáissicas e graníticas). Já as Zonas Baixas, correspondem em geral, aos terrenos sedimentares mais jovens, que constituem planícies e terraços que aparecem com maiores extensões na zona norte e sul do município. Na Lomba do Pinheiro ocorrem o Granito Santana, O Granito Viamão e os depósitos sedimentares do Quaternário (COSTA, 2004, p. 42).

Ainda tendo por base Costa (2004), o Granito Santana corresponde à unidade granítica mais jovem comparado ao Granito Viamão e que abrange uma pequena porção ao norte do bairro. Nesse setor estão assentados os condomínios residenciais de mais alta renda. Já a maior parte do bairro é recoberta pelo Granito Viamão e esse, por sua vez, é recoberto por depósitos de terraços fluviais na porção sudoeste do bairro.

Segundo Menegat (1998) apud Costa (2004), em Porto Alegre, os depósitos sedimentares foram formados através de quatro grandes transgressões marinhas ocorridas nos últimos 400 mil anos. No caso da Lomba do Pinheiro, ocorrem os depósitos de leques aluviais e eluvionares da primeira transgressão marinha e os depósitos de cordões litorâneos da segunda transgressão marinha (COSTA, 2004).

Costa (2004) reconhece na Lomba do Pinheiro dois sistemas aquíferos distintos: o sistema aquífero Fraturado Pré-Cambriano, ocupando 70% do bairro, e o sistema aquífero Porozo Cenozóico, que abrange os outros 30%, localizando-se esse, na porção sudoeste. O eixo viário de primeira importância para o bairro, a Avenida João de Oliveira Remião, marca a divisão das sub-bacias do Dilúvio: a oeste, o Arroio Agronomia; a leste o Arroio Mato Grosso. Já o Arroio do Salso tem sua importância na abrangência territorial rumo ao sul do município (PMPA/SMC, 2000).

A Bacia Hidrográfica do Salso tem uma área aproximada de 94 km², sendo a maior do município, ocupando cerca de 20% da área total de Porto Alegre. O Arroio do Salso tem suas nascentes na Lomba do Pinheiro, percorrendo total ou parcialmente bairros como Restinga, Serraria, Belém Velho, Vila Nova, Hípica, Aberta dos Morros, Chapéu do Sol, Ponta Grossa, até desaguar no Guaíba, e seu

talvegue é de 20 km de extensão (PMPA/SMC, 2000). A Bacia Hidrográfica do Arroio do Salso é a única que conserva certas características naturais peculiares no território municipal, com o predomínio de atividades agropastoris e outras de ocupação intensiva. No entanto, devemos alertar para a necessidade de preservação de certo número de várzeas ao longo do curso do arroio, que servem de reserva para a detenção das cheias que se abatem sobre a bacia.

Essa parte do território da Lomba, a região sudoeste, abriga a Bacia Hidrográfica do Salso; ramificam-se suas nascentes rumo a sudoeste – passando pelo Bairro Restinga – indo desaguar no Guaíba. É uma área de ocupação ambiental rarefeita em termos populacionais. Encontramos, no entanto, junto à Estrada Afonso Loureiro Mariante – antiga Estrada do Boqueirão – locais ocupados clandestinamente, contrariando as leis que determinam a inviolabilidade de Reservas Ecológicas. É o caso da Vila Quinta do Portal e do Condomínio Mariante (PMPA/SMC, 2000, p. 190).

Esse quadro expressa uma situação de preocupação quanto aos recursos hídricos, não apenas no território da Lomba, mas por sua posição estratégica de recarga dos aquíferos para toda a cidade.

Nesse sentido, PMPA/ SMC (2000) destaca a importância da Barragem da Lomba do Sabão, que represa as águas de seis arroios, além dos pequenos arroios Diluvinho, Pequeno, Casa Velha e Sem Nome, situados dentro do Parque Saint Hilaire. Contudo, os arroios que estão mais degradados são o Vitorino e o Taquara, conforme podemos observar no trecho a seguir:

Os dois e mais poluídos por se encontrarem em áreas próximas às áreas mais povoadas, Vitorino e Taquara, este último nasce na Vila Panorama e seu percurso corta cinco outras. As populações que residiam às margens amiúde jogaram todo o tipo de lixo – além do esgoto cloacal – nos cursos d'água, deixando-os bastante poluídos – principalmente o Taquara (PMPA/SMC, 2000, p. 181).

Quando a maioria das ocupações surgiu, o Código Florestal não permitia construções a menos de 15 metros das margens dos arroios, mas devido às complexas condições já retratadas nesta pesquisa, as ocupações quase nunca respeitaram tais normas (PMPA/SMC, 2000), colocando tais cursos d'água em condições degradantes.

Entre os problemas ambientais mais graves, destacam-se, ainda nos anos de 1980, década de grande crescimento populacional, as ocupações do Parque Saint Hilaire, as quais se tornaram mais frequentes com a abertura de atalhos, ao abrirem-se clareiras em zonas de preservação, muitas vezes na busca de lenha, ou na tentativa de novas ocupações. Assim, o desmatamento se tornou prática constante, o que aumentou a incidência de incêndios, principalmente no verão (PMPA/SMC, 2000). Outro problema ambiental diz respeito à exploração das pedreiras, inclusive havendo registro de mobilizações por parte da população, na tentativa comunitária de impedir a destruição do patrimônio geológico, contudo sem sucesso, pois tais ações esbarram na lei, que assegura aos proprietários locais o direito de explorar comercialmente a área.

Dentre os problemas e contradições gerados a partir do modelo de produção e crescimento urbano, a dimensão ambiental sinaliza cada vez mais necessidade de atenção. No caso da Lomba do Pinheiro, infelizmente já temos sérios problemas, dos quais um merece especial atenção.

A Lomba do Pinheiro encontra-se sobre uma zona de recarga de aquíferos. Entretanto, grande parte dessa zona já está impermeabilizada pela urbanização. Esta impermeabilização do solo é muito preocupante e muito prejudicial ao meio ambiente, porque faz com que a água da chuva, ao invés de infiltrar no solo carregando os aquíferos, escoe superficialmente para as zonas mais baixas causando erosões e inundações. Grande parte dos arroios do Salso, Taquara e Dilúvio, já estão contaminados por ações antrópicas (COSTA, 2004, p. 97).

Conforme Costa (2004) constatou-se que as águas superficiais e subterrâneas do manto de alteração dos granitoides apresentam-se normalmente muito contaminadas pelos resíduos urbanos dispostos de maneira inadequada na região da Lomba do Pinheiro. Em sua pesquisa, foram feitas análises de poços, as quais indicaram a ocorrência de coliformes fecais em um dos nove poços analisados. Esse resultado sinalizou a consideração de que as águas subterrâneas dos poços tubulares profundos das fraturas dos granitoides ainda não estão “muito” contaminadas. No entanto, essa constatação não pode eximir, nem as autoridades nem os moradores, da necessidade de tomarem medidas adequadas para a preservação dos mananciais subterrâneos, uma vez que se contaminados, os mananciais subterrâneos são muito difíceis de serem descontaminados ou remediados (CARLOS, 2004).

Já as intervenções no uso e ocupação da terra na área da bacia do Arroio do Salso provocaram alterações na qualidade das águas do referido arroio.

O estudo permite concluir que a qualidade das águas da bacia do Arroio do Salso está comprometida. Embora as concentrações de alguns parâmetros (turbidez, pH e oxigênio dissolvido no P1), estejam dentro dos limites razoáveis para a maioria dos usos da água, os resultados de outros parâmetros (condutividade elétrica, demanda bioquímica de oxigênio e coliformes fecais) foram relevantes para demonstrar que o arroio está deteriorado e sofre para reverter toda a poluição que recebe (BASSO & FUJIMOTO, 2013, p. 248) (BGG 40, 2013 N. 2).

Abordados alguns dos problemas de cunho ambiental da Lomba do Pinheiro, iremos agora, conforme proposto, analisar a percepção dos valores ambientais por parte dos moradores.

A pesquisa de Abraão (2002) foi realizada em duas instituições de ensino, a Escola Afonso Guerreiro Lima e a Escola Agrônomo Pedro Pereira, nas quais foram questionados membros da comunidade escolar, sendo alunos a maior parte dos entrevistados. Os participantes foram indagados sobre aspectos negativos e positivos de estudar nas escolas e morar no bairro Lomba do Pinheiro.

Na proposta intitulada “Valoração do Lugar Escola”, quesito que não os induzia diretamente à questão ambiental, Abraão (2002) indagou os entrevistados através de perguntas indiretas e sem alternativas previamente indicadas sobre os motivos de gostar ou não do bairro. Em ambas as escolas, a natureza e a preservação do ambiente foram as respostas espontaneamente mais apontadas enquanto aspecto positivo.

Como resposta, 49% do total dos entrevistados apontou a natureza e a preservação do ambiente como aspectos positivos em se morar no bairro e estudar na escola, seguido por infraestrutura, com 12%, e transporte, com 9%. Os demais entrevistados (30%), pulverizaram respostas que não obtiveram 5% do total.

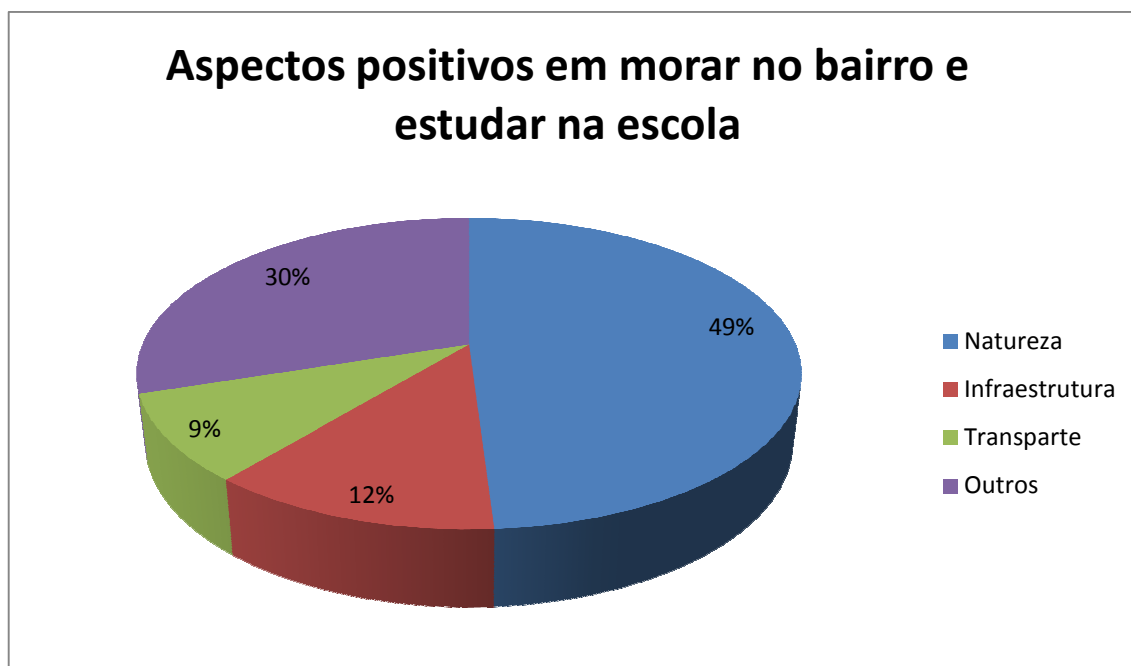


Figura 47: Aspectos positivos em morar no bairro e estudar na escola
Fonte: Abraão, 2002

Nos mesmos moldes, o aspecto negativo mais sinalizado pela comunidade escolar foi o lixo espalhado pelas ruas e arroios, com 37% das respostas, seguido da insegurança, com 35% das respostas. Os outros 28% foram pulverizados em outras respostas.

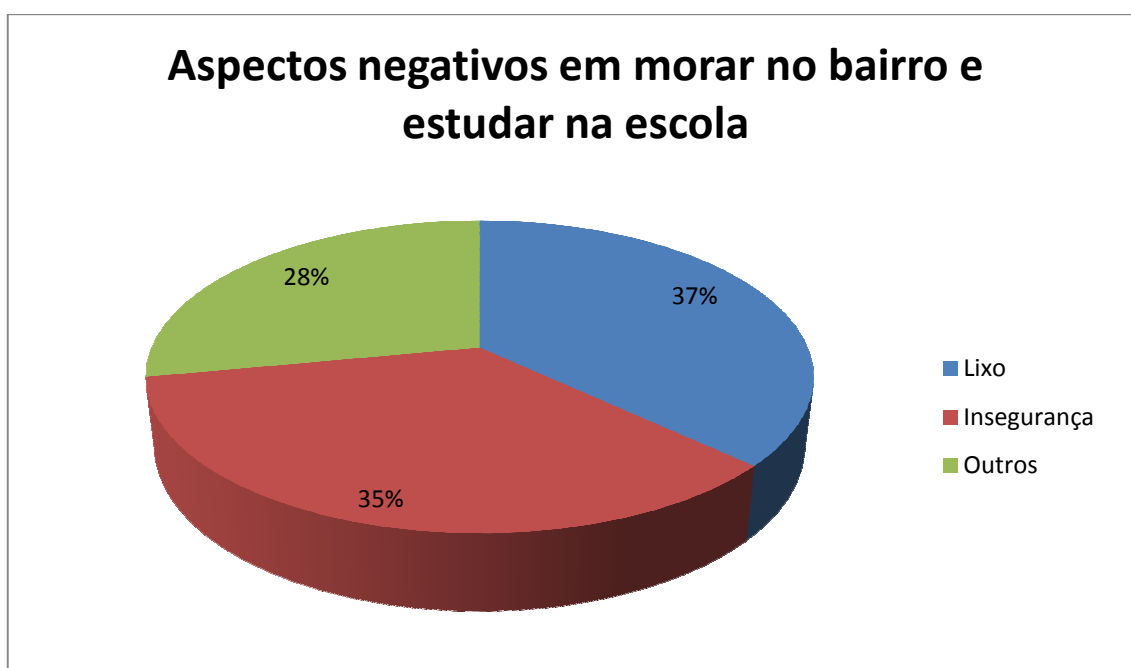


Figura 48: Aspectos negativos em morar no bairro e estudar na escola
Fonte: Abraão, 2002

Nesse mesmo molde, a partir de entrevistas com 47 pessoas, agora não restritas ao espaço escolar, mas aleatórias quanto à faixa etária, localização das moradias e faixa de renda, a presente pesquisa inquiriu os moradores a indicarem, sem alternativas previamente delineadas, os motivos de gostar ou não do bairro. E como produto síntese dessas entrevistas, chegou-se ao seguinte resultado:

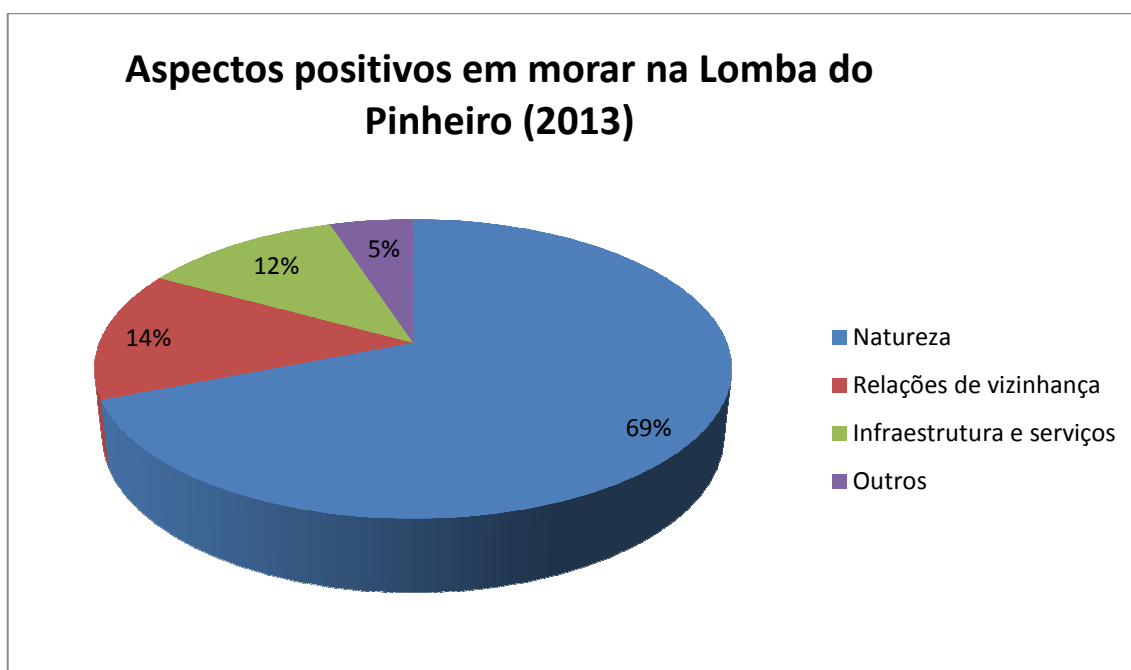


Figura 49: Aspectos positivos em morar na Lomba do Pinheiro (2013)
Fonte: O autor, 2013.

Apesar de ter sido utilizado anteriormente, a fim de comparação com os aspectos positivos, cabe resgatarmos o quadro com as principais demandas, segundo os moradores entrevistados.

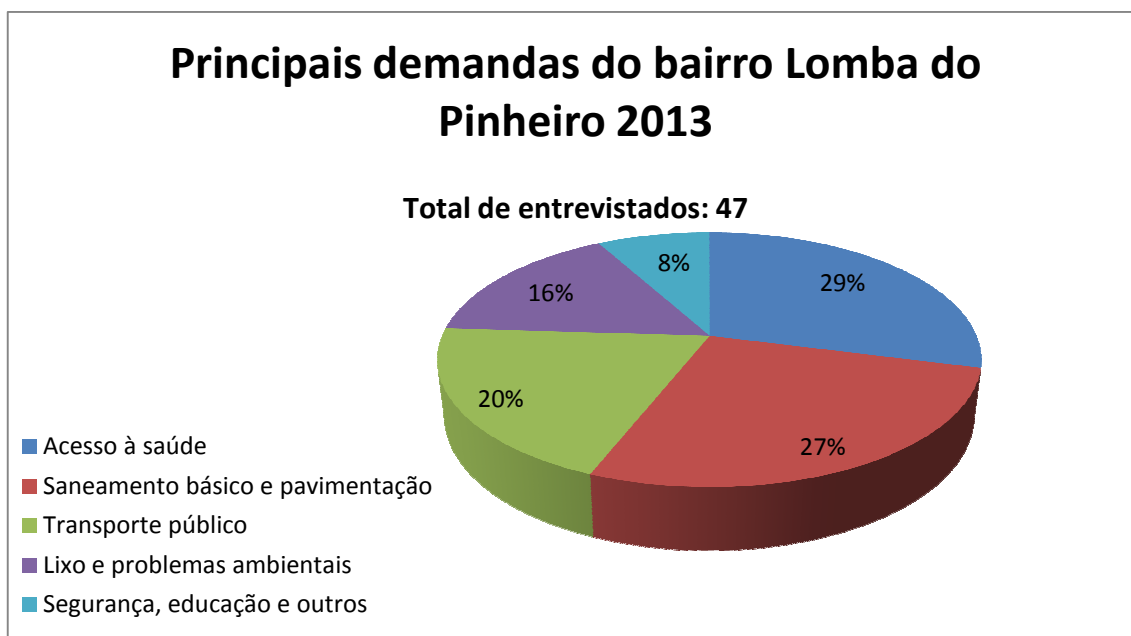


Figura 50: Principais demandas do Bairro Lomba do Pinheiro (2013)
Fonte: O autor, 2013.

Mesmo não tendo usado exatamente os mesmos critérios, e a segunda pesquisa tendo sido realizada mais de uma década depois, os resultados se mostraram confluentes, no sentido de que a “Paisagem Verde” da Lomba do Pinheiro, ainda marcada por vazios urbanos, continua se caracterizando como uma principal variável de valoração qualitativa do bairro sob o olhar de seus moradores. Embora preocupações como a saúde sejam mais prementes, cabe observar que os problemas ambientais são bastante significativos. Assim sendo, podemos atribuir aos moradores da Lomba do Pinheiro, pelo menos em parte, a responsabilidade pela manutenção “do meio natural”, visto que ele é ainda tão presente na Lomba do Pinheiro. Portanto, se não é totalmente valorizado, a tendência de degradação desses espaços, apesar de ter ocorrido, conforme vimos em alguns exemplos anteriores, poderia ter sido ainda mais intensa.

A seguir, alguns relatos coletados durante as entrevistas de campo.

Vejo a questão dos arroios na Lomba do Pinheiro com muita tristeza, porque os esgotos são lançados a céu aberto, sem um tratamento adequado, sem nada e outra coisa que me apavora é a questão cultural. É o pessoal jogando lixo no arroio ao invés de esperar a coleta da Prefeitura. Maria Borba Grosser – Secretária. (Entrevista cedida em 29/06/2013).

Outro relato:

A Escola está sempre procurando conscientizar o aluno, isso aí é uma coisa lógica, da necessidade da preservação. É sempre feito um trabalho com a 7ª série, um micro jardim, é um projeto que procura dar bastante ênfase a questão ambiental. Quanto à comunidade, de um modo geral, nem todos preservam, isto acontece em todo o lugar. Tem um arroio que corre aqui perto, mas infelizmente tem lixo ali. Helena Moreno Velásquez – Professora. (Entrevista cedida em 24/06/2013).

Após essa caracterização dos Valores Ambientais da Lomba do Pinheiro, encaminharemos, no tópico a seguir, as tendências e sugestões para a Lomba do futuro.

4.9 TENDÊNCIAS E SUGESTÕES PARA A LOMBA DO FUTURO

Dentre as tantas mudanças em curso na Lomba do Pinheiro, destaca-se a condição de incremento de espaços comerciais, por investimentos de interesse privado, sendo que alguns dos novos empreendimentos, como no caso do Ecoville e dos Altos do Bosque, adjacentes à Av. João de Oliveira Remião, também corroboram para a implantação dessa lógica, pois esses espaços também possuem conjuntos comerciais. No que diz respeito aos investimentos privados e, portanto, atendendo aos seus interesses, notamos, por exemplo, a construção de muitas rótulas, as quais estão previstas nos estudos de impactos urbanos gerados pela inserção dos novos condomínios na malha viária (segundo Andrea Oberrather), quase que em sua totalidade representada pela avenida estruturadora João de Oliveira Remião.

Nesse sentido, cabe destacar também as ações do poder público, pois cabe a ele defender o interesse público. Nesse caso, o que é bastante perceptível são os investimentos feitos pela EPTC (Empresa Pública de Transporte e Circulação), pois até os anos 2000, semáforos não faziam parte da paisagem da Lomba do Pinheiro. Hoje, ao circular pela Av. João de Oliveira Remião, encontramos muitos semáforos, quebra-molas e controladores de velocidade. Se por um lado serve ao discurso de investimentos em um trânsito mais seguro, por outro satura ainda mais a Avenida, que, anteriormente aos anos 2000, apresentava bom fluxo, apenas com congestionamento no encontro entre as Avenidas João de Oliveira Remião e Bento Gonçalves, com ressalva de que isso ocorria no horário de pico, quando as pessoas estão deslocando-se em direção a outras regiões da cidade para trabalhar. Não seria pertinente atribuir essa relação do trânsito somente aos novos

empreendimentos, uma vez que políticas de apoio ao transporte particular vêm sendo bastante reforçadas em âmbito nacional. Contudo, esse é mais um contexto que não pode (ou poderia) ter sido negligenciado ao pensar esse modelo de “desenvolvimento” para a Lomba do Pinheiro.

Cabe destacar que, atualmente, é possível encontrar congestionamentos em diversos horários e não somente no entroncamento de saída da Lomba, mas em pontos localizados mais no interior do bairro. Também são comuns os congestionamentos ao meio-dia ou no final de tarde, na altura da Parada 16.

Ao mesmo tempo, aos olhos de muitos, o uso de transporte privado parece a única luz frente ao caos em que se encontra o transporte coletivo no bairro, visto que nos finais de linha se estendem longas filas, sem contar os moradores das demais paradas, que quase nunca conseguem um assento para viajar até a região central, por exemplo. Essa viagem, nos horários de pico, tem levado mais de 1h e 20 min. (Informações constatadas em campo).

Mesmo com a inserção de novas linhas e roteiros na década de 2000, os ônibus são insuficientes para atender com o mínimo de dignidade a população, inclusive fora do horário de pico. Mesmo a recente implantação de táxi-lotações não tem amenizado o problema, pois é comum as pessoas viajarem em pé, o que é contra a lei. Porém, na informalidade, os motoristas orientam os passageiros a fecharem as cortinas para evitar multas, principalmente quando os veículos estão circulando pelas áreas centrais.

Outra queixa recorrente da população é a falta de qualidade dos serviços de atenção à saúde, pois mesmo com a construção de novos postos de saúde, raramente se encontram médicos nesses locais. Na década de 2000, a Lomba do Pinheiro ganhou um Pronto Atendimento 24h, mas é bastante comum, principalmente no inverno, quando a população procura mais o serviço, as pessoas esperarem até 12h para serem atendidas. Os atendentes distribuem uma ficha com a previsão de horário, o que faz com que os moradores voltem para casa, mesmo que doentes, e retornem mais próximo do horário em que conseguirão atendimento, conforme informações obtidas através de pesquisa de campo, em conversa com os pacientes do Pronto Atendimento 24h da Parada 12.

Cabe ressaltar que, como na maioria dos postos das vilas não há médico de plantão, sendo o Pronto Atendimento o único local que possui médicos. Dessa forma, é comum encontrar moradores de todas as vilas ali. Essa medida das fichas

serve ainda para maquiagem a real situação, pois se as pessoas aguardam o atendimento em casa, a sensação de caos no Pronto Atendimento acaba sendo mascarada, embora o espaço esteja sempre lotado.

No que diz respeito à educação, o bairro tem um número significativo de escolas de ensino fundamental, mas apenas uma de ensino médio, fruto da luta na época da família Remião. O mesmo problema repete-se quando o tema é educação infantil pois, caso pensem em trabalhar, as mães precisam disputar acirradamente por uma vaga para deixar seus filhos na creche.

Na questão ambiental, embora os novos empreendimentos sigam a lei, o que reduz os impactos ambientais decorrentes da ocupação, pouco tem sido feito no sentido da promoção ambiental no bairro. Não se encontra quase nenhuma ação relativa ao setor, a não ser o recém-iniciado cercamento do Parque Saint' Hilaire (já durante os encaminhamentos finais dessa pesquisa), na Vila Santa Helena.

A extensão de quase um quilômetro, com armações de concreto, não deve ter custado barato aos cofres públicos e, ao invés de investir os recursos para melhor equipar o Parque, preferiu-se cercá-lo. Esse fato gerou protestos por parte de alguns moradores, pois esse cercamento chegava a um terreno que, atualmente, serve como estacionamento da UBS (Unidade Básica de Saúde Santa Helena) e para o qual está prevista a instalação de uma Escola de Educação Infantil, demandada via OP (A UBS faz divisa com o Parque Saint' Hilaire).

Nas conversas entre o técnico da SMAM (Secretaria Municipal do Meio Ambiente) e os moradores que protestavam contra o cercamento do Parque, estes últimos alegavam que o Parque já carrega um estigma de insegurança e refúgio de “pessoas desocupadas”, ou espaço para usuários de “substâncias ilícitas” satisfazerem suas necessidades sem serem molestados, especialmente durante a semana, quando os moradores saem para trabalhar em outros bairros, ficando um espaço vazio, já que nos finais de semana o Parque é ocupado por famílias que moram nessa Vila. Segundo o técnico da SMAM, o cercamento tem por objetivo preservar o Parque, principalmente contra ocupações ilegais.

Nesse sentido, no Projeto Sustentável da Lomba do Pinheiro, por exemplo, estão previstos o Parque Arroio Taquara, e também a qualificação de espaços comunitários como o CAR, mas, até o momento, não há qualquer ação para que esses projetos sejam implementados.

Apesar da grande extensão territorial e de ser um dos bairros mais populosos de Porto Alegre, a Lomba do Pinheiro não possui um espaço qualificado de referência para o encontro ou lazer de sua população. Esse fato atinge especialmente as pessoas de mais baixa renda, uma vez que os novos condomínios contam com a área de reserva legal prevista em lei, para capitalizar a natureza em “amenidades” e valorizar ainda mais seus empreendimentos.

Tendo em vista as Estratégias Previstas no PDDUA, e fazendo um resgate do capítulo IV, que trata da Qualificação Ambiental, o Art. 13 do plano estabelece a valorização do Patrimônio Ambiental, promovendo suas potencialidades e garantindo sua perpetuação, além da superação dos conflitos referentes à poluição e degradação do meio ambiente, saneamento e desperdício energético. Em seu § 1º, ainda reforça que o Patrimônio Ambiental abrange os Patrimônios Cultural e Natural.

Para reforçar, no Art. 14 considera-se o conjunto de bens imóveis de valor significativo – edificações isoladas ou não –, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e paisagens, assim como manifestações culturais – tradições, práticas e referências, denominados de bens intangíveis –, que conferem identidade a esses espaços.

Assim sendo, mais do que o respaldo legal, há no PDDUA a previsão de uma estrutura com espaços de promoção Ambiental e Cultural com a qual o bairro Lomba do Pinheiro não conta. Por isso, esta pesquisa coloca como proposição a construção de possíveis espaços de interesse ambiental e cultural para a população da Lomba do Pinheiro, que precisam ser reivindicados junto ao poder público. Esses possíveis espaços são melhor descritos a seguir.

O espaço mais viável seria o CAR, ou Centro Cultural da Lomba do Pinheiro que, apesar do nome, não realiza atividades desse cunho, estando em condição de semiabandono. Seu terreno, além de ser público, é amplo e dispõe de reserva de área verde. (Sua localização pode ser feita através da figura 45, que trata dos valores dos empreendimentos). O segundo local estaria localizado na altura da Parada 8 da Lomba, pois esse ponto apresenta terrenos significativos e não ocupados, nos dois lados da Av. João de Oliveira Remião. Esses últimos seriam espaços mais difíceis de ser conquistados, por serem privados, e seria necessária a indenização por parte o poder público, necessitando de ainda mais pressão da

Comunidade (O espaço está referenciado no mesmo mapa indicado para localizar o CAR, sob a legenda “Espaços não ocupados”).

Esses dois pontos seriam, pelo nosso entendimento, os mais adequados para a construção de um parque de interesse ambiental e cultural na Lomba do Pinheiro. Esse tipo de espaço precisa estar localizado na Avenida João de Oliveira Remião, principal elo territorial entre os moradores e o bairro, fato observado nas entrevistas, já que todos os entrevistados se referem às paradas de ônibus. Acreditamos também que é por esse motivo que o espaço do Parque Saint Hilaire não consegue atender a essa expectativa, uma vez que está isolado do principal eixo viário da Lomba do Pinheiro.

Quanto à configuração socioespacial em curso no bairro, é possível perceber uma tendência, não totalmente impermeável entre si, mas que segrega os novos empreendimentos de acordo com o perfil de renda. Esse fato pode ser observado na figura 45, na qual os empreendimentos imobiliários estão demarcados espacialmente conforme a distribuição por faixas de renda. Os maiores índices de aproveitamento e volumetria estão à margem esquerda, se seguirmos o mesmo sentido proposto para localizar os condomínios (sentido Av. Bento Gonçalves interior da Lomba), contudo, esse não parece o fator de maior valorização dos condomínios. O fator mais relevante é a proximidade da Av. Bento Gonçalves, somado aos maiores índices de aproveitamento e volumetria, pois encontramos os mesmos índices de aproveitamento na Parada 16. No entanto, nas imediações, encontramos condomínios populares de menor preço. Os empreendimentos da margem direita da Avenida João de Oliveira Remião têm índices construtivos menores, mas por estarem voltados para uma extensa área verde, definida pelo PDDUA como zona indefinida, faz-se um apelo quanto à “qualidade de vida em viver em meio à natureza”. Dessa forma, esses empreendimentos têm valor de custo bem mais significativo do que empreendimentos em áreas mais adensadas ou com potencial para tal.

No capítulo a seguir, faremos as considerações finais do trabalho, bem como as recomendações para futuras pesquisas que tratem do Bairro Lomba do Pinheiro no médio prazo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Ao chegar a esta etapa, momento de reflexão sobre o andamento, a prática, os levantamentos e resultados da pesquisa, apresenta-se o desafio de descrever, de maneira sintética, as principais conclusões e recomendações da pesquisa. Contudo, faremos esse exercício com o intuito de que tanto a investigação em sua totalidade quanto as considerações aqui feitas possam, em algum momento, somar-se aos esforços dos que buscam produzir o espaço urbano com maior justiça social, em especial, contribuir para a qualificação socioespacial do bairro Lomba do Pinheiro.

O pensamento cronológico de alguns eventos se faz importante à medida que nos auxilia a realizar a leitura espacial de modo mais contextualizado, resgatando acontecimentos importantes na história dos lugares. Por isso, ter recorrido a autores que embasam o entendimento da produção do espaço urbano foi de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesse sentido, explorar as ideologias e as formas de pensar os modelos de produção do espaço urbano nos encaminhou para algumas perspectivas quanto à construção e à proliferação das áreas periféricas, tão comuns nas cidades capitalistas, em especial nas brasileiras e, em específico, no bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre. Reforçando essa temática, um dos ganchos que essa pesquisa propôs, foi a realização do resgate do contexto dos Planos Diretores da Cidade de Porto Alegre, através do qual foi possível constatar-se que até 1979 a Lomba do Pinheiro não fazia parte das diretrizes adotadas pelo Plano Diretor.

Como produto dessa “falta de ação” e da ausência do poder público na regulação do crescimento espacial do bairro, houve graves consequências, principalmente o crescimento populacional desordenado e a ocupação de áreas inadequadas a essa finalidade, acarretando impactos ambientais, tais como, desmatamento, ocupação de encostas, assoreamento de arroios, entre outros. Todo esse contexto fez com que, até os dias atuais, a Lomba do Pinheiro seja o maior aglomerado irregular de vilas populares de Porto Alegre.

Podemos destacar que, a partir desse contexto, nota-se a incessante história de lutas e protagonismo nas conquistas, características salientes dos moradores da Lomba do Pinheiro, os quais organizam-se, seja em associações de moradores, via movimento eclesial de base, ou em outras ações. Observa-se a identidade de um

povo que sabe que nada se consegue sem mobilização política. Nesse sentido, instrumentos como o Orçamento Participativo foram bastante efetivos nas lutas por melhorias estruturais no bairro.

Ainda na década de 1990, iniciavam-se, por parte do poder público, algumas ações no sentido de regularização do bairro, bem como de investigação sobre os possíveis processos de expansão de usos e atividades, em especial de habitação. No final da década, mais especificamente em 1999, após muitas discussões, controvérsias e paralisações, a aprovação do PDDUA acabou por definir sete estratégias no território porto-alegrense, classificando a Lomba do Pinheiro como área prioritária de ocupação. Assim sendo, a partir do PDDUA, o Bairro Lomba do Pinheiro foi considerado “espaço urbano prioritário”, o que acabou por desdobrar-se em novas formas de planejamento urbano, incorporando, na legislação urbanística, padrões diferenciados, através do mercado imobiliário formal e informal. Em sua maioria, a Lomba do Pinheiro foi definida como área com potencial de ocupação intensiva.

Todo esse contexto foi adequando possibilidades para o adensamento territorial no bairro. Assim sendo, podemos afirmar que os instrumentos legais pós PDDUA têm contribuído para o bairro Lomba do Pinheiro intensificar seu adensamento populacional. Como exemplo, podemos citar o significativo número de construções financiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, fato que se deve e muito às mudanças nos padrões de uso do solo, consolidando índices com novos perfis de ocupação, e atraindo os investidores privados que passaram a ter maior possibilidade de ganhos investindo no bairro. Esse contexto tem feito a Lomba perder seus espaços característicos de produção, como hortas e criação de animais, principalmente para produção de leite.

A Lomba do Pinheiro vem se desenhando como um novo espaço de consumo, sendo bastante comum surgirem serviços que não eram comuns no bairro, cada vez mais variados e em maior número. Se em um primeiro momento essa mudança é avaliada como positiva, na visão dos moradores, pois agora podem pagar contas e até frequentar restaurantes sem sair do bairro, instaura-se a contradição de que eles também percebem uma perda na qualidade de vida em diversos aspectos.

Primeiramente, esse processo de adensamento espacial tem feito a Lomba do Pinheiro aumentar seu número de habitantes a um ritmo que, no cenário

brasileiro, via-se somente até a década de 1990. Segundo o IBGE, comparando-se os Censos de 2000 e de 2010, o Brasil teve um crescimento populacional de 1,17% ao ano. Porém, se consultarmos o crescimento do Rio Grande do Sul, de 0,49%, e o de Porto Alegre, com 0,35%, e compararmos ao aumento populacional da Lomba do Pinheiro no mesmo período, passando de 30.388 habitantes em 2000 para 51.415 habitantes em 2010, constatamos que houve um crescimento de 6,92% ao ano. Esse crescimento, portanto, está acima da média nacional, e se comparado ao quadro regional no qual está inserido, nos auxilia na compreensão da condição visceral de transformação pelo qual passa o bairro.

Embora seja perceptível a reestruturação espacial do bairro, esse é um processo ainda em curso, e por isso não cabe a esta pesquisa investigar as consequências que isso vai gerar. Como proposição, fica a necessidade de se retomar esse estudo, sob outra perspectiva temporal, ou seja, a de mais alguns anos à frente. Dessa forma, talvez já tenhamos respostas mais palpáveis quanto a esse intenso processo de transformação pelo qual passa a Lomba do Pinheiro.

Sem uma visão ampla sobre a natureza da cidade e sua dinâmica, muitas vezes a intervenção dos moradores em determinados processos fica dificultada e, por isso, sua luta é, em geral, caracterizada por reivindicações estruturais pós-instalação. Em geral, esse processo é diferenciado para quem dispõe de capital, o que vem ocorrendo na Lomba do Pinheiro atualmente. Diante disso, o que se espera é que os moradores da Lomba possam encontrar soluções, através de dispositivos de pressão política, para conseguirem viver em harmonia nessa nova configuração territorial, além de passarem a valorizar os aspectos culturais e naturais, elegendo espaços identitários a serem preservados para as futuras gerações.

REFERENCIAS

ABRAÃO, Márcia Barbosa. **Conflitos entre ocupação urbana e preservação do ambiente natural em Porto Alegre/RS: A Lomba do Pinheiro**. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Geografia) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2002.

ABRAMO, Pedro. A cidade com-fusa: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n. 2, p. 25-54, nov. 2007.

ABREU, Maurício de. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ ZAHAR, 1987.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p.79-90, mai. 1999.

ALBANO, MARIA T. F. **O processo de formulação do 2º plano de desenvolvimento urbano ambiental de Porto Alegre: ruptura, reunião de fragmentos, inovação ou manutenção de uma tradição secular?**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ARGILES, Nara R. L., **Análise das relações e influências do modelo de planejamento estratégico urbano no plano diretor de desenvolvimento urbano ambiental de Porto Alegre – PDDUA**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

BASSO L. A., MOURA N. S.V. & STROHAECKER. Indicadores Ambientais da bacia hidrográfica do Arroio do Salso, Município de Porto Alegre – RS. **BGG (Boletim Gaúcho de Geografia)**, v. 40, n. 2, p. 236-253, 2013.

BERQUE, A. **Médiance de milieux em paysages**. Paris: Geographiques Reclus, 1984.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: O problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1982.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n.10.257, de 10 de julho de 2002, que estabelece diretrizes gerais da política urbana**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

BRENNA, Giovanna Rosso Del. **O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II**. Rio de Janeiro: Index, 1985.

CAMINHO DOS MUSEUS. Disponível em: <<http://caminhosdosmuseus.wordpress.com>>. Acesso em: 23 jul. 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia da Cidade: a produção do espaço urbano de Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001.

CHÁCARA DAS NASCENTES. Bairro Planejado. Disponível em: <<http://www.chacaradasnascentesnex.com.br/localizacao/>>. Acesso em: 18 jul. 2013.

CIDADES. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

CLEIA, Beatriz Hauschild de Oliveira; OBERRATHER, Andrea. A Experiência Integrada da Lomba do Pinheiro: O diálogo territorial em Porto Alegre para além do Orçamento Participativo. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], n. 91, 2010. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/4475>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

COMTE, André Sponville. **O ser-tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CORREA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1989.

COSTA, Rodrigo T. **Caracterização Hidrogeológica aplicada ao uso e ocupação do solo da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geociências, Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

CPCA - Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis. Disponível em: <<http://www.cPCA.franciscanos-rs.org.br>>. Acesso em: 17 jul. 2013.

DAMASIO, Cláudia. **Urbanizador social da informalidade à parceria**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

DJ CASSIÁ. Disponível em: <<http://djcassia1.blogspot.com.br/2009/09/sos-centro-cultural-lomba-do-pinheiro.html>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

FONTOURA, Ana Elisa Sparano. **Participação, territorialização e identidade na periferia de Porto Alegre: Estudo de caso comparativo no bairro Lomba do Pinheiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**. Rio de Janeiro: UDUFF, 1997.

JORNAL DA LOMBA. Ano VII, n. 78, maio 2013.

_____. Ano VII, n. 74. Jan. 2013,

LAGE, Selena, D. L., **A pertinência das Operações Urbanas no Paradigma do Urbanismo Democrático e Incluínte**: Reflexões a partir da análise da regulamentação e aplicação do instrumento em Belo Horizonte, 2008. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

LEFEBRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEME, Maria Cristina S. **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUUSP; FUPAM, 1999.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa**. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1998.

MAGNI, Cláudia Turra. **Caracterização antropológica da Lomba do Pinheiro**. Porto Alegre: SPM, 1996.

MARQUES, Juliana Bastos. O conceito de temporalidade e sua aplicação na historiografia antiga. **Revista de História**. São Paulo, n. 158, jun. 2008. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jan. 2013

MINHA CASA, MINHA VIDA. Disponível em: <<http://folhadoprogresso.com/folha/modules/artigos/item.php?itemid=1486>>. Acesso em: 19 jul. 2013

MORE BEM SUL. Disponível em: <<http://www.morebemsul.com.br/goias.htm>>. Acesso em: 10 maio 2013.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NYGAARD, Paul Dieter. **Planos Diretores de cidades**: discutindo sua base doutrinária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

OBSERVA POA. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_bairro=135&hist=1&p_sistema=S>. Acesso em: 02 fev. 2013.

PEGORARO, Denise B.; OLIVEIRA, Cléia B. H.; OBERRATHER, Andréa. **Uma proposta inovadora**: Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro – Porto Alegre. Disponível em: <http://www.ibdu.org.br/imagens/UMA_PROP.PDF>. Acesso em: 03 mar. 2012.

PÉREZ, Jorge. **Voltar a projetar**. A necessária releitura da cidade. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 1998.

PIRES, Cláudia L. Z. **A Cidade Jardim e seus espelhos**: paisagens e suas geografias. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Tese (Doutorado em Geografia). Programa

de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

_____. **Impactos socioambientais decorrentes de ocupação irregular: o caso da Lomba do Pinheiro.** Porto Alegre: UFRGS, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia), Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1997.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Minha Casa, Minha Vida.** Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=129>. Acesso em: 15 maio 2013a.

_____. Prefeitura Municipal. **Produzindo casas e cidadania.** Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/demhab/default.php?p_secao=113>. Acesso em: 15 maio 2013b.

_____. **Departamento Municipal de Habitação.** DEMHAB/PMPA, 2013. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/demhab> em 19 jul. 2013.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.** Porto Alegre: Corag/PMPA, 1999.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria da Cultura. **Lomba do Pinheiro (Memória dos Bairros).** Porto Alegre, EU/ Porto Alegre, 2000.

_____. **Programa Lomba do Futuro.** Secretaria Municipal de Urbanismo, 2013. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/spm/default.php?p_secao=177>. acessos em 04 jan. 2013

_____. **Projeto Integrado Sustentável da Lomba do Pinheiro.** SMP/PMPA, 2003. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/publi_lomba_ordenado.pdf>. acessos em 18 fev. 2013.

SACK, Robert David. **Human territoriality: its theory and history.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas.** São Paulo: Projeto: EDUFF, 1988.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o caso de São Paulo.** 2. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: 2009.

_____. **Metamorfose do espaço habitado.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOMENSI, S. **Loteamento clandestino Vila Viçosa – Porto Alegre: desafios enfrentados na regularização urbanística e jurídica.** 2006. Disponível em: <<http://>

lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/pgm/usu_doc/appurbana.doc>. Acesso em: 11 maio 2013.

SOUZA, Célia F. de; DAMASIO, Claudia Pilla. Os primórdios do urbanismo moderno: Porto Alegre na administração Otávio Rocha. In: PANIZZI, W; ROVATTI, João F. (Orgs.). **Estudos Urbanos: Porto Alegre e seu planejamento**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/ Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1993.

SOUZA, Marcelo. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espaial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

_____. **A vida nas cidades**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SPOSITO, M. E. B. **Capitalismo e Urbanização**. 13. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

STROHAECKER, T. M. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890-1950). Scripta Nova. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2005, vol. IX, núm. 194 (13). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-194-13.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2013.

_____. Gestão democrática em Porto Alegre: O segundo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 6. **Anais...** Buenos Aires, 1997.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERLE, João; BRUNET, Luciano. **Construindo um mundo novo: Avaliação da experiência do Orçamento Participativo em Porto Alegre – Brasil**. Porto Alegre: PMPA, 2002.

VILLAÇA, Flávio. A terra como capital. **Espaço e Debates**, ano V, n. 16, 1985.

APENDICE – MODELO DE QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Questionário para a pesquisa de Mestrado intitulada: Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/ RS: Um bairro em transformação. Um olhar especial ao período de 1960 a 2013. Autor: Alexandre da Rosa.

Questionário

Nome: _____

Profissão: _____ Idade: _____ Sexo: M () F ()

Mora desde quando na Lomba do Pinheiro? _____

Gosta de morar aqui? Por quê?

O que tem de melhor e pior em morar na Lomba do Pinheiro?

Existem carências na área estrutural? Se sim, quais são?

Como você projeta viver na Lomba daqui a alguns anos?
